

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**DÉBORA CRISTINA DAL MOLIN**

**"ENTRE CRUZES E ANÉIS": A REVISTA ECLESIAÍSTICA  
BRASILEIRA E AS REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA (1941-1965)**

**CURITIBA**

**2010**

**DÉBORA CRISTINA DAL MOLIN**

**"ENTRE CRUZES E ANÉIS": A REVISTA ECLESIAÍSTICA  
BRASILEIRA E AS REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA (1941-1965)**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Mestre, ao  
Programa de Pós-Graduação em História,  
do Setor de Ciências Humanas, Letras e  
Artes da Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi**

**CURITIBA**

**2010**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

DÉBORA CRISTINA DAL MOLIN

"ENTRE CRUZES E ANÉIS": A REVISTA ECLESIASTICA  
BRASILEIRA E AS REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA (1941-1965)

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi  
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Wilma de Lara Bueno - UTP

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseli Terezinha Boschilia  
UFPR

Curitiba, 03 de novembro de 2010.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

A todos que estiveram ao meu lado e me ajudaram na construção deste trabalho.

Ao Professor Dr. Euclides Marchi, pela paciência, pelas leituras atentas e pela segurança e dedicação transmitidas.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Roseli, pelo estímulo que me inspirou nos momentos de dificuldades.

À minha família. Minhas filhas, Sarah e Maria Isabelli, pela compreensão na espera de uma folga para estarmos juntas. Ao Jair, pelo apoio e incentivo.

Agradeço a todos pela ajuda. Grata!

## RESUMO

A presente pesquisa estuda as edições da *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB) no período de 1941, início da publicação da revista, a 1965, ano do término do Concílio Vaticano II, e analisa as construções e representações de família por ela divulgadas e as estratégias da instituição católica em manter seus princípios ou adaptá-los conforme as circunstâncias. O estudo traz temas relevantes sobre o sacramento do matrimônio na construção histórica da Igreja, bem como análises acerca da assistência religiosa por suas diferentes Pastorais no objetivo de manter o ideal de família e seus desafios em garantir sua permanência junto a ela, na intenção da construção de uma sociedade harmoniosa e ideal a seus olhos.

**Palavras-chave:** Representação. Igreja Católica. Revista Eclesiástica Brasileira. Sacramento do Matrimônio. Família.

## ABSTRACT

This research studies the *Brazilian Ecclesiastical Journal* publications between the years 1941 – beginning the publication of the magazine – and 1965, the end of Vatican II, and examines the constructions and representations released by her family and the catholic institution's strategies to maintain their principles and adapt them as appropriate. It contains relevant topics on the Sacrament of Marriage in the historical Church, but also analyzes of different religious care for their pastoral, in order to maintain the ideal family, his challenges to ensure their stay next to them, with the intention of building a harmonious society and perfect in his eyes.

**Keywords:** Representation. Catholic Church. *Brazilian Ecclesiastical Journal*. Sacrament of Marriage. Family.

## LISTA DE SIGLAS

AA -	Apostolicam Actuositatem (Vat. II)
AT -	Antigo Testamento
CA-	Centesimus Annus (João Paulo II)
Can. -	Cânon
CC -	Casti Connubii (Pio XI)
CIC -	Cordex Iuris Canonici (Código de Direito Canônico)
CIGC -	Catecismo da Igreja Católica
CNBB -	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CtFm -	Carta às famílias (João Paulo II)
DH -	Dignitatis Humanae (João Paulo II)
DPF -	Diretório da Pastoral Familiar (CNBB)
FC -	Familiaris Consortio (João Paulo II)
GE -	Gravissimum Educationis (Vaticano II)
GS -	Gaudium et Spes (Vaticano II)
LG -	Lumen Gentium (Vaticano II)
MD -	Mulieris Dignitatem
NT -	Novo Testamento
PPC -	Plano de Pastoral de Conjunto
REB -	Revista Eclesiástica Brasileira
SC -	Sacrosanctum Concilium
Vat. -	Vaticano
VS -	Veritatis Splendor

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 IGREJA CATÓLICA E MATRIMÔNIO: CONCEITO, CONTROLE E RITUALIZAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
1.1 INSTITUIÇÃO MATRIMONIAL: EM BUSCA DE UM CONCEITO .....	23
1.2 CASAMENTO: UM TEMA DA IGREJA CATÓLICA .....	28
1.3 A INDISSOLUBILIDADE: 'NÃO SEPRE O HOMEM O QUE DEUS UNIU' ...	35
1.4 DO MATRIMÔNIO À FAMÍLIA: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO E A RITUALIZAÇÃO DO FATO .....	40
<b>2 A SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESPAÇOS ...</b>	<b>50</b>
2.1 CENAS E CENÁRIOS: A CRISTIANIZAÇÃO DA SOCIEDADE .....	50
2.2 O SÉCULO XX E OS DESAFIOS DA REAFIRMAÇÃO .....	54
2.3 A LEGITIMAÇÃO INSTITUCIONAL NA DÉCADA DE 1940 .....	58
2.4 A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E A BUSCA DE APOIOS .....	60
2.4.1 A mobilização de intelectuais.....	60
2.5 DIÁLOGOS POLÍTICOS E AÇÕES SOCIAIS: OS ELOS PARA OS OUTROS DIÁLOGOS .....	62
2.5.1 Outros tempos, outras necessidades: a implantação da liderança do episcopado .....	67
2.5.2 Católicos sim! Cidadãos também: o "novo" clamor .....	72
2.5.3 No Santuário das Tradições e dos Costumes, as inflexões do tema da família a partir da segunda metade do século XX .....	75
<b>3 REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NA REB .....</b>	<b>86</b>
3.1 A VOZ DA OFICIALIDADE – A ESTRATÉGIA DA BOA IMPRENSA .....	87
3.2 A PRESERVAÇÃO DA FAMÍLIA: PREPARAR OS JOVENS PARA O CASAMENTO .....	91
3.3 A REGULAMENTAÇÃO DO RITUAL E A VALIDADE DO MATRIMÔNIO.....	95
3.4 O CONFRONTO DE RITUAIS: O SAGRADO E O PROFANO.....	102
3.5 IGREJA, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: A PRESERVAÇÃO DO RITUAL E DAS REPRESENTAÇÕES .....	108



3.6	EVANGELIZAR A FAMÍLIA: A ESTRATÉGIA DE UMA CATEQUESE CATÓLICA.....	112
3.7	DESAFIOS DA MODERNIDADE .....	116
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	124
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	128

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo central analisar as representações de família apresentadas pela *Revista Eclesiástica Brasileira* - REB, veículo de comunicação da Igreja Católica desde 1941, quando foi publicada a sua primeira edição. A partir de então, "tem sido para a maioria um manancial de lições utilíssimas, recordando temas já conhecidos, mas não aprofundados, sugerindo problemas e soluções e despertando o gosto pelo estudo das questões eclesiais"<sup>1</sup>.

A motivação para a escolha da temática em parte é consequência de um trabalho anterior, de conclusão de Pós-Graduação, intitulado *A presença da Igreja Católica na ocupação e formação do Sudoeste do Paraná*, que permitiu a compreensão de algumas das estratégias da instituição no sentido de garantir sua atuação e implantar seus princípios nessa região.

Contudo, a presente pesquisa estuda as edições da REB entre os anos de 1941, início da publicação da revista, e 1965, ano do término do Concílio Vaticano II, e analisa as construções e representações de família por ela divulgadas e as estratégias da instituição católica para manter seus princípios ou adaptá-los conforme as circunstâncias.

Por meio de estudos historiográficos procura-se direcionar este trabalho na linha da História Cultural, ou seja, identificar as representações de família difundidas pela revista, na proposta de atenção aos novos objetos e, em especial, destacar as estratégias utilizadas pela Igreja, através dos vários organismos, com o objetivo de perpetuar seus domínios.

Surgida a partir dos Annales, a História Cultural, assim como tantas outras modalidades da historiografia<sup>2</sup>, pode ser definida como campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas que tem claros antecedentes desde o início do século, ou mesmo antes, tornando possíveis

---

<sup>1</sup> KLOPPENBURG, Frei Boaventura (OFM). *Revista Eclesiástica Brasileira*. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 1, p.126, mar. 1953.

<sup>2</sup> História Social, História Demográfica, História das Mentalidades, entre outras.

outros olhares sobre uma multiplicidade de temas e objetos antes desconhecidos ou abandonados pela historiografia.<sup>3</sup>

Para Peter Burke, a História Cultural não é exclusivamente uma subárea da história, na qual a cultura surgiu no âmbito da anunciada crise dos paradigmas, mas pode ser compreendida como um fenômeno transitório na prática historiográfica atual.<sup>4</sup> Além dos teóricos Michel de Certeau e Roger Chartier, fazem parte desta tendência: Michel Foucault, Hayden White, Peter Burke, Lynn Hunt e muitos outros.

Falar de Michel de Certeau e Roger Chartier é falar de dois dos vários estudiosos e propagadores da História Cultural. Estes autores discutiram, criaram, aprimoraram e tentaram compreender e explicar, definindo certas categorias, conceitos e noções históricas de grande "peso" utilizados pela maior parte dos historiadores.

Conforme José D'Assunção Barros, Chartier e Certeau têm em comum a "crítica às concepções monolíticas da Cultura, condenando a pretensão de se estabelecer em definitivo relações culturais que seriam exclusivas de formas culturais e de grupos sociais particulares"<sup>5</sup>.

Michel de Certeau investe na possibilidade de decifrar normas culturais através do cotidiano, enquanto Roger Chartier interessa-se pelas transferências entre a cultura oral e a cultura escrita, mostrando como indivíduos não-letrados podem participar da cultura letrada por meio de práticas culturais diversas, ou o contrário.<sup>6</sup>

Nascido em Chambéry, na França, em 1925, Michel de Certeau é um dos grandes nomes da História Cultural, pelas reflexões formuladas. Entre as várias obras publicadas estão: *A Cultura no Plural* (1974), *A Escrita da História* (1975) e *A Invenção do Cotidiano* (1980).

Dedicou-se ao estudo da religião e das experiências místicas entre os séculos XVI e XVII. Para ele, era preciso haver o diálogo com as outras disciplinas das Ciências Humanas, principalmente com a Antropologia e a Linguística, além de considerar importante a análise do *lugar* de onde fala o historiador.

---

<sup>3</sup> BARROS, José D'Assunção. A história cultural francesa: caminhos de investigação. **Revista de História e Estudos Culturais**, v.2, n.4. p.2, out./nov./dez. 2005.

<sup>4</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>5</sup> BARROS, 2005, p.7.

<sup>6</sup> *Id.*

Michel de Certeau analisa alguns procedimentos ocorridos durante o processo de produção, difusão e assimilação dos "bens culturais", assim como os sujeitos que participam deste processo, seja produzindo ou recebendo esses bens.

Mas o grande mérito dessa discussão está na definição que ele dá às ações de estratégia e tática, ocorridas durante a trajetória do fato descrito acima, fazendo-se presente em nosso cotidiano. Por estratégia, Certeau define:

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.<sup>7</sup>

A tática, por sua vez, é assim descrita:

a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] A tática não tem por lugar senão o do outro. [...] Não tem meios para se manter em si mesma, [...] a tática é movimento [...]. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. [...] Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas.<sup>8</sup>

Para ele, nossa vida é um longo jogo entre estratégias e táticas. As estratégias, segundo Certeau, mostram a resistência, o estabelecimento de um lugar, o que não deixa de comprovar aquilo que fazemos e que a sociedade nos prega: a luta, a conquista e a permanência de um espaço só nosso.

Já a tática volta-se para a habilidade em relação à utilização do tempo, ao movimento e ao aproveitamento de ocasiões, sendo comandada pela ausência de poder, e a outra (a estratégia) pela existência do poder. Poder-se-ia dizer que a tática é aquilo que se faz quando não se tem um lugar próprio, quando não se está no comando.

Nascido em Lyon, na França, em 1945, Roger Chartier é um dos historiadores mais conhecidos da atualidade. Dedicado a pesquisas com novas abordagens e

---

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de: Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p.99.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p.100.

objetos que passaram a fazer parte da História a partir do Annales, ele pertence à terceira geração deste grupo. Com inúmeras obras publicadas, as mais famosas – pelo menos aqui no Brasil – são: *História da vida privada: da renascença ao século das luzes* e *História Cultural: entre práticas e representações*. Sua contribuição é extremamente notável no campo da História Cultural.

A importância da História Cultural para Chartier está na possibilidade que esta oferece para identificar como uma realidade social é construída, pensada e dada a ler em diferentes lugares e momentos. E deve ser entendida, segundo ele, como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido.

Ao produzir suas reflexões acerca da História Cultural, Roger Chartier trabalha com alguns problemas conceituais, como representação, prática e apropriação, e evidencia a diferença entre levar ou não em consideração o contexto em que um livro (ou até mesmo uma pesquisa) foi produzido.

Chartier incorporou as categorias *apropriação e transformação cultural* de Certeau. Seguindo os passos desse autor, acredita no diálogo entre a História e os diversos "ramos" das Ciências Humanas, como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a Teoria Literária.

Para Barros, a contribuição decisiva de Roger Chartier para a História Cultural está na elaboração das noções complementares de práticas e representações que são úteis por permitirem o exame dos objetos culturais produzidos, dos sujeitos produtores e receptores, dos processos que envolvem sua produção e difusão, dos sistemas que dão suporte aos sujeitos e aos processos, e das normas que organizam esta sociedade.<sup>9</sup>

Segundo Chartier, os historiadores utilizaram "uma estratégia de captação posicionando-se nas frentes abertas por outros". Daí surgiu a manipulação de novos objetos e novas formas de questioná-los. "O que significava construir novos territórios do historiador pela anexação de territórios alheios", uma vez que ficou mais próxima a questão interdisciplinar na História. Contudo, ele afirma:

---

<sup>9</sup> BARROS, 2005, p.7-11.

as verdadeiras mutações do trabalho histórico nestes últimos anos não foram produzidas por uma "crise geral das ciências sociais" [...] nem por uma "mudança de paradigma" [...] mas que estão ligadas à distância tomada, nas próprias práticas de pesquisa, em relação aos princípios de inteligibilidade que tinham governado o procedimento do historiador há vinte ou trinta anos.<sup>10</sup>

Foi a partir do momento em que os historiadores renunciaram à descrição da totalidade social e ao modelo braudeliano que se passou a "pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas) e sem que fosse dada primazia a um conjunto particular de terminações [...]". Com isso, mostrou-se possível fazer uma história mais "leve", mas não menos importante.<sup>11</sup> Uma história cultural, social, das mentalidades, enfim, diferentes histórias a partir de diversas abordagens, que explicitam o macro no micro e que se faz a cada dia mais atraente e ganhadora de adeptos.

A partir das considerações dessas correntes historiográficas considera-se que propor uma análise das estruturas de família, da construção de um ideal e da preservação desse pela Igreja Católica possibilita utilizarmos os conceitos e propostas de obras já citadas de diferentes autores sobre como fazer uma pesquisa construindo uma proposta centrada não em uma verdade, mas na ideia e na discussão e análise das fontes e dos questionamentos de ações propostas pela instituição em estudo.

Embora houvesse escritos<sup>12</sup> acerca do papel social e político da Igreja Católica Apostólica Romana, é importante um levantamento de hipóteses sobre como esta instituição reagiu com relação à família cristã em meio às mudanças na sociedade brasileira, na tentativa de mostrar de que maneira a instituição discutiu esses assuntos – os quais poderiam ameaçar as estruturas da família cristã – em uma de suas revistas de circulação nacional, a *Revista Eclesiástica Brasileira* - REB.

---

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990. p.176.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p.176-177.

<sup>12</sup> AZZI, Rioldo; GRIJP, Klaus van der. **História da igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Terceira época (1930-1964). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. T. II/3-2. (Coleção Geral da Igreja na América Latina); BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

Contudo, a intenção desta pesquisa consiste não só em discutir as mudanças, mas, principalmente, em apresentar as estratégias usadas pela instituição católica na tentativa de manter seus princípios com relação à família.

Desta forma, considera-se a História da Igreja como um campo de análise do historiador, porém procura-se desvincular o sentido teológico do tema dando ênfase à atuação social da instituição, principalmente pela divulgação das orientações que deveriam ser difundidas em meio ao clero pela REB, na intenção da formação de um discurso uniforme e da padronização de conceitos que seriam repassados ao conjunto dos fiéis.

O interesse está em analisar como a Igreja Católica no Brasil, por intermédio da REB, difundiu concepções acerca do ideal de família, reafirmando seus dogmas e princípios. Nesse aspecto, far-se-á um mapeamento dos artigos da revista que discutem conceitos e apresentam normas para a orientação das famílias católicas.

Convém destacar que a Igreja é uma instituição milenar e que esteve e está presente em diversas sociedades. Portanto, para melhor compreendê-la, é preciso ter em mente o conceito de *longa duração*, explicado por Fernand Braudel.

Com base na leitura da REB e de documentos oficiais da Igreja Católica, como as Encíclicas Papais sobre temas relacionados à família, a Bíblia Sagrada, o Catecismo da Igreja Católica e o Código de Direito Canônico, busca-se apresentar a compreensão de família divulgada por esses meios.

Torna-se oportuno destacar que, durante esse período, ocorreram mudanças significativas a partir do Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-1965), cujos argumentos, diferentemente daqueles apresentados no Concílio de Trento, procuraram adequar a Igreja ao mundo moderno e à necessidade de conhecer o homem que vive neste mundo, bem como suas compreensões e atitudes perante a ideia do sagrado e da própria Igreja.

Curiosamente, percebe-se que, ao tentar se inserir no mundo moderno, a Igreja Católica iniciou um processo de repensar seu lugar neste mundo envolto em mudanças, buscando, como instituição, participar da realidade e, na medida do possível, transformá-la.

Georges Duby, em sua obra *Idade Média, Idade dos Homens, do amor e outros ensaios*, destaca que, durante as pesquisas, deve-se

pôr em evidência os dois perigos que ameaçam nossos empreendimentos de elucidação, os dois desvios que a natureza das fontes podem, se não tomarmos cuidado, determinar no trajeto das nossas pesquisas. No primeiro desses erros de perspectiva o historiador cairá se ele se ativer, justamente, aos enunciados normativos, aos termos dos regulamentos, às fórmulas dos atos jurídicos, se ele se fiar no que dizem as palavras, se acreditar que elas efetivamente governam o comportamento dos homens. Não esqueçamos jamais que todo preceito de lei ou de moral constitui apenas um elemento entre outros de uma construção ideológica edificada para justificar certas ações e para, numa certa medida, mascarar-las; que, sob esse disfarce que garante a boa consciência, toda regra é mais ou menos transgredida, e que entre a teoria e a prática existe um espaço cuja extensão o historiador [...] deve esforçar-se por determinar.<sup>13</sup>

Assim, nesta pesquisa, para tratar desse tema que envolve a instituição católica, e demais pessoas, comunidades, individualidades, comportamentos e conflitos com duração de séculos e milênios, e apresentar hipóteses a esse respeito, deve-se observar a orientação de Duby.

Considerando o tema *casamento* ou *família* como elemento social nas diversas sociedades, ele poderá ser analisado em seus diferentes conceitos, visto tanto como relações pessoais quanto como simples uniões e concubinatos, ou ainda nas suas uniões já legitimadas pela Igreja por meio do matrimônio, ou pela união civil.

Como visto, este é um vasto campo de possibilidades. Daí reafirmar a orientação de Duby:

por isso insisto na necessidade de atravessar a qualquer custo a espessura, a opacidade da camada de moralismo que cobre por inteiro nossos dados. Já que o casamento é um ato social, e, sem dúvida, o mais importante de todos, já que se trata de um problema de história social<sup>14</sup>.

Nesta pesquisa, as representações de família e casamento são analisadas a partir das discussões teóricas construídas pelos teóricos acima indicados e fundamentadas nos documentos da Igreja e nos textos publicados pela REB no período de 1941 a 1965. São apresentadas e discutidas as construções elaboradas pela instituição católica no intuito de conduzir os leigos ao ideal de família e de garantir sua manutenção e continuidade.

---

<sup>13</sup> DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens**: do amor e outros ensaios. Tradução de: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.13.

<sup>14</sup> *Id.*



Para adentrar no cerne desta proposta procura-se destacar a construção histórica do casamento, bem como explicitar algumas notas sobre os personagens envolvidos em tal processo histórico. Com base nos documentos conciliares e pastorais da Igreja Católica, buscou-se realizar um levantamento da trajetória histórica do casamento e da concepção cristã do matrimônio. Esse processo deu ênfase à Sagrada Escritura, considerando-a como fonte fundamental na compreensão dos princípios acerca da união conjugal e moderadora das normas atribuídas aos casais na oficialização de sua relação perante Deus e a Igreja.

Já na segunda etapa desta pesquisa busca-se elucidar algumas questões referentes ao histórico da instituição católica no Brasil, entre os anos de 1930 a 1965, como também o diálogo entre autores que trabalham as relações da Igreja com a sociedade e com a política, em que se destacam a participação da Igreja em comunhão com os governos de Getúlio Vargas (1930-1945), as alianças políticas e a influência de Dom Leme.

Apresenta-se ainda um cenário do período, ressaltando a atuação da Igreja e a necessidade de ampliar sua participação na construção de movimentos sociais (como a JOC - Juventude Operária e a JEC - Juventude Estudantil, entre outros) para que o maior número de grupos pudesse ser atingido pelos princípios e valores católicos.

Por seu turno, em nível institucional, a Igreja apoiou Hélder Câmara no seu esforço para a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como novo instrumento de atuação social da Igreja no País.

O terceiro capítulo dedica-se à análise de alguns artigos publicados na REB no período de 1941 a 1965, seus desdobramentos na constituição da família e na preservação dos costumes, bem como a organização de movimentos católicos destinados a incentivar e melhorar as relações familiares. Dentre estes se destacam a Pastoral familiar, os Encontros de família e a Catequese. Visa-se ressaltar os "papéis" definidos pela Igreja para cada membro da família, tendo a Igreja, como exemplo maior, a Sagrada Família de Nazaré.

Conforme já indicado, a fonte principal deste trabalho é a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), publicação de caráter teológico-pastoral. Dividida em várias seções (artigos, comunicados, crônicas, necrologia, apreciações de livros, teses e dissertações, novidades editoriais), oferece um conjunto de trabalhos e artigos que mostram a ação e a reflexão da Igreja no Brasil. Nela são abordados temas de teologia, os desafios

pastorais, a realidade sociorreligiosa, o direito canônico, a espiritualidade, a evangelização, entre outros.

É uma revista trimestral, publicada nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, e possui aproximadamente 256 páginas por fascículo. A responsabilidade editorial é da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, através do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, Rio de Janeiro, com a promoção e divulgação da Editora Vozes Ltda. Compreende-se que esta revista é utilizada como meio de publicar documentos oficiais da Igreja, de divulgá-los e, assim, padronizar o discurso do clero.

O uso da REB como fonte de pesquisa sustenta o objeto de análise, por conter, em seus exemplares, inúmeras normas e orientações às famílias católicas do Brasil, mediante informações homogêneas ao clero, em meio às transformações sociais que afetavam a sociedade brasileira.

A REB, além da transcrição de documentos da Igreja, possui um espaço para a publicação de diversos temas que defendem os princípios da instituição e expressam o ideal do cristão, da família e dos sujeitos sociais nela envolvidos.

Cada volume da revista é composto em média por 1.150 páginas. As seções são definidas e divididas por assuntos, sendo os mais frequentes: doutrina religiosa católica e normas baseadas na Sagrada Escritura e em outros documentos eclesiais.

O estilo utilizado é predominantemente narrativo, com apresentação de questões familiares, sociais e normativas. Costuma responder a questões levantadas, geralmente, por padres de várias regiões do País, que relatam pequenos episódios do cotidiano social e religioso, com dúvidas sobre como proceder, ou se agiram conforme as normas da instituição. Normalmente as respostas são apresentadas em latim, baseadas nas Encíclicas e Exortações Papais, no Catecismo Católico e no Código de Direito Canônico.

Assim, nota-se o interesse em ensinar e orientar o leitor sobre questões de moral, com apelo à emoção pela linguagem aplicada, recorrendo a muitas expressões que remetem a ideias como bem/mal, certo/errado, virtude/pecado e que almejam padronizar o discurso e a prática do clero brasileiro.

Conforme o texto "Fastos Jubilares", da REB de 1965, escrito pelo padre Waldomiro Pires Martins, que visava comemorar a trajetória da revista, desde sua fundação em 1941, afirma-se que "a ideia de fundar uma revista técnica, uma revista

de classe para todo o clero do Brasil, partiu de dois sacerdotes de Minas Gerais, Pe. Guilherme Boeing SS.CC. e Cônego José Xavier de Maria"<sup>15</sup>.

O Padre Guilherme era natural da Holanda e o Cônego José Xavier de Maria era brasileiro, sendo que ambos trabalhavam no Estado de Minas Gerais e dedicavam-se a trabalhos sociais, além de suas atividades religiosas. No intuito de publicarem os assuntos relativos a seus trabalhos, e dispostos a divulgar a doutrina cristã, procuraram apoio na Editora Vozes Limitada, em Petrópolis. Dom Leme, então cardeal responsável pela arquidiocese do Rio de Janeiro, mostrou-se favorável e "tornou obrigatória para o clero a assinatura da Revista"<sup>16</sup>.

Ainda em janeiro de 1939 teve início sua publicação, mas, neste período, intitulada de 'COR', com o subtítulo Revista Eclesiástica Brasileira. "A Revista 'COR' aparecia em fascículos de 64 páginas. A matéria distribuía-se pelas seguintes secções: Atos da Santa Sé, Teologia Dogmática, Teologia Moral, História, Exegese, e outros assuntos emergentes"<sup>17</sup>.

Os idealizadores obtiveram o apoio de inúmeros sacerdotes. Contudo, a revista

não se projetava suficientemente no plano nacional. Causa, talvez, fôsse sua dupla finalidade como órgão nacional e ao mesmo tempo boletim regional do Rio de Janeiro. Esta circunstância ter-lhe-á, pelo menos, diminuído a força de penetração em todo território nacional. A empresa perigava, e a situação editorial reclamava medidas de urgência. A Editora Vozes via-se na alternativa de suspender a publicação, ou de levá-la adiante em plano diferente, mais amplo, mais arejado, de maior envergadura.<sup>18</sup>

Sendo assim, decidiu-se por uma transformação. E a revista ganhou novos entusiastas, recebendo o nome de *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Na publicação de comemoração dos dez anos da revista, em artigo produzido pelo Cônego Agnelo Rossi, destaca-se:

---

<sup>15</sup> MARTINS, P. Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.25, fasc. 4, p.863, dez. 1965.

<sup>16</sup> *Id.*

<sup>17</sup> *Id.*

<sup>18</sup> *Ibid.*, p.864.

em 1941, era o clero brasileiro homenageado com o aparecimento da Revista Eclesiástica Brasileira. As proporções da revista, sua excelente apresentação gráfica e, sobretudo, seu programa eram realmente uma demonstração de apreço e de confiança na cultura, no valor e no devotamento do clero brasileiro.<sup>19</sup>

Em uma nova fase, a revista é repensada por Frei Tomás Borgmeier, OFM. "Nome feito no cenário internacional, conhecido através da edição de uma revista poliglota de entomologia, [...] era homem providencial que a Editora Vozes, de Petrópolis, colocava à testa da arrojada empresa"<sup>20</sup>.

Apesar da nova administração, a revista sofre poucas mudanças em sua estrutura. Composta, desde as primeiras publicações até as atuais, em "I. Artigos; II. Comunicações; III. Assuntos Pastorais; IV. Ministerium Verbi; V. Documentação; VI. Pelas Revistas; VII. Crônicas Eclesiásticas; VIII. Necrologia; IX. Apreciações; X. Bibliografia"<sup>21</sup>.

Uma consideração reiterada desde o início da revista é a justificativa sobre a dificuldade de publicações variadas e em curto prazo, pois, segundo a REB,

dada a escassez de clero, [...] falta-nos o vagar necessário, a tranquilidade para o estudo e a pesquisa. Até mesmo os especialistas vivem assoberbados de ocupações, e só roubando o tempo ao sono ou ao repouso das férias conseguem avançar no seu campo favorito de observações.<sup>22</sup>

No período de 1953 até 1972, Frei Boaventura Kloppenburg assume a direção da REB. Nesta etapa a revista mantém a estrutura anterior, porém, por sugestão, pede-se que evite a práxis de citações em latim e noutras línguas. Quando se tratasse de documento eclesiástico o latim poderia ser mantido, mas com nota de rodapé, para confronto e compreensão do leitor.

---

<sup>19</sup> ROSSI, Cônego Agnelo. Dez anos de Revista Eclesiástica Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.11, Fasc. 2, p.225, jun. 1951.

<sup>20</sup> *Id.*

<sup>21</sup> MARTINS, 1965, p.867.

<sup>22</sup> ROSSI, *op. cit.*, p.226.

Ainda na REB de 1965, exprime-se a ideia de que

não é um órgão de expansão para teólogos profissionais, mas uma publicação de exímios teólogos para o sacerdote comum na cura das almas. Cabe-lhe, pois, a grata missão de "traduzir" para nosso Clero, absorvido por tantas tarefas materiais, em linguagem pastoral, querigmática, o que a Santa Igreja, Mãe e Mestra, lhe propõe no estilo técnico do magistério ordinário.<sup>23</sup>

Finalmente, cabe sublinhar que o uso de um periódico como a REB como fonte de pesquisa para esta dissertação foi de fundamental importância porque esta revista traduz as ideias produzidas e reproduzidas pela Igreja Católica em torno do tema do sacramento do matrimônio e da estrutura da família. Os textos nela publicados permitem analisar as representações de família construídas por especialistas do clero e por ela transmitidas aos demais sacerdotes e fiéis. Partindo dessa ideia, conforme afirma Pierre Bordieu,

a ciência de um discurso em sua forma atual só pode existir na medida em que seja não apenas gramaticalmente correta, mas sobretudo socialmente aceitável, quer dizer, ouvida, acreditada e, por conseguinte, eficiente num determinado estado das relações de produção e de circulação.<sup>24</sup>

Portanto, uma transmissão pensada, coerente, eficaz para a instituição e que atingisse o maior número possível do clero, ramificando em inúmeras outras difusões nas paróquias e nas práticas diárias.

Neste aspecto, a REB de 1965 assim expressa sua intenção:

De fato, e graças a Deus a Revista Eclesiástica Brasileira sempre se manteve nessa linha de orientação. Com senso divinatório, antecipou-se em vários pontos às tendências da Igreja em nossos dias, claramente manifestadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. Não perde de vista a peculiar situação de nossos soldados de trincheiras, de nossos colegas do interior, em paróquias difíceis, em pontos missionários, segregados do ambiente conatural ao sacerdócio, sequiosos, todavia, de uma mensagem eclesial confortadora, como esta que a Revista Eclesiástica lhe faz chegar, regularmente, de três em três meses, com uma pontualidade impressionante.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> MARTINS, 1965, p.870.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de: Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.64.

<sup>25</sup> MARTINS, *op. cit.*, p.870.

Faz-se então, neste trabalho, uma análise dos conteúdos transmitidos pela revista, nos quais se evidencia a intenção da instituição na unificação dos ideais católicos em todo o território nacional, como afirma o Cônego Agnelo Rossi:

Fazia parte do programa da novel revista ser laço de união entre o clero do Brasil bem como apresentar um retrato do catolicismo em nossa Pátria. Desejava ser sadiamente moderna, científica e prática, ao mesmo tempo. Enfim, uma revista do clero, feita pelo clero e para o clero.<sup>26</sup>

Compreende-se, desse modo, que a Igreja fez uso do periódico na intenção de padronizar e divulgar, de maneira pensada e elaborada, a atuação de seu clero no trabalho de evangelização por todo o Brasil. Neste sentido, é oportuno destacar o texto abaixo, que representa as expressões de vários sacerdotes a respeito da REB:

tem sido para a maioria do clero brasileiro um manancial de lições utilíssimas, recordando temas já conhecidos mas não aprofundados. [...] a publicação constante dos documentos pontifícios, a orientação segura e positiva da revista, contribuem não só para a melhor formação do clero como também para sua união, sempre mais estreita e afetuosa, com o pensamento e os desejos da Santa Sé. [...] providencial laço de união entre o clero deste gigantesco país, plasmando uma mesma mentalidade, toda ela voltada ao serviço de Deus e da Pátria.

---

<sup>26</sup> DOCUMENTAÇÃO. A Revista Eclesiástica Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.25, fasc.3, p.227, jul. 1965.

## 1 IGREJA CATÓLICA E MATRIMÔNIO: CONCEITO, CONTROLE E RITUALIZAÇÃO

A Revista Eclesiástica Brasileira sustentada pelos princípios católicos procurou por várias possibilidades alcançar a família católica pela padronização de seu discurso feito ao clero e do clero para cada membro cristão.

Nesse propósito a REB difundia os documentos e possibilitava o acesso a documentos oficiais da Igreja, levando a “veracidade” de suas orientações. Em especial como veremos nesse capítulo a insistência na compreensão do casamento como sacramento instituído pelo próprio Deus, reafirmado pelos documentos eclesiais e difundidos pela Revista.

Segundo o Codex Iuris Canonici (Código de Direito Canônico),

A aliança matrimonial, pela qual o homem e a mulher constituem entre si uma comunhão da vida toda, é ordenada por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, e foi elevada, entre os batizados, à dignidade de sacramento, por Cristo Senhor.<sup>27</sup>

Partindo desta definição, e para entender as representações de família contidas na *Revista Eclesiástica Brasileira* e o conjunto de rituais que envolvem a cerimônia do casamento religioso, é importante que se busque nos documentos eclesiais a fundamentação deste sacramento construído no decorrer da história da Igreja.

A concepção do sacramento matrimonial, constituído como base e impulso da vida familiar, tem como referência principal a Bíblia, e dela decorre um vasto conjunto de documentos produzidos pela Igreja de Roma nos quais estão elencados os argumentos para a indissolubilidade do matrimônio, os preceitos religiosos difundidos através do tempo e da história e utilizados para a construção do ideal de família católica.

---

<sup>27</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS BRASILEIROS (CNBB). **Código de Direito Canônico: Codex Iuris Canonici**. Brasília: Loyola, 1983. p.485. Cân. 1055; IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da igreja católica**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.378.

Os documentos, cartas e exortações apostólicas produzidos por papas, bispos e demais autoridades eclesiásticas no seu magistério, os eventos conciliares que reafirmam os conceitos de família, desde a Igreja primitiva aos dias atuais, buscam seus principais argumentos na Sagrada Escritura. Nesta documentação, observa-se que o tema do matrimônio e da família ocupa um espaço significativo tanto nos discursos como nas práticas da instituição.

Parafraseando Fernand Braudel<sup>28</sup> em suas referências ao tempo, pode-se dizer que a Igreja, com toda essa documentação, percorre um tempo longo, vai e volta, usa outros olhares, carregados de outras inquietações, formula perguntas e enfrenta dilemas, mas, ao se debruçar sobre este tema, o principal fundamento da resposta encontra-se nos escritos bíblicos, seja no velho ou no novo testamento. Ao mesmo tempo, a pesquisa realizada nos escritos da REB revela que a construção do conjunto de representações nela contido também parte dessas mesmas fontes.

Assim, ao analisar esse conjunto de documentos, e acrescentando as ações pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os encontros de família e cursos de noivos, percorre-se nesta pesquisa um caminho em busca da compreensão de um conceito que será interpretado a partir da documentação eclesiástica e dos escritos publicados na REB, tendo por objetivo apreender a luta e o esforço para a conquista e manutenção de um ideal de família. Um conjunto de controles e ritos mostra que a Igreja tratou e trata este tema com muita seriedade e obstinação, porque acredita que ele se constitui num dos baluartes da sociedade e da própria Instituição.

## 1.1 INSTITUIÇÃO MATRIMONIAL: EM BUSCA DE UM CONCEITO

Como primeiro aspecto é fundamental entender como a Igreja, num esforço histórico, busca construir um conceito de matrimônio cristão. Para isso, cabe mostrar

---

<sup>28</sup> BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 4.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p.17. Ao referir-se ao tempo, dizia que "sair-se dele para voltar a ele mais tarde, mas com outros olhos, carregados com outras inquietações, com outras perguntas".



as origens deste conceito em especial, como ele aparece ao longo da história a partir do livro fundador do discurso católico – a Sagrada Escritura<sup>29</sup>.

Pelo Catecismo da Igreja Católica, compreende-se que

a Santa Mãe Igreja, segundo a fé apostólica, tem como sagrados e canônicos os livros completos tanto do Antigo como do Novo Testamento, com todas as suas partes, escritos sob a inspiração do Espírito Santo, eles têm Deus como autor e nesta sua qualidade foram confiados à própria Igreja.<sup>30</sup>

Com base nessa concepção, a instituição católica defende os princípios relacionados à família e outros preceitos contidos nos livros sagrados.<sup>31</sup> Vale ressaltar ainda que, do seu ponto de vista, no Antigo Testamento encontram-se informações que anunciam a vinda de um Salvador, além de relatar a história de vários povos que, conduzidos pelos patriarcas e profetas, aguardavam a vinda do Messias. "Deus, pois, inspirador e autor dos livros de ambos os Testamentos, de tal modo dispôs sabiamente, que o Novo estivesse latente no Antigo e o Antigo se tornasse claro no Novo."<sup>32</sup>

Já o Novo Testamento "contém, além dos quatro Evangelhos, também as epístolas de S. Paulo e outros escritos apostólicos exarados sob inspiração do Espírito Santo, [...] narram-se os inícios e a admirável difusão da Igreja e se prenuncia a sua gloriosa consumação"<sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> BÍBLIA SAGRADA AVE MARIA. 50.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. Conjunto dos livros inspirados do AT (Antigo testamento) e NT (Novo Testamento), originariamente escrito em hebraico, aramaico e grego. Estes livros são o patrimônio espiritual do judaísmo e das Igrejas cristãs. Índice Bíblico-Pastoral, p.1491.

<sup>30</sup> IGREJA CATÓLICA, 1997, art. 105, p.40.

<sup>31</sup> Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rute, os dois livros de Samuel, os dois livros de Reis, os dois livros das Crônicas, Esdras e Neemias, Tobias, Judite, Ester, os dois livros de Macabeus, Jó, os Salmos, os Provérbios, o Eclesiastes (ou Coélet), o Cântico dos Cânticos, a Sabedoria, o Eclesiástico (ou Sirácida), Isaías, Jeremias, as Lamentações, Baruc, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias, para o Antigo Testamento. – os evangelhos de Mateus, de Marcos, de Lucas e de João, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas de São Paulo aos Romanos, a primeira e a segunda aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, a primeira e a segunda aos Tessalonicenses, a primeira e a segunda a Timóteo, a Tito, a Filêmon, a Epístola aos Hebreus, a Epístola de Tiago, a primeira e a segunda de Pedro, as Três Epístolas de João, a Epístola de Judas e o Apocalipse, para o Novo Testamento.

<sup>32</sup> VIER, Frederico (OFM). 1969. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 14.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980. Cân. 185-186. p.132-133.

<sup>33</sup> *ibid.*, p.135.

Embora, ao analisar os textos bíblicos, devam ser consideradas suas diferentes características, isto é, os planos teológicos, filosóficos, históricos e sociais. A Igreja Católica, em seus ensinamentos sobre matrimônio, parte do pressuposto de que este foi instituído pelo próprio Deus.

Na Bíblia, as referências às relações entre o homem e a mulher (consideradas como relações que levariam ao matrimônio) aparecem desde o primeiro livro do Pentateuco, o *Gênesis*<sup>34</sup> (1.º e 2.º capítulos), assim traduzidas: "*E Deus percebeu que não é bom que o homem esteja só*" (2,18a). Então, disse ao homem: "*Eu vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada*" (2,18b).

Também no livro *Cântico dos Cânticos*<sup>35</sup> o amor e a sensualidade aparecem explícitos: "*Sua boca me cubra de beijos! Melhores que o vinho são tuas carícias, melhor é a fragrância de teus perfumes, teu nome é um perfume refinado; por isso os jovens de ti se enamoram*" (Cc, 1, 2-3).

Os profetas se servem da comparação do matrimônio humano para explicar as relações de Deus com o seu povo. Iavé é o esposo e o povo é a esposa. Quando o casal de Israel vive o seu amor, sabe que realiza o mistério do amor de Deus pelo seu povo.

O ideal do amor humano não se encontra somente no protótipo do casal inaugural, mas também no arquétipo do amor divino. Esta leitura feita pelos profetas é aprofundada pelo apóstolo Paulo quando este estabelece a relação do mistério Cristo-Igreja com o mistério de amor cristão de esposo-esposa.<sup>36</sup> Na epístola aos

---

<sup>34</sup> Por se ocupar das origens do mundo e da humanidade. Apesar de ser o primeiro dos cinco livros da "Lei de Moisés" (Pentateuco) contém, sobretudo, textos narrativos, que tornam o livro mais popular e conhecido do Antigo Testamento. Mostram-nos como o Criador do Universo se dá a conhecer aos pais da fé, os patriarcas, faz com eles uma aliança, prometendo-lhe uma terra e uma numerosa descendência. Extraído da Introdução do Livro Gênesis (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p.22).

<sup>35</sup> BÍBLIA SAGRADA, 2005, p.814-815. "De autoria desconhecida, o Cântico dos Cânticos procura representar esta nova aliança e este tempo messiânico, não sob a forma de ideias abstratas, mas como encontro amoroso de um par humano, em ambiente que lembra o paraíso. Seu ponto de partida é o sentimento de amor de um jovem casal de namorados que, paulatinamente, envolve o leitor em seu romance apaixonado. [...] o Cântico não pretende celebrar o exercício da sexualidade, mas o prazer sensível que nasce do amor, pela experiência da mais profunda atração mútua e da exclusiva, total e definitiva doação recíproca entre duas pessoas: homem e mulher. Extraído da Introdução do Livro do Cântico dos Cânticos."

<sup>36</sup> AZPITARTE, Eduardo López . **Ética da sexualidade e do matrimônio**. Tradução de: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997. p.43-44.

*Efésios*<sup>37</sup>, é comparada a união conjugal com o *relacionamento* de Cristo e sua Igreja. "Ora assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres aos seus maridos. *Maridos, amai vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela.*" (Ef 5, 24-25).

Voltando ao Antigo Testamento, o matrimônio fundamenta-se nos relatos da criação. A intenção divina é assim explicitada: "Não é bom que o homem esteja só. Vou dar-lhe uma auxiliar que lhe corresponda" (Gn 2,18). Não poderia o homem encontrar auxiliar senão naquela que é carne de sua carne e osso de seus ossos. Esta Deus a criou para ele, por isso, "deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam 'uma só carne'" (Gn 2,24). Destaca-se também que a criação do homem e da mulher é feita à imagem e semelhança de Deus. Ao se referir às núpcias, o livro do Apocalipse de João revela sua visão das "núpcias do cordeiro" (*Felizes os convidados para as núpcias do Cordeiro* - Ap. 19,9). Portanto, sem detalhar todos os textos bíblicos, são fartas as citações sobre o matrimônio na sua origem e finalidade.

Todavia, mais algumas passagens, embora repetidas, merecem destaque, especialmente aquelas que se referem ao ideal eclesialístico de vida conjugal:

Porque o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, que é amor (1Jo 4, 8.16) . Deus abençoou-os e disse-lhes: Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a (Gn1, 28). Não é bom que o homem esteja só (Gn 2,18). Por esse motivo, o homem deixará o pai e a mãe para se unir à sua mulher e os dois serão uma só carne (Gn 2,24). Portanto, já não são dois, mas uma só carne (Mt 19,6).<sup>38</sup>

No Novo Testamento, a relação homem-mulher adquire sua dimensão em Jesus Cristo, que é a Nova Aliança. A partir dele e da sua vontade proclamada pelo Apóstolo, o matrimônio não só volta à perfeição primeira como é enriquecido ainda mais em seu conteúdo.

---

<sup>37</sup> Ao lado de Cl, Fl e Fm, a Epístola aos Efésios se apresenta como escrita por Paulo na prisão (3,1; 4,1; 6,20). A Igreja antiga, desde o II século, considerou Ef como carta paulina. É difícil, contudo, precisar quando e onde foi escrita, e até mesmo a que leitores se destina, pois em alguns dos melhores códigos falta a indicação "em Éfeso" (1, 1s). [...] vários críticos consideram Ef uma espécie de carta circular, dirigida a várias comunidades da Ásia Menor. Extraído da Introdução da Epístola aos Efésios (BÍBLIA SAGRADA, 2005, p.1375).

<sup>38</sup> Capítulos da Sagrada Escritura - Antigo e Novo Testamento (BÍBLIA SAGRADA, 2005).

Sobre os modelos e estruturas para a família, o *Evangelho* fornece declarações fundamentais também a respeito do matrimônio. Uma delas, por exemplo, é encontrada no texto de Mateus:

Os fariseus vieram perguntar-lhe para pô-lo à prova: É permitido a um homem rejeitar sua mulher por um motivo qualquer? Respondeu-lhe Jesus: "não lestes que o Criador, no começo, fez o homem e a mulher e disse: Por isso, o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher; e os dois formarão uma só carne? Assim eles já não são dois, mas uma só carne. Portanto, não separe o homem o que Deus uniu".<sup>39</sup>

A postura dos fariseus era a tentativa de colocar Jesus à prova em relação às antigas leis de Moisés, nas quais era permitido ao homem abandonar sua mulher em caso de adultério. O mesmo ocorreu em relação a Maria Madalena (a prostituta), quando novamente confrontaram os ensinamentos de Jesus com os da antiga lei.

Curiosamente, o tema do matrimônio recebe destaque nos evangelhos, talvez por ser ele um tema controvertido entre os judeus, já que a lei permitia o repúdio da mulher (despedi-la e voltar a casar: Dt 24,1-3).

"No Novo Testamento o matrimônio é usado primeiramente como meio de revelar a glorificação escatológica e celeste na qual os cristãos, juntamente com Cristo, deverão celebrar as eternas núpcias com Deus."<sup>40</sup> A união conjugal entre um homem e uma mulher descrita na Sagrada Escritura é resultado da experiência de diferentes povos, que, guiados por seus líderes religiosos, articularam regras de conduta para essa união. Compreende-se que esses relatos caracterizem a união conjugal – matrimônio – casamento como um processo de longa duração, considerando as evidências já tratadas em épocas passadas, presente em diferentes povos e nos vários períodos de transição social, econômica e cultural na história, envolto em diferentes significados e simbolismos, desde os primórdios aos dias atuais.

Ao citar os acontecimentos e ritos pertencentes à Igreja na sua amplitude e tradição, convém destacar a abordagem de Braudel quanto à concepção de *tempo*, em especial o conceito de *longa duração*.

---

<sup>39</sup> Evangelho de São Mateus 19, 3-8. (BÍBLIA SAGRADA, 2005).

<sup>40</sup> SCHILLEBEECKX, Edward. **O matrimônio**: realidade terrestre e mistério de salvação. Tradução de: Frei Alécio Broering. Petrópolis, RJ: Vozes, 1969. p.196.

Segundo ele,

para os diferentes tempos da história, a longa duração apresentou-se, pois, como um personagem embaraçoso, complexo, frequentemente inédito. Admiti-la no seio do nosso ofício não pode representar um simples jogo, a costurada ampliação do estudo e da curiosidade. [...] equivale a familiarizar-se com um tempo que se tornou mais lento, por vezes, até quase ao limite da mobilidade.<sup>41</sup>

Por esta razão, a união conjugal entre um homem e uma mulher descrita pela Sagrada Escritura é resultado da longa experiência de diferentes povos, os quais, guiados por seus líderes religiosos, articularam regras de conduta para essa união.

## 1.2 CASAMENTO: UM TEMA DA IGREJA CATÓLICA

Ao discutir o tema do casamento, Schneider destaca que "na antiguidade o casamento formal não é assunto da Igreja, como também não o é na Bíblia"<sup>42</sup>. Ele acrescenta:

em muitas culturas o casamento é um ato religioso. Muitas vezes está relacionado ao motivo do "casamento sagrado" (hierogamia): sob o pano de fundo de uma realidade interpretada dualisticamente, representada nos pólos homem e mulher, o matrimônio se apresenta como ato de reconciliação cósmica.<sup>43</sup>

As hipóteses sobre a trajetória do casamento/matrimônio são decorrentes dos ajustes e acordos ao longo do tempo, no que diz respeito à união conjugal. Como afirma Duby,

---

<sup>41</sup> BRAUDEL, 1982, p.17.

<sup>42</sup> SCHNEIDER, Theodor (Org.). **Manual de dogmática**. Elaborado por Bernd Jochen Schlupp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.329.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p.326.

as sociedades humanas são o lugar de uma pulsão fundamental que os incita a perpetuar sua existência, a se reproduzirem no quadro das estruturas estáveis [...] o que importa é a reprodução não apenas dos indivíduos, mas também do sistema cultural que os reúne e que ordena suas relações.<sup>44</sup>

Assim, pode-se analisar as estruturas do matrimônio ao longo de séculos, compreendendo as relações estabelecidas entre o poder eclesial e o Estado – em diferentes situações – na construção e reprodução de padrões sobre matrimônio, na tentativa de perpetuar conceitos e ordenar as relações conforme convém às instituições.

Nota-se que, por volta do século III, o matrimônio era considerado pelos cristãos como uma realidade terrena, celebrada segundo os costumes dos povos e submetida à ordem jurídica e à sociedade. Schillebeeckx destaca:

[...] o matrimônio não se baseava originalmente em relações interpessoais. Nem se baseava diretamente no ato procriativo, dirigido à fundação de uma família, nem na autoridade marital e paternal, mas no "culto da lareira" – o *focus patruus*. A lareira era símbolo dos antepassados falecidos, os deuses domésticos – os *manes*, *lares*, *penates*. Assim, cada família tinha sua própria liturgia doméstica com ritos, orações, hinos e sacrifícios próprios. [...] A antiga família era, pois, por definição uma comunidade religiosa.<sup>45</sup>

Até então, como visto, não é levantada a questão de saber se o matrimônio é um sacramento<sup>46</sup> (nos termos que se fará posteriormente), e nem se propõe um ordenamento jurídico especial. Assim, "entre os romanos do tempo do império, o casamento era arranjado pelos pais de cada família (*a stipulatio*). [...] Esse casamento era um contrato sem nenhuma forma jurídica"<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> DUBY, 1989, p.11.

<sup>45</sup> SCHILLEBEECKX, 1969, p.190.

<sup>46</sup> Nem Jesus nem os apóstolos falam de matrimônio como uma instituição sacral e religiosa. A visão evangélica persiste mesmo em Paulo, em acentuar a vivência como casados; não se preocupam em definir ou descrever uma instituição a ser chamada de matrimônio, ou algo correspondente. Mas, por outro lado, aproveitando o simbolismo utilizado pelos profetas quanto a Javé e seu Povo, o Messias é proposto frequentemente como Esposo, e o Reino de Deus é comparado a núpcias. Não é, então, por acaso que o Evangelho de João (2, 1-11) abre o ministério de Jesus com sua presença nas Bodas de Cana. Nesta e em muitas outras passagens, as núpcias e o Amor dos esposos são assumidos para expressar como figura ou símbolo a Aliança de Deus Salvador com os Homens (Seria facilmente ambíguo querer utilizar tais referências em favor de uma ideia institucionalizante do matrimônio, pois ali as núpcias e matrimônio se prestam para figurar a Aliança e vice-versa). (ANJOS, Márcio Fabris dos. **Teologia da família e matrimônio**. Curso para Sacerdotes. São Paulo, 2010. 40p. Apostila. p.20-A).

<sup>47</sup> SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p.192.

Ainda segundo Schillebeeckx, "o contrato do matrimônio era considerado como um ato diretamente profano, nos primeiros séculos cristãos. [...] Não se conhecia neste tempo o matrimônio em presença da Igreja"<sup>48</sup>.

Para Jesús Hortal, "desde os primeiros tempos do Cristianismo a Igreja foi introduzindo, por direito particular das diferentes regiões eclesiásticas, algumas solenidades nas celebrações do matrimônio entre os cristãos"<sup>49</sup>. Entretanto, entre os séculos IV e X ocorrem algumas transformações significativas em relação ao matrimônio. Primeiramente a progressiva intervenção da Igreja, ou seja, a presença da pessoa de um padre ou bispo na celebração. Schillebeeckx indica que "É somente no quarto século que se encontra prova da oração e da benção sacerdotal em conexão com o matrimônio. [...] – orações e benção dos bispos, [...] conhecidas tradicionalmente como uma cerimônia nupcial (um casamento *sub benedictione sacerdotis*)"<sup>50</sup>.

Outras mudanças no período referem-se ao uso do anel – "o anel era o penhor da firme resolução de casar"<sup>51</sup> – e aos demais símbolos utilizados na celebração de uma cerimônia, como, por exemplo, o beijo dos noivos. A partir da Idade Média começam a tomar corpo os cerimoniais litúrgicos com seus formulários, regras e orações como os que persistem até a atualidade.

Eva-Maria Faber afirma:

Na Idade Média, não por último por motivos da segurança legal, o matrimônio é transferido cada vez mais do âmbito da família para o espaço público eclesiástico (DH 817). Dessa maneira se produz mais um desenvolvimento litúrgico. Atribui-se cada vez mais importância à atuação da Igreja, a ponto de que, por ocasião do enlace, um voto ("Deus vos coniungat") passa a ser uma declaração ministerial: "Ego vos coniungo" (Kleinheyer/36, p. 105). Naquela época, porém, a validade do matrimônio ainda não depende da cerimônia oficial.<sup>52</sup>

---

<sup>48</sup> SCHILLEBEECKX, 1969, p.200.

<sup>49</sup> HORTAL, Jesús. **O que Deus uniu**: lições de direito Matrimonial canônico. São Paulo: Loyola, 1979. p.137. Disponível em: <[http:// books.google.com.br](http://books.google.com.br)>. Acesso em: 02 mar. 2010.

<sup>50</sup> SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p.201.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p.206.

<sup>52</sup> FABER, Eva-Maria. **Doutrina católica dos sacramentos**. São Paulo: Loyola, 2008. p.254.

A partir dos séculos XI<sup>53</sup> até o XIII entra em cena uma nova discussão: a sacramentalidade do matrimônio. Uma delas é a (re)interpretação que Agostinho faz do texto de Efésios (cap. 5,21-6,9) escrito por São Paulo, sobre a comparação da união homem-mulher com a relação entre Deus e a Igreja – seu povo. Agostinho interessou-se pelo simbolismo do matrimônio na Epístola aos Efésios, e, segundo Schillebeeckx, "chamou o matrimônio de sacramentum [...] usou-o no sentido de um vínculo indissolúvel de obrigações sagradas, e no sentido de sinal sagrado"<sup>54</sup>. Portanto, nota-se que Agostinho definiu o matrimônio como um vínculo sagrado de obrigações que deveriam ser indissolúveis.

Na opinião de Faber,

a fim de expor um etos cristão do matrimônio, Efésios (cap.5,21-6,9) elabora uma chamada tábua de normas domésticas, que contém exortações para os membros de uma comunhão familiar, [...] as instruções éticas para o matrimônio são acompanhadas, na Carta aos Efésios, pela definição da correlação teológica entre o matrimônio e a relação entre Cristo e a Igreja. [...] O conceito de *mystérion* em Efésios (5,32) constitui tradicionalmente um ponto de referência para a doutrina da sacramentalidade do matrimônio.<sup>55</sup>

Schillebeeckx enfatiza que "quando a Igreja se viu com o poder jurisdicional quase total dos assuntos matrimoniais, descobriu que se tratava de uma questão altamente complexa. O padrão matrimonial deste tempo era o resultado de muitas idéias e fatores sociais diferentes". Segue o autor nos exemplos:

[...] havia a concepção romana do matrimônio por consentimento mútuo – casamento por *consensus*. Em seguida havia, no mundo germânico, franco, gótico e céltico, a forma matrimonial do *mundium*, em que se considerava o matrimônio formalmente como uma entrega da noiva (*traditio puellae*) feita

---

<sup>53</sup> ANJOS, 2010, p.28. "O século XI significou o início das mudanças mais consistentes. [...] em síntese, pode-se colocar ao menos quatro observações [...]. as concepções cristãs de casamento e família têm suas raízes em sociedades que aceitavam como normativas relações familiares bem diferentes do que nós consideramos apropriado. [...] a visão do casamento e da família não foi estática – a superioridade hierárquica do estado de virgindade sobre a de casado – foram agora descartados. Outros pontos – como a exigência de casar perante um sacerdote e duas testemunhas – foram acrescentadas.[...] a síntese que tomou forma nos séculos 11 e 13 fornece raízes intelectuais importantes a desenvolvimentos aparentemente modernos, como, por exemplo, a necessidade de as partes consentirem livremente em casar-se, [...] e atingir a realização mútua. Enfim, desde o século V, os bens agostinianos (a procriação, a fidelidade e o *sacramentum*) também continuam sendo o fundamento do Direito Canônico do casamento."

<sup>54</sup> SCHILLEBEECKX, 1969, p.224.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p.352-353.



pelo pai à autoridade marital do noivo. Afinal a idéia muito antiga de que o matrimônio não se consumava antes da coabitação e da relação sexual representava papel importante na mente de todos os povos. A *domum-ductio*, ou a solene transferência processional da casa da noiva para a casa do noivo, era, assim, considerada tanto pelos gregos e romanos como pelas tribos ocidentais como a consumação do contrato matrimonial.<sup>56</sup>

Esse problema surgiu fundamentalmente de duas concepções jurídicas: a romana antiga, que, desde a legislação de Justiniano, inclina-se a ver o elemento essencial no consentimento (*consensus*: teoria contratualista, que tem seu centro na escola de Paris), e a judaica, que, através da patrística, particularmente a de Agostinho, inclinava-se a ver tal elemento essencial na união carnal e na procriação (cópula: teoria "copulista" que tem o seu centro na escola de Bolonha).

Enquanto os teólogos tendem para a primeira concepção (*matrimonium ratum tantum*), os canonistas tendem a apoiar a segunda (*matrimonium ratum et consummatum*).

Com a escolástica (Decreto de Graciano, Pedro Lombardo) e, sobretudo, com os papas juristas (Alexandre III - 1159-1181, Gregório IX - 1227-1241), se chegará, a partir do século XIII, a uma síntese: o matrimônio é um sacramento verdadeiro e válido só e formalmente em virtude do consentimento; mas, enquanto este sacramento não tiver sido consumado pelo ato carnal, pode ser dissolvido.<sup>57</sup>

"O decreto de Graciano sintetizou os modos de ver dos canonistas (a teoria da *copula*), e Pedro Lombardo os dos teólogos."<sup>58</sup> E, no que destaca Andreazza, "Esses homens se dedicaram a espiritualizar e oficializar as relações sexuais que até então haviam estado sujeitas a considerável incerteza"<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> SCHILLEBEECKX, 1969, p.228.

<sup>57</sup> ANJOS, 2010, p.39. O Papa Alexandre III se aproveita da distinção que Graciano e Pedro Lombardo fazem do Matrimônio celebrado (hoje em dia *ratum*) e do matrimônio celebrado seguido de relações (hoje, *ratum et consummatum*). (O Papa afirma então que o Matrimônio se CONSTITUI PELO CONSENTIMENTO MÚTUO e SE CONSUMA PELA CÓPULA). Pelo consentimento ele se faz sacramento, mas é só pela consumação (cópula) que ele se torna indissolúvel.

<sup>58</sup> SCHILLEBEECKX, *op. cit.*, p.230.

<sup>59</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (Org.). **Linhas e entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: FAPEMIG/ Veredas & Cenários, 2009. p.14.

Segundo Faber,

[...] o papa Alexandre III (1181) empenha-se em desenvolver uma teoria única [...] Segundo ele, o matrimônio se formaliza pelo consenso entre noivo e noiva (*matrimonium ratum*). Como tal ele é indissolúvel por princípio, porém é somente pela consumação da comunhão sexual que ele se torna definitivamente indissolúvel.<sup>60</sup>

Nota-se, pelos referenciais do papa Alexandre III, que inicialmente considerou-se necessária a presença de um representante na cerimônia da união conjugal, e a defesa obediente às práticas locais, mas o que realmente validaria a união

era o consentimento mútuo das partes [...] segundo a fórmula então corrente: "Ego, N. te recipito in meum; ego, N, te recepi in meam; (Eu N. te recebo como meu marido... eu te recebo como minha esposa". [...] e esse consentimento mútuo era em si mesmo o contrato matrimonial formal e legalmente válido.<sup>61</sup>

Andreazza, citando Lebrun, complementa:

Formalizado juridicamente pelo direito canônico, o matrimônio consiste num contrato bilateral, cujos efeitos iniciam no momento da celebração. Desde o século XII, a questão matrimonial foi da alçada da Igreja e, dadas suas implicações civis, cabia não descuidar da data precisa do início do consórcio. Como se sabe, a Igreja viu questionado seu poder sobre essa matéria apenas com a laicização do Estado iniciada ao longo da Revolução Francesa. Portanto, a Enciclopédia segue informando que "o casamento entre os cristãos é um contrato civil revestido da dignidade do sacramento".<sup>62</sup>

Entre os séculos XIV e XVI não se dá um avanço real. Teólogos e juristas reproduzem a doutrina escolástica, dando-se uma progressiva jurisdização, objetivação e eclesiastização que desembocará na impugnação dos protestantes e na defesa das decisões do Concílio de Trento.

Lutero e os reformadores valorizaram o estado matrimonial em relação ao estado celibatário e à virgindade; rejeitam que o matrimônio tenha sido instituído como sacramento por Cristo, da mesma forma que o batismo e a eucaristia. Defendem que

---

<sup>60</sup> FABER, 2008, p.255.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p.262.

<sup>62</sup> LEBRUN, s/d:19 *apud* ANDREAZZA, 2009, p.7.

o matrimônio é uma realidade puramente secular e terrena, e que sua regularização jurídica pertence totalmente ao Estado e não à Igreja; consideram que a ruptura matrimonial e o divórcio se justificam e podem ser concedidos em alguns casos.

Diante disso, o *Concílio de Trento* (1545-1563) propõe-se a valorizar o caráter sobrenatural do matrimônio como sacramento e defende a legítima competência da Igreja sobre ele. Por isso, em seus cânones proclama a sacramentalidade, defende seu direito de determinar sobre impedimentos, reafirma a práxis da Igreja sobre a indissolubilidade e o divórcio, valoriza a virgindade e o celibato, reivindica seu direito de propor formas litúrgicas para sua celebração.

Mas a novidade não é esta, e sim a exigência de uma forma jurídica para a validade do matrimônio, exposta no Decreto "*Tametsi*", onde, opondo-se aos matrimônios clandestinos<sup>63</sup>, exige para a sua validade entre os batizados determinadas condições de publicidade: que seja contraído na presença do pároco ou de outro sacerdote designado pelo pároco ou pelo bispo, e de pelo menos duas testemunhas.

Segundo Jesús Hortal, mediante o Decreto Tametsi, decidiu-se "fazer totalmente inábeis os contraentes para contraírem matrimônio sem a presença do pároco ou de um sacerdote designado pelo pároco além de duas ou três testemunhas"<sup>64</sup>.

Andreazza acrescenta ainda:

Essa legislação integrou o conjunto das reformas gregorianas e deu forma jurídica ao corpo canônico em que se apóia a política cristã relativa ao casamento e à constituição familiar no plano da salvação humana. O debate foi iniciado nos finais da Antiguidade e na Alta Idade Média e desde então a Igreja, não sem retrocessos, mostrou-se vitoriosa em organizar um discurso que deteve força modeladora na organização da cultura familiar ocidental que acabou se definindo, inclusive no plano laico, pelo modelo monógamo, estabelecido pela livre escolha dos cônjuges e responsabilizando pais e mães pela criação de seus filhos.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> HORTAL, 1979, p.138. Subsistiram assim, simultaneamente, dois tipos de matrimônio: o público – realizado com as solenidades prescritas pela Igreja – e o clandestino, que se celebrava em forma privada, sem conhecimento oficial da autoridade eclesiástica (*Id.*).

<sup>64</sup> *Id.*

<sup>65</sup> ANDREAZZA, 2009, p.5.

Entre os séculos XVII ao XX dão-se os seguintes fenômenos que marcaram a época: o avanço da teoria do matrimônio é muito reduzido, centrando-se o progresso especialmente na linha jurídica; produz-se uma secularização e subjetivação crescentes, devido às novas correntes filosóficas e à ilustração, insistindo-se no caráter natural e social da instituição do matrimônio.

Para Hortal,

contudo, a unificação da legislação sobre a forma canônica do matrimônio e o papel ativo do sacerdote só ficaram definitivamente estabelecidos pelo Decreto da Sagrada Congregação do Concílio Ne temere de 2 de agosto de 1907, que começou a vigorar em 19 de abril de 1908, e cujas disposições passaram fundamentalmente ao Código de Direito Canônico de 1917.<sup>66</sup>

É importante ressaltar que, em linhas gerais, com pequenas mudanças, ainda hoje essas regras orientam a união conjugal. E temas como a indissolubilidade, o consentimento mútuo, as regras para a procriação, a monogamia, mesmo após sucessivos e variados governos papais, foram reafirmados, nos mais recentes documentos católicos elaborados para a orientação das famílias.

### 1.3 A INDISSOLUBILIDADE: 'NÃO SEPARE O HOMEM O QUE DEUS UNIU'

A doutrina católica, ao se referir à união conjugal, define-a como um ato livre entre duas pessoas que se amam, buscam cumprir a legislação da instituição e vivenciar os vários ritos, próprios da cerimônia religiosa. Apresentar-se diante da comunidade, como testemunha dessa comunhão pessoal e divina, confirmada pela graça-bênção oferecida através da Igreja, é um "*Consentimento pessoal irrevogável*"<sup>67</sup>.

Na expectativa de uma união duradoura e exemplar, o texto Compêndio do Vaticano II – constituições, decretos e declarações, declara:

---

<sup>66</sup> HORTAL, 1979, p.138.

<sup>67</sup> CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES 48. p.350. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 05 dez. 2009.

o autêntico amor conjugal será tido em melhor estima e ganhará um sadio conceito na opinião pública se os cônjuges cristãos se distinguirem em dar testemunho de fidelidade e harmonia nesse amor e no cuidado pela educação dos filhos, e se participarem ativamente na imprescindível renovação cultural, psicológica e social em favor do matrimônio e da família.<sup>68</sup>

É *irrevogável* no sentido de que, caso esta união não perdure, não é habitual, nos princípios da instituição que uma segunda união seja abençoada nos mesmos moldes da primeira. A palavra indissolubilidade (*aquilo que não pode dissolver*<sup>69</sup>) representa, de maneira clara, a sua visão sobre o matrimônio.

Segundo o Catecismo da Igreja Católica, no artigo 1.644,

Pela sua própria natureza, o amor dos esposos exige a unidade e a indissolubilidade da sua comunidade de pessoas, a qual engloba toda a sua vida: «assim, já não são dois, mas uma só carne» (Mt 19, 6) (167). «Eles são chamados a crescer sem cessar na sua comunhão, através da fidelidade quotidiana à promessa da mútua doação total que o Matrimônio implica» (168). Esta comunhão humana é confirmada, purificada e aperfeiçoada pela comunhão em Jesus Cristo, conferida pelo sacramento do Matrimônio; e aprofunda-se pela vida da fé comum e pela Eucaristia recebida em comum.<sup>70</sup>

Dadeus Grings ressalta: "convém lembrar que o matrimônio é um sacramento para os leigos. Não apenas lhe confere uma graça especial para a união indissolúvel, mas lhe confia também uma missão especial na Igreja que se pode denominar de *ministério conjugal e parenteal*"<sup>71</sup>.

Para Schillebeeckx,

a indissolubilidade foi apresentada por Cristo no sentido radical do termo. Paulo ligou o *login* de Cristo com o mistério da unidade de Cristo e sua Igreja. As duas ideias foram unidas primeiro por Agostinho e mais tarde pelos escolásticos, levando assim à concepção de que um matrimônio *sacramentum* é autêntico e radicalmente indissolúvel apenas porque é um *sacramentum-signum*, um sinal do mistério sagrado – *vinculum*, um "elo sagrado" já existente.<sup>72</sup>

---

<sup>68</sup> VIER, 1980, 356, p.199.

<sup>69</sup> DICIONÁRIO AURÉLIO. 2005. Disponível em: <www.dicionarioaurelio.com>. Acesso em: 09 fev. 2010.

<sup>70</sup> IGREJA CATÓLICA, 1997, p.387-388.

<sup>71</sup> GRINGS, Dadeus. **A ortopraxis da Igreja**: o direito canônico a serviço da pastoral. Aparecida, SP: Santuário, 1986. p.137.

<sup>72</sup> SCHILLEBEECKX, 1969, p.259.

As diferentes interpretações sobre os sacramentos<sup>73</sup> resultam de definições e conceitos de estudiosos em diferentes épocas. Em Hugo de São Vitor<sup>74</sup> (1141) lê-se que

Sacramento é um elemento material, apresentado exteriormente, perceptível aos sentidos e que, em virtude de uma semelhança, representa (*representans*), em virtude da instituição (por Cristo), significa (*significans*), e em virtude de uma consagração santificadora, contém (*continens*) uma graça espiritual invisível.<sup>75</sup>

Segundo Márcio Fabris dos Anjos, "a primeira vez que um documento oficial da Igreja cita o Matrimônio como sacramento, ao lado do Batismo-Ceia-Penitência, foi no Concílio de Verona em 1184"<sup>76</sup>.

Como *corpo visível*, nos ritos dos sacramentos, a Igreja se utiliza de *sinais sacramentais*. Segundo Schneider,

Os sinais sacramentais não representam uma linguagem religiosa particular; pelo contrário, elementos fundamentais do mundo – água, pão, vinho, óleo – e gestos elementares do ser humano – imposição das mãos, unção, ceia, casamento – se tornam sinais da salvação. [...] os elementos do mundo e dos gestos do ser humano não são, por natureza, caminhos para a salvação, e, sim, sempre somente num contexto redentor, consumidor da criação: sinal sacramental não é o poder caótico água, e, sim, a água, em seu poder purificador e doador de vida.<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> Os sete Sacramentos são Batismo, Eucaristia, Penitência, Crisma, Ordem, Matrimônio e Unção dos Enfermos. Sacramentos são celebrações da comunhão eclesial, orientadas na pregação de Jesus Cristo, nas quais é apresentada corporalmente a salvadora e transformadora dispensação de Deus, imitada em comunicativa atividade lúdica, em palavras e gestos, desse modo, recebida em fé.[...] São aquelas celebrações da Igreja que a Igreja reconhece, com vistas a Jesus Cristo e ao Testemunho do NT, com suas manifestações litúrgicas centrais, com as quais se identifica oficialmente em grau máximo e nas quais ela se engaja radicalmente.[...] considerando-se, porém, que os sete sacramentos específicos devem ser entendidos como manifestações e execuções de sacramento fundamental Igreja também sempre é uma grandeza histórica, então é perfeitamente compreensível que se atribua às ênfases de vida eclesial surgidas historicamente tal importância.

Grande influência sobre a teologia ocidental do sacramento tem a teoria dos sinais de Agostinho (430). Ele parte da distinção entre res (*coisas*) e signum (*sinal*). Sacramentos são "sinais dados". São denominados sinais sagrados (*signa sacra*) porque apontam para uma realidade sagrada (SCHNEIDER, 2001, p.180-181/202-203).

<sup>74</sup> Forte teólogo da Escola Agostiniana dos Cônegos de Paris (*Ibid.*, p.181).

<sup>75</sup> *Id.*

<sup>76</sup> ANJOS, 2010, p.40-A.

<sup>77</sup> SCHNEIDER, *op. cit.*, p.198.

Convém considerar que, em relação aos sacramentais,<sup>78</sup> a Igreja preocupa-se com a compreensão e participação dos leigos nesses rituais, ou seja,

este aspecto, tão exaltado teoricamente na evangelização e na catequese, na pregação e na homilia, está ainda muito longe de ser integrado plenamente no comportamento sacramental de muitos cristãos, tentados hoje como ontem, no ritualismo e formalismo, de instrumentalização e de inversão, de acomodação sociocultural religiosa e de separação entre o sacramento e a vida.<sup>79</sup>

Compreende-se, com essa afirmação de Dioniso Borobio, que um dos grandes desafios da instituição católica é justamente a formação de seus leigos, objetivando buscar seu comprometimento na compreensão e vivência daquilo que é caro e sagrado à Igreja.

Por esta razão, ainda segundo Borobio, o matrimônio com ênfase no comprometimento que se espera da família, que esses sejam agentes ativos nos diversos segmentos formadores da Igreja. Que a família é "a verdadeira mediadora que prepara, anima e sustenta a pessoa que recebe o sacramento. Cremos que esta mediação familiar seja decisiva, e ela exige uma tarefa prévia de evangelização e preparação dos próprios pais"<sup>80</sup>.

Pelo Código de Direito Canônico, "as propriedades essenciais do matrimônio são a unidade e a indissolubilidade que no matrimônio cristão recebem firmeza especial em virtude do sacramento"<sup>81</sup>.

Em nota de rodapé trazida no mesmo Código de Direito Canônico, a explicação sobre unidade e indissolubilidade é muito didática:

---

<sup>78</sup> IGREJA CATÓLICA. BISPOS. **Constituições Eclesiásticas do Brasil**: nova edição da pastoral coletiva de 1915. São Leopoldo: s/ed, 1948. (493-494). p.131. "Chamam-se Sacramentais certas coisas ou ações que aparentam certa analogia com os sacramentos, para obter efeitos principalmente de ordem espiritual. Não têm a mesma eficácia que os sacramentos [...] São sacramentais: os ritos e cerimônias, [...] as bênçãos e exorcismos, [...] algumas coisas sagradas ou bentas, como a água, as palmas e cera bentas."

<sup>79</sup> BOROBIO, Dionísio. **Pastoral dos sacramentos**. Tradução de: Celso Márcio Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.25.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p.26.

<sup>81</sup> CNBB, 1983, Cân. 1056, p.481 (I Parte- Dos Sacramentos).

a *unidade* significa a impossibilidade de uma pessoa ficar ligada *simultaneamente* por dois vínculos conjugais. Por isso, a unidade se opõe à poligamia. A *indissolubilidade* é a impossibilidade da dissolução do vínculo conjugal, a não ser por morte de um dos cônjuges, ou seja, a exclusão de vários vínculos conjugais *sucessivos*, que liguem a mesma pessoa, a não ser no caso da morte do cônjuge precedente. A indissolubilidade opõe-se ao divórcio. Distingue-se entre indissolubilidade intrínseca (impossibilidade de ruptura do vínculo conjugal pelos próprios cônjuges) e indissolubilidade extrínseca (impossibilidade de ruptura pela autoridade pública). A indissolubilidade intrínseca é defendida pela teologia católica como um princípio absoluto, aplicável a qualquer matrimônio válido, mesmo entre não-batizados. A extrínseca, porém, admite algumas raras exceções (cânones 1141-1150).<sup>82</sup>

A comunhão conjugal caracteriza-se nos preceitos religiosos sustentados nesses dois princípios. Testemunhar esses valores é de fundamental importância para a manutenção da família e a realização da missão da Igreja como comunidade de fé.

De acordo com o *Catecismo da Igreja Católica*,

Deus, sobretudo através da pedagogia da Lei e dos profetas, ajuda o seu povo a amadurecer progressivamente a consciência da unicidade e da indissolubilidade do Matrimônio. A aliança nupcial de Deus com Israel prepara e prefigura a Aliança nova realizada pelo Filho de Deus com a sua esposa, a Igreja.<sup>83</sup>

Marciano Vidal contribui acrescentando que

a indissolubilidade do vínculo sacramental está, portanto, em estreita ligação com a realidade do ser cristão e com o irrevogável e o definitivo dom de Deus ao homem. A união conjugal dos cristãos é, portanto, indissolúvel e exige a fidelidade mútua não só por razão do bem de ambos os cônjuges, dos filhos e da sociedade humana, mas, também, principalmente pela condição sacramental do matrimônio cristão.<sup>84</sup>

Finalmente, na Encíclica *Familiaris Consortio* lê-se que "o matrimônio é o fundamento da mais ampla comunidade da família, pois o próprio instituto do matrimônio

---

<sup>82</sup> CNBB, 1983, Cân. 1056, p.480.

<sup>83</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em: <[www.ecclesia.pt/catecismo](http://www.ecclesia.pt/catecismo)>. Acesso em: 06 mar. 2010.

<sup>84</sup> VIDAL, Marciano. **Moral do matrimônio**. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. p.111.



e o amor conjugal se ordenam à procriação e educação da prole, na qual encontram o seu coração"<sup>85</sup>.

#### 1.4 DO MATRIMÔNIO À FAMÍLIA: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO E A RITUALIZAÇÃO DO FATO

Para Andreazza,

o projeto de impor universalmente uma cultura familiar pautada na livre escolha de cônjuges que se comprometem com a monogamia e com a indissolubilidade do vínculo implicou, inicialmente, desestabilizar formas de conjugalidade presentes nos costumes romanos, celtas, germânicos, entre outros.<sup>86</sup>

Usando como exemplo Jesus, Maria e José, a Igreja constrói uma de suas representações para os padrões da família católica, a qual, segundo ela, foi instituída por Deus.

O Papa Paulo VI ressaltou em seu discurso em Nazaré em 1964 que:

A sagrada família é um exemplo preclaro de vida familiar. Que Nazaré nos ensine o que é a família; a sua comunhão de amor, a sua beleza austera e simples, o seu caráter sagrado e inviolável; aprendamos de Nazaré como é preciosa e insubstituível a educação familiar e como é fundamental e incomparável a sua função no plano social. Enfim, aprendamos uma lição de trabalho<sup>87</sup>.

A Igreja, em sua missão salvífica, espera dos seus fiéis ações que sirvam de testemunho para os demais. Estabelece regimentos e condutas, dos quais os núcleos familiares apoiados na comunidade deverão seguir na busca pela salvação. Por isso, como uma das primeiras obrigações está a de anunciar o evangelho,

---

<sup>85</sup> EXORTAÇÃO APOSTÓLICA FAMILIARIS CONSORTIO. Disponível em: <[www.vatican.va/familiarisconsortio](http://www.vatican.va/familiarisconsortio)>. Acesso em: 07 mar. 2010. Artigo Terceiro (GS, n.50; Familiaris Consortio, n.14).

<sup>86</sup> ANDREAZZA, 2009, p.8.

<sup>87</sup> DISCURSO DO PAPA PAULO VI ÀS FAMÍLIAS, em 05 de Janeiro de 1964. Disponível em: <[www.dicionariodafe.com.br](http://www.dicionariodafe.com.br)>. Acesso em: 16 de Out de 2010.

dando continuidade à missão do próprio Jesus em levar a todos até Deus. Nas suas exortações, ela destaca sua preocupação com a fidelidade a esse preceito.

Nesse aspecto, as reflexões da XIV Assembleia Geral da CNBB, em Itaici, São Paulo, de 19 a 27 de novembro de 1974, resumem a preocupação da instituição com a família. Nelas foram projetadas determinadas linhas de ação, como: "criar condições para que a família possa realizar sua tríplice missão de formadora de pessoas, de evangelizadora e de construtora da sociedade"<sup>88</sup>.

A princípio compreende-se que, realizando essa missão de formar, evangelizar e construir a sociedade, a família, além de cumprir sua missão determinada pela instituição, estaria resolvendo boa parte dos problemas da Igreja, visto que sua dificuldade está justamente em manter famílias dispostas a desempenhar essa missão.

Ao retornar à Pastoral Coletiva de 1915, vê-se o episcopado brasileiro destacar que

nos calamitosos tempos que atravessamos, em que os inimigos da Igreja e a indiferença de muitos cristãos fazem perigar a fé em não poucos lugares, é mister apresentar aos pais de família e aos filhos um **modelo de virtude** que os estimule a afastarem-se cada vez mais do perigo da perversão.<sup>89</sup>

Mais recentemente, na década de 1960, "O Concílio Vaticano II, na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*<sup>90</sup>, pôs os problemas do matrimônio e da família entre os mais urgentes do mundo moderno"<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS BRASILEIROS (CNBB). **Em favor da família**. São Paulo: Edições Paulinas, 1975. p.7.

<sup>89</sup> IGREJA CATÓLICA. BISPOS, 1948, (620), p.155.

<sup>90</sup> GAUDIUM et SPES é uma Constituição Pastoral. A classificação demonstra dois objetivos: o doutrinal, por ser uma Constituição, e o Pastoral, por ser uma Constituição Pastoral, [...] é um documento que sofreu a exiguidade do tempo, por causa do término do Concílio, e, por isso, não é um texto maduro, apesar das inúmeras riquezas que o documento possui (Disponível em: <[www.revistaseletronicas.pucrs.br](http://www.revistaseletronicas.pucrs.br)>. Acesso em: 16 nov. 2009)

<sup>91</sup> GRINGS, 1986, p.134.

A exortação apostólica *Familiaris Consortio*<sup>92</sup> concretiza a missão da família em quatro deveres gerais: "a formação de uma comunidade de pessoas; o serviço à vida; a participação no desenvolvimento da sociedade; a participação na vida e na missão da Igreja"<sup>93</sup>.

As reiteradas manifestações sobre a família, inseridas nas exortações apostólicas e nos demais documentos da instituição, revelam que a Igreja considera que é "sua missão, isso sim, ajudar as famílias cristãs a situar-se nessas mutações, com discernimento e coragem para viverem o mistério de sempre nas condições concretas do mundo de cada tempo"<sup>94</sup>.

No encerramento do Congresso da Família, em outubro de 2002, foram reforçados os cuidados da Igreja para com as famílias:

este reforçar a família como comunidade de fé e de amor é, em última análise, o objectivo das principais áreas da acção pastoral da Igreja. Quando se dá catequese às crianças e aos jovens, quando se cuida, com particular solicitude, das pessoas idosas, quando investimos na Escola Católica, estamos a colaborar com a família e a contribuir para a sua solidez como comunidade de vida. A família precisa de ser ajudada pela Igreja a ser comunidade, pois quanto mais ela o for, mais a Igreja toda o será, e a Eucaristia, grande expressão da Igreja comunhão, será cada vez mais a oferta da vida real dos seus filhos.<sup>95</sup>

Exigiu-se da família uma atuação social baseada na mensagem diariamente oferecida pela instituição. Nos seus variados setores, a hierarquia católica indica que está consciente das dificuldades dos seus seguidores em se manterem fiéis aos princípios cristãos.

---

<sup>92</sup> Documento de João Paulo II, constitui de alguma forma a *Magna Charta* da Doutrina e do ensinamento pastoral da Igreja no que se refere à família e ao serviço à vida. Ela lança uma luz sobre as novas questões que se apresentam ao futuro da família. Foi o fruto doutrinal e pastoral do Sínodo dos Bispos, que se reuniu em outubro de 1980, o primeiro Sínodo do Pontificado de João Paulo II. Centrado sobre "tarefas da família cristã no mundo de hoje." (Disponível em: <[www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/famili/documents](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/famili/documents)>. Acesso em: 21 mar. 2010). Adiante vamos citá-la como FC.

<sup>93</sup> EXORTAÇÃO APOSTÓLICA *FAMILIARIS CONSORTIO*, 2010, 17-64.

<sup>94</sup> *Id.*

<sup>95</sup> CONGRESSO NACIONAL DA FAMÍLIA. Lisboa, 12 de outubro de 2002. Disponível em: <[www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatolica](http://www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatolica)>. Acesso em: 08 mar. 2010.

De acordo com a Familiaris Consortio, compete à família "a consciência da necessidade de que se desenvolvam relações entre as famílias por uma ajuda recíproca espiritual e material, a descoberta, de novo, da missão eclesial própria da família e da sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa"<sup>96</sup>.

Na mesma encíclica vemos que a Igreja reconhece os desafios enfrentados pelas famílias, pois "todos estamos conscientes de que o atual ambiente cultural não facilita a vida à família cristã. Esta, para permanecer fiel e ser sinal, trava continuamente uma luta como quem nada contra a corrente. Se resistir, fortalece-se, mas a fidelidade tornou-se mais exigente"<sup>97</sup>.

É visível que, com o passar dos anos, ocorreram várias mudanças no matrimônio e na família, nos padrões e nos seus comportamentos. Segundo Borobio,

pode-se dizer que hoje nasceu um novo sistema de relações pré-matrimoniais e de 'conjugabilidade', no qual predominam a espontaneidade e a liberdade, o amor e o erotismo, o prazer e o desfrute imediato, a intimidade e a afetividade, a igualdade e o intercâmbio.<sup>98</sup>

A partir de uma análise acerca dessa afirmação, nota-se uma variedade de situações conjugais, de uniões em que, apesar dos indivíduos serem batizados na Igreja Católica, optam em apenas manter seu relacionamento em união estável. Ou ainda, em uniões apenas pelo casamento civil, indo na contramão daquilo que a instituição propõe pelos seus ensinamentos.

No dizer de Borobio,

vantagens e riscos entrelaçam-se nesta nova configuração. E não deixa de chamar a atenção o fenômeno da multiplicação de separações e divórcios, a progressiva desintegração familiar, a propagação de diversas formas de família, as mudanças do ciclo de vida familiar com uma maior permanência dos filhos no lar, a proliferação dos chamados "matrimônios de fato", ou a coabitação juvenil [...].<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> EXORTAÇÃO APOSTÓLICA FAMILIARIS CONSORTIO, 2010.

<sup>97</sup> *Id.*

<sup>98</sup> BOROBIO, 2000, p.243.

<sup>99</sup> *Id.*

Observa-se que, nesse aspecto, apresentam-se outros desafios para a manutenção do estilo de família defendido pela instituição católica. No Catecismo da Igreja Católica é notória a preocupação com esta nova realidade, em especial a forte incidência das separações, destacando:

são numerosos hoje, em todos os países, os católicos que recorrem ao divórcio segundo as leis civis e que contraem civilmente uma nova união. A Igreja, por fidelidade à palavra de Jesus Cristo ("Todo aquele que repudiar a sua mulher e desposar outra comete adultério contra a primeira; e se repudiar o seu marido e desposar outro comete adultério": Mc 10, 11-12), se mantém firme em não reconhecer válida uma nova união, se o primeiro casamento foi válido. Se os divorciados tornam a casar-se no civil, colocam-se numa situação que contraria objetivamente a lei de Deus. Portanto, não têm acesso à comunhão eucarística, enquanto perdurar essa situação. Pela mesma razão não podem exercer certas responsabilidades eclesiais. A reconciliação pelo sacramento da penitência só pode ser concedida aos que se mostram arrependidos por haver violado o sinal da aliança e da fidelidade a Cristo, e se comprometem a viver numa continência completa.<sup>100</sup>

O papa João Paulo II, na *Familiaris Consortio*, assim se manifestou:

Tendo em conta que todas as pessoas, de um modo ou de outro, pertencem a uma família, a Igreja quer manifestar a sua solicitude e oferecer a sua ajuda a quem, conhecendo já o valor do matrimônio e da família, procura vivê-lo fielmente, a quem, incerto e ansioso, anda à procura da verdade e a quem está impedido de viver livremente o próprio projeto familiar. Sustentando os primeiros, iluminando os segundos e ajudando os outros, a Igreja oferece o seu serviço a cada homem interessado nos caminhos do matrimônio e da família.<sup>101</sup>

No tocante a *manter o amor* ao longo do caminho, que não é tarefa fácil, Eduardo López Azpitarte sublinha:

muitos casais fracassam de fato devido às infidelidades pessoais, erros e equívocos prévios, ou simplesmente por causa de uma série de condicionamentos que impedem de prosseguir a convivência, apesar de inclusive boa vontade e esforços feitos.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1997, p.388.

<sup>101</sup> CARTA PASTORAL DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. p.145. Disponível em: <[www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatólica](http://www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatólica)>. Acesso em: 12 ago. 2010.

<sup>102</sup> AZPITARTE, 1997, p.367.

Utilizando-se da Familiaris Consortio, o autor ressalta: "a própria Igreja admite que se deva considerar a separação como remédio extremo, depois de ter sido inútil toda tentativa razoável"<sup>103</sup>.

Para Marciano Vidal,

O problema do divórcio preocupa a consciência cristã tanto na vertente de reflexão teológica como na dimensão de práxis do viver cristão. São vários os aspectos em que se manifesta a complexidade do problema e que devem ser levados em conta para a iluminação completa do mesmo. Para analisar bem a realidade do divórcio a partir da perspectiva cristã, seria necessário submetê-lo à consideração bíblica, histórico-dogmática, teológica, canônica e pastoral.<sup>104</sup>

Preocupada com esta "ameaça" sofrida pela família e com o inegável crescimento do número de separações que atingem os casais católicos, a Igreja parte para uma contraofensiva, criando um conjunto de ritos preparatórios para o casamento, pois considera ser "uma adequada contribuição à maturidade humana e, sobretudo, pela exigência de educação cristã à fé evangélica e ao sentido do sacramento que desejam celebrar"<sup>105</sup>. Cumprindo as exigências expostas em seus documentos<sup>106</sup> e reforçando seus cuidados com a família, ela investe em fórmulas e rituais para atender às necessidades das futuras uniões conjugais. Para ela, "a preparação para o matrimônio começa na infância e inclui a adolescência"<sup>107</sup>.

Considera-se ainda que seja nesse período que é infundida na criança

a estima por todo o valor humano autêntico, quer nas relações interpessoais, quer nas sociais, com tudo o que significa para a formação do caráter, para o domínio e reto uso das inclinações próprias, para o modo de considerar e encontrar as pessoas do outro sexo.<sup>108</sup>

---

<sup>103</sup> EXORTAÇÃO APOSTÓLICA FAMILIARIS CONSORTIO, 2010, 83, p.102.

<sup>104</sup> VIDAL, Marciano. **Moral do matrimônio**. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. p.107.

<sup>105</sup> BOROBIO, 2000, p.248.

<sup>106</sup> O VATICANO II, as ORIENTAÇÕES doutrinárias e pastorais do Ritual do Matrimônio, a Familiaris consortio, o Código de Direito Canônico, o Catecismo da Igreja Católica (*Id.*).

<sup>107</sup> CARTA PASTORAL DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2010, p.150.

<sup>108</sup> EXORTAÇÃO APOSTÓLICA FAMILIARIS CONSORTIO, 2010.

Assim, ensina aos casais que "o namoro e o noivado são uma etapa avançada na construção do projeto matrimonial"<sup>109</sup>, e nesse período espera dos jovens que se preparem com responsabilidade para assumir esse compromisso. Acrescenta que essa preparação seja orientada por equipes empenhadas em testemunhar aos jovens casais, apresentando-lhes as exigências do compromisso matrimonial cristão. Por isso, convoca pessoas com boa formação católica, "especializadas em várias áreas (medicina, leis, psicologia, sexualidade) [que] ajudem os jovens a preparar-se para enfrentar os desafios, as exigências e as obrigações da vida matrimonial"<sup>110</sup>.

Para a Igreja, esses encontros de preparação para o matrimônio

não devem ser vistos como uma simples formalidade, [...] mas deverá, também, ajudar os nubentes a tomar parte consciente e ativa na celebração nupcial, de forma que eles entendam o significado dos gestos e dos textos litúrgicos que fazem parte da celebração.<sup>111</sup>

Os documentos da Igreja que se referem ao matrimônio distinguem etapas para essa preparação, partindo da infância até a idade mais avançada:

*a preparação remota*: que acontece com a pregação, com a catequese adaptada aos pequenos, aos jovens e adultos, e inclusive com os meios de comunicação social, e que tende a instruir os fiéis sobre o significado do matrimônio e sobre a função dos cônjuges e pais cristãos. [...] *A da preparação próxima*: que tem lugar com os noivos, quando estes decidem casar-se na Igreja e se dispõem a preparar-se direta e pessoalmente para a celebração do matrimônio. [...] *A etapa da preparação imediata*: é aquela que precede imediatamente à celebração do sacramento e se distingue das demais, porque agora tem lugar uma catequese mais diretamente litúrgico-sacramental sobre o batismo, sobre a eucaristia e sobretudo sobre o sacramento do matrimônio. *A etapa da celebração litúrgica do matrimônio*: este é evidentemente o momento culminante, mas não único, do processo, já que nele "os cônjuges significam e participam do mistério da unidade e do amor fecundo entre Cristo e a Igreja. Finalmente, a etapa da continuação com uma adequada pastoral familiar: pois, de fato, o matrimônio não termina com a celebração, mas continua numa explicação familiar nova, que exige um acompanhamento pastoral adequado.<sup>112</sup>

---

<sup>109</sup> CARTA PASTORAL DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *op. cit.*, p.151.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p.152.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p.153.

<sup>112</sup> BOROBIO, 2000, p.250-251-252.

Influenciada por esta realidade, observa-se que a Igreja implanta uma catequese voltada para a preservação do sacramento matrimonial e para a responsabilização dos católicos perante o ato conjugal. Para ela, o importante é que os que optarem pelo ritual do casamento católico sejam capazes de compreender e de se comprometerem "num claro conhecimento das notas essenciais do matrimônio cristão: unidade, fidelidade, indissolubilidade, fecundidade; a disponibilidade em viver a missão própria das famílias no campo educativo, social e eclesial"<sup>113</sup>. Ou, como afirma Borobio, "sua falta de disposição a aceitar as notas específicas do matrimônio cristão (unicidade monogâmica, fidelidade indissolúvel, fecundidade responsável) ou inclusive a rejeição das mesmas [...]"<sup>114</sup>.

Borobio, em seu livro *Pastoral dos Sacramentos*, busca explicar as causas dos fracassos e rupturas matrimoniais. Para ele, o problema está "nas falsas suposições e na deficiente preparação com que muitos jovens se aproximam do sacramento do matrimônio cristão"<sup>115</sup>.

Ressalta ainda:

é impossível que se possa viver em plenitude o matrimônio cristão, quando as atitudes dominantes são: permissividade sem medida, busca dominante de uma satisfação erótica ou passional, individualismo e interesse pessoal fundado na capacitação profissional, concepção irrealista do amor, expectativa idealista na resposta do outro, a não integração do sacrifício no amor matrimonial, a disposição calculada ou possibilidade sempre aberta de romper o pacto matrimonial sempre que se apresentem dificuldades... a isto deve acrescentar a deficiente preparação e imaturidade não só cristã, mas também humana, com que não poucos chegam ao matrimônio; sua carência de fé e sua ignorância sobre o sentido da riqueza do sacramento que desejam celebrar.<sup>116</sup>

Esta investida catequética mostra que a Igreja reconhece que um número significativo de jovens desconhece os seus ensinamentos e se comporta com certa indiferença em relação ao matrimônio. Para ela, aí está o desafio: "evangelizar de maneira convincente".

---

<sup>113</sup> CARTA PASTORAL DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2010, p.152.

<sup>114</sup> BOROBIO, 2000, p.244.

<sup>115</sup> *Id.*

<sup>116</sup> *Id.*



Borobio aponta para essa deficiência com muita clareza:

cremos que esta preparação costuma padecer das seguintes limitações: às vezes dá a impressão [...] de que os agentes responsáveis pelos encontros (sacerdotes, leigos) nem sempre têm a preparação e algumas qualidades pedagógicas adequadas nem atitude de diálogo; com frequência os temas ficam em questões humanas (amor, sexo, controle de natalidade, aspectos médicos e jurídicos...) sem entrar em cheio nos aspectos religiosos. [...] Tudo isso faz com que, com demasiada frequência, os "cursinhos pré-matrimoniais se reduzam a um requisito prévio necessário que se suporta, mas não afetam a fé, nem a vida e os compromissos matrimoniais.<sup>117</sup>

Identificado o desafio, a Igreja contra-ataca com uma ritualística que visa tornar o casamento um compromisso e não uma mera reunião social. Conforme nos ensina oportunamente Duby,

Regulação, oficialização, controle, codificação: a instituição matrimonial se encontra, por sua própria posição e pelo papel que ela assume, encerrada numa firme estrutura de ritos e de interditos: de ritos, pois que se trata de publicar, quero dizer, tornar público e, dessa forma, socializar, legalizar um ato privado; de interditos, pois que se trata de traçar a fronteira entre a norma e a marginalidade, o lícito e o ilícito, o puro e o impuro.<sup>118</sup>

Se esta referência a Duby remete à Idade Média, não há como desconhecer que uma série de procedimentos adotados pela Igreja encontra uma similitude nesta afirmação. Ela não reconhece o ato de união conjugal que não se submeta aos rituais e à bênção da Igreja. Assim, é nessa composição de controle e oficialização que a Igreja perpetua seus ensinamentos e procura manter o padrão das uniões conjugais. Regulamentar faz parte de todas as instituições.

Mas, em se tratando da instituição católica o que não falta são normas. E as atitudes de seus fiéis levam-nos a manter-se em atitudes que os classifiquem em condições de *puro* ou *impuro*, *lícito* ou *ilícito* perante Deus e a Igreja. Portanto, a Igreja ensina que

---

<sup>117</sup> BOROBIO, 2000, p.256.

<sup>118</sup> DUBY, 1989, p.12.

o matrimônio é constituído pelo *mútuo consentimento*, legitimamente manifestado entre os cônjuges. Este consentimento, por sua vez, é um ato de vontade, pelo qual o homem e a mulher se dão e recebem mutuamente, por uma aliança irrevogável, em ordem à constituição do matrimônio.<sup>119</sup>

Antes, porém, que se proceda à celebração de um matrimônio, "deve constar que nada se opõe à sua válida e lícita celebração. Por isso é preciso que se façam as devidas investigações, [...] como a necessidade de proclamas"<sup>120</sup>.

Compreende-se que, depois da apresentação da documentação exigida do casal, da escolha dos "padrinhos" – testemunhas –, deverá este participar de um curso de noivos, no qual discutirão temas relevantes à união conjugal, leis eclesiais a respeito do matrimônio, bem como terão oportunidade de conhecer outros casais que testemunharão suas experiências e orientações acerca da união matrimonial.

Opinião corroborada por Dadeus Grings, que afirma: "em qualquer hipótese, além do curso de noivos [...] é necessário um encontro pessoal do pároco com cada casal, para uma conversa mais direta e um conhecimento mais concreto de suas condições"<sup>121</sup>.

Após todos os preparativos, finalmente chega o momento da celebração. O ato público que oficializa a união conjugal pelos costumes da Igreja Católica é um ritual simples, com poucos elementos, e acontece por meio de uma missa ou uma celebração Eucarística.<sup>122</sup> Todavia, nada terá validade sem o consentimento da Igreja, que se coloca como intermediária entre a divindade e o casal. É perante Deus e perante ela que os noivos juram fidelidade, comprometem-se com a indissolubilidade e com as demais exigências do sacramento católico.

---

<sup>119</sup> GRINGS, 1986, p.138.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p.139.

<sup>121</sup> *Id.*

<sup>122</sup> *ibid.*, p.141.

## 2 A SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESPAÇOS

*A religião pode ser interpretada como uma linguagem, instrumento de comunicação e conhecimento, que é então um veículo simbólico-estruturante a possibilitar um consenso acerca de certos signos e seus respectivos sentidos.*<sup>123</sup>

### 2.1 CENAS E CENÁRIOS: A CRISTIANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O objetivo deste capítulo é apresentar um cenário da Igreja Católica no Brasil no período de 1930 a 1965 e seu esforço em manter a estrutura da família por ela projetada e em garantir que seus princípios e valores não fossem afetados pelos desafios e transformações que o mundo moderno impunha à sociedade. A redefinição de suas relações com o Estado, a intensificação das ações sociais, o seu envolvimento político paralelamente aos partidos, a organização de um amplo sistema educacional por meio das escolas católicas, a preparação de intelectuais católicos que se manifestassem a favor de suas teses, o apoio às formas de organização social e política de estudantes e trabalhadores, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, em especial, a nova configuração das ações da Igreja a partir do Concílio Vaticano II garantiram a ela uma presença indiscutível na vida dos católicos e da sociedade em geral. Neste conjunto de ações, o controle da família era um dos seus principais objetivos. Conforme destaca Riolando Azzi: "A família constitui desde meados do século passado um dos temas aos quais a Igreja dedicou especial atenção, instituindo até uma festa litúrgica dedicada à Sagrada Família de Nazaré"<sup>124</sup>.

Estes e outros aspectos, e sobretudo a relação entre Igreja e Estado e as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, que influenciaram o comportamento dos católicos, da Igreja e de sua hierarquia, marcaram as pesquisas realizadas por

---

<sup>123</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.64.

<sup>124</sup> AZZI, R. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luíza. **Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993, p.103.

T. Bruneau<sup>125</sup>, Riolando Azzi<sup>126</sup>, Pe. Gervásio Fernandes de Queiroga<sup>127</sup>, Michael Löwy<sup>128</sup>, Scott Mainwaring<sup>129</sup>, entre outros, e também uma expressiva documentação teológica e pastoral da própria instituição.

Num esforço para compreender a presença da Igreja no Brasil, Júlio Maria<sup>130</sup> (1850-1916), em sua obra *A Igreja e a República*,

buscou periodizar a presença da religião no Brasil, dividindo-a em três períodos assim caracterizados [...] na colônia, a religião e o descobrimento das terras brasileiras [...] na monarquia, o enfraquecimento das ordens religiosas, o desprestígio do clero [...] na república, a Igreja separada do Estado.<sup>131</sup>

Mais recentemente, Márcio Moreira Alves busca estabelecer outra periodização, dividindo a presença da instituição católica em cinco períodos:

A implantação sob égide do patronato real; a decadência do patronato e o esboroamento da organização eclesiástica ao longo dos séculos XVIII e XIX; os esforços dos bispos ultramontanos para restabelecer, ao longo dos últimos trinta anos do século XIX, o predomínio de Roma sobre a Igreja local; a reimplantação da Igreja sob a autoridade incontestável do Vaticano a partir da separação Igreja-Estado, estabelecida pela Constituição Republicana de 1891, mas só possível graças à ajuda do poder político; finalmente a etapa que se delineia no princípio dos anos sessenta, a de uma independência

---

<sup>125</sup> O catolicismo brasileiro em época de transição (BRUNEAU, 1974).

<sup>126</sup> História da Igreja no Brasil. Terceira Época – 1930-1964 (AZZI; GRIJP, 2008).

<sup>127</sup> QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **Conferência dos bispos do Brasil, CNBB: comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Edições Paulinas, 1977.

<sup>128</sup> LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução de: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

<sup>129</sup> MAINWARING, Scott. **A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>130</sup> Júlio César de Moraes Carneiro (mais tarde, após sua conversão ao catolicismo, Pe. Julio Maria) cursou Direito nos anos de 1870-1875, na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi fortemente influenciado pelo Positivismo [...] sua vida foi pautada por alguns infortúnios [...] com o falecimento da segunda esposa, passou a estudar teologia, ingressando no seminário de Mariana. Ordenou-se padre em 29 de Novembro de 1891, [...] percorreu quase todas as regiões dos Estados do Brasil para realizar suas pregações (OLIVEIRA, José Carlos de. O padre Julio Maria, o positivismo e a ciência. **Revista da SBHC**, n.9, p.17-30, 1993. Disponível em: <www.mast.br/arquivos\_sbhc/110pdf>. Acesso em: 03 abr. 2010.

<sup>131</sup> MARIA, Julio. **Sexo e vínculo**. Manhumirim, MG: O Lutador, 1962. p.12.

relativa da Igreja em face do estado, fruto do reforço da sua organização durante o período precedente e impulsionada por uma organização de coordenação, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), fundada no Brasil em 1953.<sup>132</sup>

Independentemente da divisão da instituição nos diferentes períodos, o que se deve considerar é o papel da Igreja na sociedade.

Contudo, ainda,

embora oficial, vê-se a religião católica tolhida na sua liberdade, afetada pelo exercício pleno do *múnus* apostólico. Tudo isso em razão daquela ideologia "condicionada" que fomentou o pragmatismo político da monarquia, e que adquire por fim a identidade definitiva.<sup>133</sup>

Essas características demonstram o quanto a Igreja estava subordinada e dependente em suas relações com o Estado. Características que passaram por sensíveis mudanças com a declaração do Estado laico a partir da Proclamação da República, em 1889.

Referindo-se a esse período, Euclides Marchi destaca:

essa trouxe a separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, para alívio de todos, dos políticos e dos eclesiásticos. Foi talvez o único caso em que a separação da Igreja decretada pelo Estado foi por ela acolhida como libertação. Os políticos, certos de que a religião estava ultrapassada na era positiva da ordem e do progresso, acreditavam estar escrevendo o epitáfio da Igreja. Os eclesiásticos, podendo respirar em liberdade, sem a "proteção" sufocante do Estado, viam renascer uma esperança de restauração.<sup>134</sup>

Assim, o que se vê é uma instituição que rompe com as amarras de um Estado dominador, que sufocava seus ideais, e "liberta-se dos empecos burocráticos e conquista um *status* mais condizente com a natureza de sua missão"<sup>135</sup>.

---

<sup>132</sup> ALVES, Marcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.18.

<sup>133</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972. p.44.

<sup>134</sup> MARCHI, Euclides. **O mito do Brasil católico**: Dom Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso. Curitiba: Ed. UFPR, 1999. p.11.

<sup>135</sup> MONTENEGRO, *op. cit.*, p.135.

É importante ressaltar a luta da hierarquia eclesiástica, a fim de firmar sua posição perante a sociedade e o Estado. Riolando Azzi mostra que, em sua trajetória, a instituição buscava, nas suas diversas relações sociais, desenvolver a sacralização da sociedade brasileira. Assim se manifesta: "embora genericamente se possa falar de sacralização da sociedade, o projeto eclesiástico era bem definido [...] assegurar à doutrina cristã o privilégio de ser reconhecida como a exclusiva fonte de orientação moral para o povo brasileiro"<sup>136</sup>.

Souza Lima afirma que

após essa separação a Igreja se dedicou a dois objetivos, conquistar sua autonomia de fato em relação ao Estado, modernizar-se, conformar-se aos modelos institucionais de acordo com a orientação romana, e o segundo: retornar a ser religião oficial do Estado, para usar suas estruturas e seus recursos. É possível afirmar que a Igreja brasileira obteve sucesso em ambos os sentidos.<sup>137</sup>

Vale lembrar que, com essa separação do poder civil e do religioso, além de se decretar a liberdade de culto e a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, o casamento católico não era mais reconhecido pelo Estado, o que representava a perda de um espaço significativo de atuação da Igreja. Para recuperar as perdas, ela procurou ampliar seus domínios. Conforme observa Montenegro, além da ampliação do campo de atuação em hospitais e escolas católicas, também "se notabilizam a criação de quase todas as dioceses existentes (até 1889 só havia doze dioceses), o desenvolvimento de obras de caridade, o aparecimento de novas associações religiosas"<sup>138</sup>.

Riolando Azzi observa que "as novas mudanças sociais que se iniciaram na sociedade brasileira despertaram logo a atenção da hierarquia eclesiástica, cuja reação se fez sentir através de repetidos brados de alerta endereçados aos católicos"<sup>139</sup>.

---

<sup>136</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.14.

<sup>137</sup> LIMA, Luiz Gonzaga de Sousa Lima. **Evolução política**: dos católicos e da Igreja no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p.16.

<sup>138</sup> MONTENEGRO, 1972, p.155.

<sup>139</sup> AZZI, 1993, p.103.

## 2.2 O SÉCULO XX E OS DESAFIOS DA REAFIRMAÇÃO

Se no início do século XX a Igreja Católica do Brasil vivia um período marcado pela separação do Estado, reorganização administrativa, crescimento das dioceses e reforma do clero e dos católicos, observa-se que a partir do final da década de vinte houve um crescimento da influência de Dom Sebastião Leme<sup>140</sup>, especialmente na construção de novas relações com o Estado e nas novas possibilidades de atuação da instituição em diferentes campos da sociedade. Sua carta pastoral, publicada ao tomar posse na arquidiocese de Olinda em 1916, marcou um momento de forte reflexão dentro de sua diocese e em toda a Igreja do Brasil, tanto no aspecto da pastoral quanto no da participação dos católicos na vida da Igreja e da sociedade. Destacava a fragilidade da instituição, afirmando que "a Igreja precisava cristianizar as principais instituições sociais"<sup>141</sup>.

Mainwaring observa que a atuação de Dom Leme foi importante para que a Igreja pudesse "manter seus objetivos de cristianizar a sociedade, conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico"<sup>142</sup>. Por isso, não poderia limitar-se a difundir apenas seus ritos e símbolos entre a sociedade; era preciso conquistar novos espaços na defesa de seus princípios cristãos.

Com o objetivo de identificar o caráter institucional da Igreja e destacar suas ligações com a sociedade e a política, Márcio Moreira Alves ressalta:

---

<sup>140</sup> BRUNEAU, 1974, p.73 -75. Sebastião Leme de Silveira Cintra (1882-1942) fez mais do que qualquer outro clérigo, na primeira metade do século XX, para orientar e mobilizar a Igreja no Brasil. Como arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921), coadjutor no Rio de Janeiro (1921-1930) e cardeal arcebispo no Rio até 1942, ele sobressaiu como a figura decisiva que determinou a direção de toda a instituição.[...] Desde que começou a fazer parte da hierarquia, Leme organizou e mobilizou setores da Igreja com a intenção de reconquistar uma posição legítima na vida pública. E o que é mais extraordinário é que o conseguiu. [...] a estratégia de Leme funcionou e a Igreja voltou de novo ao domínio público numa base privilegiada, a que se seguiu a reintrodução do modelo de influência da cristandade.

<sup>141</sup> MAINWARING, 1989, p.41.

<sup>142</sup> *Ibid.*, p.45.

para D. Leme a situação religiosa brasileira era paradoxal: o país era católico, enquanto a Igreja dispunha de pouca influência no povo, e sobretudo, na elite intelectual, tocada pelo agnosticismo, pelo secularismo, pelo positivismo. Atribuía a "descatolicização" desta elite à falta de formação doutrinária.<sup>143</sup>

Azzi, ao citar a carta pastoral de Dom Leme, destaca que além da catolicização da sociedade brasileira, o objetivo era implantar um estado católico. Desta forma, afirma ele: "sendo o Brasil um país de tradição católica, onde a maioria da população afirmava sua crença nessa fé, nada mais lógico que a implantação de um Estado Católico"<sup>144</sup>.

E acrescenta:

apesar da insistência da hierarquia eclesiástica em proclamar que sua missão era essencialmente religiosa, em função de sua delegação divina, a Igreja continuou sendo uma instituição profundamente enraizada na história social, cultural, política e econômica do país.<sup>145</sup>

A esse respeito, Scott Mainwaring afirma:

na medida em que a Igreja se tornava mais preocupada com sua missão social, a mudança e o conflito afetavam-na de novas maneiras. Diferentes forças sociais desenvolveram novas visões de política e os debates resultantes se refletiram na discussão interna da Igreja e no ideário de sua própria missão.<sup>146</sup>

Na década de 1930, ocorre uma visível aproximação entre Igreja e Estado, sobretudo pela ação de Dom Leme e Getúlio Vargas, os quais, além de amigos pessoais, procuravam apoio mútuo e legitimação política e religiosa e tinham como objetivo a obtenção de vantagens para ambos os lados. Esta política de boa vizinhança foi assim avaliada por Bruneau:

---

<sup>143</sup> ALVES, 1979, p.36.

<sup>144</sup> AZZI, 1993, p.16.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p.19.

<sup>146</sup> MAINWARING, 1989, p.25.



a legitimidade da Igreja é uma vantagem preciosa para o governo. Vargas compreendeu isso e fez tudo para ganhar a aprovação da Igreja. A compreensão que resultou da cooperação Vargas-Leme pode muito bem ter facilitado o governo de Vargas, e certamente ajudou a Igreja a reformular a sua abordagem da influência.<sup>147</sup>

Outro exemplo é apresentado por Márcio Moreira Alves, que afirma que Dom Leme mantinha as melhores relações pessoais com Getúlio Vargas, e "conseguiu dele que uma série de medidas favoráveis à Igreja fosse incorporada à constituição votada em 1934"<sup>148</sup>.

Por sua vez, para Scott Mainwaring,

o novo modelo de Igreja [...] atingiu seu apogeu de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente, a Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem [...] e assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo [...], em poucas palavras o modelo de neocristandade era uma forma de se lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma.<sup>149</sup>

À medida que a Igreja ampliava seus domínios, sua participação social através das mais diferentes manifestações, em companhia dos chefes de Estado, procurando melhorar sua atuação e consolidar sua influência e posição na vida pública e privada dos cidadãos, sua participação na organização da sociedade e sua interferência (influência) nos comportamentos das pessoas, pode ser entendida por meio das considerações de Bourdieu, que observa:

a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> BRUNEAU, 1974, p.78.

<sup>148</sup> ALVES, 1979, p.37.

<sup>149</sup> MAINWARING, 1989, p.43.

<sup>150</sup> BOURDIEU, 2001, p.33/34.

Riolando Azzi contribui dizendo que "a Igreja, portanto, continuava a ter plena liberdade para exercer a sua atuação religiosa, comprometendo-se em troca a defender a ordem estabelecida"<sup>151</sup>.

Todavia, apesar dessa visível reaproximação entre a Igreja e o Estado, cabe reconhecer que, após a Revolução de 1930, a sociedade brasileira passou por um processo de urbanização, com influências significativas na sua estrutura, nos comportamentos, na mentalidade e nas formas de vida, seja na organização da família, na liberdade individual de homens e mulheres e nos comportamentos religiosos, sexuais e sociais. Segundo Riolando Azzi:

Sem dúvida, o desenvolvimento progressivo da vida urbana provocou o enfraquecimento do modelo de família patriarcal originário do mundo rural. Simultaneamente, diminuiu também o sentido de dependência da mulher com relação ao marido; esta, aliás, passou a exercer algumas atividades fora do lar. Por sua vez, a preocupação mais intensa com a formação dos filhos fez com que os pais comessem a praticar o planejamento familiar. Por último, começou também a encontrar mais aceitação a idéia da separação do casal através do divórcio ou da legalização do desquite.<sup>152</sup>

Essas e outras mudanças, como a percepção das mulheres das novas possibilidades de trabalho, de participação social, dos direitos que lhes cabiam, da necessidade de participação efetiva nos movimentos reivindicatórios, alertavam a Igreja e os membros do clero sobre os espaços que estavam sendo minados e reduziam sua influência sobre as pessoas, em especial as mulheres, afetando diretamente o comportamento familiar. Às mulheres, sobretudo as que residiam no meio urbano, abriam-se oportunidades de lazer, de acesso aos meios de comunicação, de participação política por meio do voto, de consumo de bens culturais como teatro, cinema, bailes e eventos festivos.

As novas propostas educacionais incluíam o conhecimento da sexualidade, a queda dos tabus sobre o corpo e os avanços do conhecimento da natureza humana, higiene, prática de esportes, uso de roupas mais adequadas às diferentes atividades e estações do ano. Essas experiências criavam um ambiente desfavorável aos procedimentos da Igreja e suas teorias educacionais e religiosas. O sexo tornava-se

---

<sup>151</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.233.

<sup>152</sup> AZZI, 1993, p.101.

tema comum e presente nos meios sociais e também em muitos lares, incluindo os católicos. Naturalmente, a Igreja sentia o impacto dessa nova realidade e das alterações que ocorriam no interior das famílias, no comportamento das mulheres em relação à sua sexualidade e em relação à sua participação na vida social.

Preocupada com essa realidade, sobretudo com as influências que a família recebia dos meios de comunicação e da liberação dos costumes, no início da década de 1940, a Igreja parte para uma contraofensiva, preparando melhor seu clero para atuar junto aos fiéis. A REB, já no início dessa década, será um instrumento eficaz de orientação dos novos procedimentos e ações que deverão nortear o clero de todo o País. Conforme se pode observar nos artigos publicados nas duas décadas seguintes, somente no final dos anos cinquenta aparecem pequenos avanços que se refletirão nos anos sessenta, na preparação do Concílio Vaticano II, que teve início em 1962.

Riolando Azzi destaca a enorme influência que a Igreja continuava tendo,

seja através da organização das paróquias e das associações religiosas disseminadas por todas as partes do país, seja mediante a ação de numerosos estabelecimentos educacionais e assistenciais fundados não só nos centros urbanos, como nas cidades do interior. [...] Nesse período cresceu também a influência das editoras e das rádios católicas. A hierarquia eclesiástica, por seu turno, continuava a ter voz atuante e respeitada junto aos poderes públicos.<sup>153</sup>

## 2.3 A LEGITIMAÇÃO INSTITUCIONAL NA DÉCADA DE 1940

A década que precede a publicação da *Revista Eclesiástica Brasileira* (o primeiro número é editado em 1941) foi de extrema importância para a consolidação da Igreja Católica no Brasil especialmente no que se refere à construção de espaços que irão influenciar a sociedade.

Como afirma Márcio Moreira Alves, "graças à sua flexibilidade, os privilégios obtidos em 1934 serão conservados durante a Ditadura de Vargas e ver-se-ão, na sua

---

<sup>153</sup> AZZI, 1993, p.102/103.

grande maioria, incorporados à Constituição votada em 1946, depois da redemocratização do país"<sup>154</sup>.

A Igreja, nesse período, ampliou sua influência participando de decisões políticas e sociais, e mostrou sua força tornando-se presente em manifestações públicas, entre elas "a comemoração em honra à santa padroeira do país Nossa Senhora Aparecida, e a semana de comemoração a Cristo Redentor"<sup>155</sup>.

Esses acontecimentos populares "atraíram milhares de pessoas e mostraram que ainda estava muito viva nos brasileiros alguma forma de espírito religioso"<sup>156</sup>. Contudo, foram várias e sequentes as manifestações públicas com a presença de representantes da Igreja e do Estado, como se constata na afirmação de Marchi:

a Igreja resgatava a soberania de Cristo e o direito da Igreja de doutrinar o gênero humano, de legislar e reger os povos com sua doutrina e seus princípios. Era um ato de oposição explícita ao laicismo e apontava para o teor das relações que viria a estabelecer um novo governo daí por diante.<sup>157</sup>

Segundo Mainwaring, "a Igreja brasileira sempre foi uma instituição importante, seus símbolos e seus discursos ajudam a moldar a identidade de diferentes classes e instituições sociais e ajudam a definir práticas e políticas sociais"<sup>158</sup>. Parafraseando Bourdieu, o partido, se não quer se ver excluído do jogo político e da ambição de, senão participar do poder, pelo menos ter influência na distribuição do poder, não pode consagrar-se às virtudes tão exclusivas, do mesmo modo que a Igreja se consagrou à missão de espalhar a sua graça de instituição por todos os fiéis.

No Brasil do final da primeira metade do século XX, é possível se observar esta aliança entre as duas instituições, cada qual procurando os benefícios que a outra teria a oferecer. Ora a Igreja estava presente em eventos cívicos, ora o

---

<sup>154</sup> ALVES, 1979, p.38.

<sup>155</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.225-226.

<sup>156</sup> BRUNEAU, 1974, p.81.

<sup>157</sup> MARCHI, Euclides. Religião e evangelização. **Revista História: questões e Debates**, Curitiba, v.17, n.33, jul./dez. 2000. p.12.

<sup>158</sup> MAINWARING, 1989, p.30.

governo participava de ritos religiosos, explicitando uma aliança mútua e mostrando ao povo que quem estava com um estava com os dois.

## 2.4 A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS E A BUSCA DE APOIOS

### 2.4.1 A mobilização de intelectuais

Quando Marcio Alves ressaltou que a Igreja dispunha de pouca influência sobre a elite intelectual, talvez estivesse querendo destacar a preocupação de Dom Leme no sentido de criar mecanismos para fazer frente ao positivismo, ao agnosticismo e à descatholicização e falta de formação doutrinária não somente da elite, mas de grande parte da sociedade brasileira. Por esta razão, observa-se que, a partir da década de vinte, a Igreja se preocupou com a formação de intelectuais católicos, fossem eles oriundos de seus próprios quadros ou pela conversão de outros que militavam fora de suas estruturas.

Faz sentido especial a afirmação de Beozzo ao ressaltar que "toda a formação superior no país era agnóstica, positivista e anticlerical"<sup>159</sup>. Isso, em princípio, explica a necessidade de formar intelectuais que atuassem de acordo com as orientações da Igreja e contribuíssem para a formação de católicos que fizessem frente aos ataques que eram desferidos contra a Igreja e seu clero. Assim sendo, Dom Leme procurou organizar os movimentos religiosos já existentes e que tinham pouca participação nos processos de doutrinação e evangelização coordenados pela Igreja. Muitos desses movimentos foram organizados por padres europeus e, por isso, nem sempre se voltavam para os problemas da sociedade. Nisso se enquadravam principalmente os intelectuais católicos.

Nesse contexto de formação de intelectuais foi criado o Centro D. Vital, em 1922, liderado por Jackson de Figueiredo, que tinha sido um ateu, um livre pensador,

---

<sup>159</sup> BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 1930: o estado novo e a redemocratização. In: BORIS, Fausto. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. v.3. p.129.

inimigo da Igreja. Ao ler a Carta Pastoral de 1916, de Dom Leme, sentiu uma espécie de "apelo", e desde 1921 até sua morte prematura, em 1928, foi o promotor do Centro.

Mainwaring também se refere ao fato:

uma das mais influentes gerações de líderes leigos católicos na história da América Latina emergiu nos anos 20 em torno do *Centro Dom Vital*, um instituto católico pequeno, mas de grande influência no desenvolvimento da Igreja e na política.<sup>160</sup>

Beozzo contribui dizendo que:

D. Leme [...] deu enorme atenção ao grupo do Centro Dom Vidal, estendeu sua influência, confiando-lhe tarefas políticas como a LEC (Liga Eleitoral Católica), tarefas pedagógicas como a Associação dos professores católicos, transformada bem cedo em Confederação Católica Brasileira de Educação, de âmbito nacional (1935), tarefas de formação como o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), tarefas de militância apostólica através da Ação Católica (1935) e finalmente a tarefa de coroamento de todas as outras, repensar a cultura nacional à luz da fé, através da União Católica (1942). Nessa caminhada da inteligência duas figuras se destacam: Alceu Amoroso Lima, entre os leigos, e o Pe. Leonel Franca, no clero.<sup>161</sup>

Portanto, nota-se que, controlados pela Igreja, esses movimentos possibilitaram a ampliação da presença e influência religiosa em vários setores sociais, visto que essas atividades educacionais também auxiliavam os diferentes níveis escolares. Para Bruneau, "através do Centro [...], D. Leme e Jackson procuraram estimular, mobilizar e aumentar a influência da Igreja, visando principalmente à elite intelectual do país"<sup>162</sup>. Segundo ele, esse processo pode ser definido como "o modelo de influência neocristã"<sup>163</sup>.

Os intelectuais ligados ao Centro D. Vital produziram a Revista "Ordem", que, segundo Azzi, "tornou-se o órgão difusor de ideias do Centro, [...] com vários de seus

---

<sup>160</sup> MAINWARING, 1989, p.46.

<sup>161</sup> BEOZZO, 1984, p.299.

<sup>162</sup> BRUNEAU, 1974, p.88.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p.78.

membros ocupando posições de relevo na vida política nacional, [...] na defesa dos interesses católicos junto ao Estado atendendo ao pedido de D. Leme"<sup>164</sup>.

Essa revista, fundada em 1921, foi inicialmente dirigida por Jackson de Figueiredo. Sua produção era seriada, mensal, sediada no Rio de Janeiro e contaria com a contribuição de outros pensadores católicos leigos, como Alceu Amoroso Lima e Leonardo Van, para citar apenas dois.

## 2.5 DIÁLOGOS POLÍTICOS E AÇÕES SOCIAIS: OS ELOS PARA OS OUTROS DIÁLOGOS

Ao se avaliar a atuação da Igreja Católica nas décadas de 30 e 40 do século XX, observa-se que sua atuação marca um crescimento em todas as áreas que lhe permitissem uma presença entre os católicos e restringissem o crescimento de outros movimentos religiosos ou leigos que pretendessem ocupar espaços que, a seu ver, deveriam pertencer a ela. Família, escolas, hospitais, orfanatos, entre outros, formam os campos cuja atenção constante da Igreja ficou marcada por um trabalho sem tréguas. Como nestes, também a política mereceu atenção especial, sobretudo por parte de Dom Leme. Em 1932, fundou a *Liga Eleitoral Católica* (LEC), que, como afirma Azzi, "tinha como meta, portanto, despertar o interesse dos católicos pela política, a fim de que apoiassem as propostas eclesiais"<sup>165</sup>. Com isso, a Igreja abria um espaço institucional, o qual, não sendo um partido, mas uma liga, permitia-lhe "impor" ao campo da política um discurso de base católica. Assim, cabe aqui a observação de Bourdieu, para quem "o que faz o poder das palavras, e das palavras de ordem poder de manter a ordem ou de submeter, é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronunciam, crença cuja produção não é competência das palavras"<sup>166</sup>.

O exemplo do autor possibilita a discussão não somente da atividade da LEC, como também dos demais movimentos administrados pela Igreja, que marcaram sua

---

<sup>164</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.243.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p.253.

<sup>166</sup> BOURDIEU, 2001, p.15.

influência empregando várias estratégias e atividades, envolvendo diversos setores da sociedade.

Scott Mainwaring assinala que

a LEC não estava ligada a nenhum partido político em particular, mas era avidamente anticomunista. Geralmente estimulava os católicos a votar da maneira conservadora, a promover candidatos que adotassem posições favoráveis às principais questões católicas da época.<sup>167</sup>

Segundo Gizele Zanotto,<sup>168</sup> a LEC foi "uma entidade extra partidária que aglutinou candidatos de todo o país que concordassem em lutar pela pauta mínima de reivindicações dos católicos, caso fossem eleitos para compor a Assembléia Constituinte instaurada pelo presidente Vargas".

Conforme foi possível verificar, os membros da LEC destacaram-se inicialmente pela eficácia em discutir, juntamente com o governo, as reformas políticas e sociais. No entanto, para Bruneau,

a hierarquia ingenuamente deixou de perceber isso, considerando a Igreja como personificação de tudo o que era bom no Brasil, o porta-voz da verdade e da virtude. A combinação da relação íntima com o Estado, com o envolvimento periódico nas eleições, fez da Igreja uma instituição muito envolvida politicamente [...] a relação de autonomia muito mais íntima com o Estado pode ser designada pelo termo neocristandade.<sup>169</sup>

Ainda segundo Bruneau:

dessa maneira a influência era politicamente protegida pela LEC, [...] o poder era defendido como parte integral, de modo a evitar que se repetisse a situação desagradável experimentada pela Igreja durante a primeira República. Usando mais diretamente a sua influência, a Igreja trabalhava para garantir, através das leis, a mentalidade cristã (proibição de filmes indecentes), a santidade do casamento (rejeição do divórcio), a santidade da vida (nenhum controle da natalidade, e assim por diante).

---

<sup>167</sup> MAINWARING, 1989, p.48.

<sup>168</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente de Graduação e Pós-graduação em História de Passo Fundo. Artigo apresentado no IV Congresso Internacional de História, em Maringá, em 2009.

<sup>169</sup> BRUNEAU, 1974, p.91.



Por razões semelhantes, Beozzo destaca:

na atuação da LEC alguns pontos merecem atenção especial: a estratégia de mobilização em relação aos eleitores e aos partidos [...], o voto feminino, as eleições de 1933 serão as primeiras em que a mulher irá votar no Brasil [...], era fundamental o voto feminino na estratégia da Igreja, pois ali poderia encontrar seu maior apoio quanto à legislação familiar e escolar e quanto ao fim do laicismo na Constituição.<sup>170</sup>

Vê-se, portanto, que os objetivos da LEC, para a Igreja, ultrapassavam os interesses políticos. Era, sim, um instrumento que visava garantir outros interesses; isto é, garantir a influência da Igreja nas organizações sociais, com destaque para a família.

Assim como a LEC, outras áreas despertaram o interesse da Igreja. Uma ação social mais estruturada e globalizadora das atividades institucionais pode ser percebida no movimento da chamada "Ação Católica". Por meio dela o clero pode atuar mais diretamente na organização e direção das atividades da Igreja, estabelecendo um contato direto com o laicato, e os prelados, por sua vez, "passaram a ter maior interesse pelas questões sociais, sentindo a necessidade de ter um conhecimento mais adequado da realidade do país"<sup>171</sup>.

Na observação de Queiroga, o grande mérito da Ação Católica foi "ter contribuído para o nascer do próprio organismo da CNBB, [...] criando as condições favoráveis ao desabrochar da ideia e à realização do projeto"<sup>172</sup>. Passando por diferentes fases e sofrendo atualizações, ela teve frutos marcantes na sociedade brasileira, tais como: *Juventude Universitária Católica* (JUC), *Operária* (JOC), *Agrária* (JAC), *Estudantil* (JEC) e *Independente* (JIC), "e em 1964 veio a Ditadura Militar e quase tudo desapareceu. Permaneceu a JUC até 1968 e a JOC até hoje"<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> BEOZZO, 1984, p.305.

<sup>171</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.623.

<sup>172</sup> QUEIROGA, 1977, p.176-177.

<sup>173</sup> CHIQUIM, Carlos Alberto (Org.). **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Ilustrador: Fernando Lucio Wludner dos Santos. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção à Vida, 2005. p.303.

Para Bruneau, a Ação Católica na década de 1950 foi organizada "numa base diferente da adotada no tempo do Cardeal Leme. O novo modelo foi tirado do francês, ou do belga (em contraste com o modelo italiano)"<sup>174</sup>.

A Ação Católica permitiu uma inserção dos membros da Igreja, fossem eles clérigos ou leigos, nas ações sociais e nos movimentos por ela organizados, especialmente a partir da década de 1940. Segundo Mainwaring,

a Igreja também inclui institutos eclesiais, agentes pastorais (padres, freiras e leigos), movimentos leigos organizados, [...] que embora estejam sobre o controle formal da hierarquia esses outros níveis adquirem certa autonomia, influenciam a Igreja e exercem um efeito independente na política.<sup>175</sup>

Movimento estudantil em todos os seus níveis, operariado, movimentos rurais, universidades e demais campos da ação pastoral passaram a conviver com uma forte presença e atuação dos católicos. Para Boris Fausto,

Uma elite de militantes católicos passa a ser recrutada por sua situação de iguais no meio social em que vivem, para atuarem 'dentro' e 'de dentro' de seu meio, ligados, porém, à hierarquia por um 'mandato', garantia de autenticidade católica de sua ação. Suas pretensões são as de um catolicismo ofensivo, nem de direita nem de esquerda, [...] assim como é católica a solução que propõem para as questões sociais.<sup>176</sup>

Como resultado da Ação Católica observa-se uma "presença progressiva dos leigos na assessoria dos bispos e foi, sem dúvida, um elemento importante na nova mentalidade que se formava na Igreja" e uma abertura da Igreja para as questões sociais. Segundo Azzi, "A Ação Católica [...] foi um movimento que contribuiu de forma relevante para romper com a rigidez e o imobilismo das posições da instituição Católica"<sup>177</sup>.

---

<sup>174</sup> BRUNEAU, 1974, p.180. O modelo italiano estava dividido em quatro: adulto, jovem, masculino e feminino, dirigido a adultos e jovens das escolas secundárias, das universidades, das zonas rurais, classes operárias e outros.

<sup>175</sup> MAINWARING, 1989, p.28.

<sup>176</sup> PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Igreja católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**: III O Brasil Republicano (1930-1964) São Paulo: DIFEL, 1984. p.353-354.

<sup>177</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.623.

Pode-se observar a presença da Igreja Católica, no decorrer da primeira metade do século XX, sendo expressiva em quase todas as esferas da sociedade brasileira. Na política, destacou-se nas discussões da separação entre Igreja e Estado, depois com D. Leme, na articulação das novas alianças com o Estado, na participação política com a LEC, na participação social com a Ação Católica e nos movimentos que atuaram nos vários setores da sociedade. Este conjunto de ações expandiu-se de tal forma que o episcopado percebeu que estava defasado em relação aos movimentos leigos.

Segundo Márcio Moreira Alves, ao citar Vallier, durante a década de 1950 era evidente que a Igreja Universal mergulhava numa crise:

não apenas resultante dos ataques anticlericais do século XIX, [...] mas uma série de sutis tendências [...] atingiram toda a ordem social e [...] as velhas e familiares tradições eclesiais de poder, de *status* e de influência foram enfraquecidas e diluídas, quando não completamente destruídas.<sup>178</sup>

O autor comenta que a crise da instituição católica foi motivada pelas novas tendências sociais, como o crescimento da classe operária, o fortalecimento de centros técnicos e científicos nas universidades, entre outras.

Não apenas esses acontecimentos abalavam as estruturas da instituição, como também a "ignorância das causas da crise, aliada à ideologia conservadora do catolicismo, eram insuficientes para discernir e demarcar um caminho"<sup>179</sup>.

Por razões semelhantes, Azzi afirma:

durante a primeira etapa, a Igreja atuava como exclusiva dona da verdade, julgando ter a solução para todos os problemas do país, a partir de uma perspectiva puramente teológica, e marcadamente genérica e abstrata, imutável não apenas em seus fundamentos, como até mesmo em sua aplicação prática. Já no período seguinte, ao longo dos anos de 1950, a hierarquia eclesiástica passou a reconhecer a necessidade de um aprofundamento sociológico para melhor entender a realidade brasileira, e a partir dessa análise começou a tomar medidas mais concretas e adequadas, percebendo também a importância de identificar as causas econômicas geradoras de problemas sociais.<sup>180</sup>

---

<sup>178</sup> ALVES, 1979, p.64.

<sup>179</sup> *Id.*.

<sup>180</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.621.

Parece bastante convincente a observação de que durante parte da década de 1940 a Igreja viveu um período de estagnação, sendo "uma das razões [...] a falta de um líder à altura de D. Leme"<sup>181</sup>.

Era evidente que esta falta de liderança levava a uma atuação individualizada e desarticulada de cada bispo em suas dioceses, mostrando que a Igreja vivia um momento de acentuada fragilidade em sua ação doutrinária e evangelizadora. Nesta conjuntura, ganhou força a tese da necessidade de se criar um organismo que congregasse todo o episcopado brasileiro. Entre apoios irrestritos e dúvidas pontuais, nasceu, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, tendo como figura expressiva, por vários anos, um dos mais fervorosos integrantes da Ação Católica, o padre Helder Câmara, sagrado bispo e secretário geral da CNBB.

#### 2.5.1 Outros tempos, outras necessidades: a implantação da liderança do episcopado

Se a REB, a partir da década de quarenta, era um instrumento que tinha como um dos seus principais objetivos unificar o discurso e práticas católicas junto ao clero e aos fiéis, especialmente nas questões doutrinárias, nos ritos e nos processos de evangelização, não resta dúvida de que, na década de cinquenta, a CNBB tinha como tarefa organizar coletivamente o episcopado e estabelecer diretrizes conjuntas para toda a Igreja do Brasil.

Carlos Alberto Chiquim destaca:

os caminhos trilhados a partir da década de 1940 pela política brasileira, os debates pela redemocratização e o fim da era Vargas, os conflitos e as crises sociais, os problemas de ordem econômica, bem como os problemas que afetaram a Igreja com a morte do Cardeal Leme, a falta de liderança de outros cardeais e, em especial, do seu substituto, Dom Jaime de Barros Câmara (Cardeal do Rio de Janeiro em 1946 e presidente da CNBB -1955-1960), a inexistência de um organismo estável que unisse e congregasse o episcopado, criavam dificuldades para a articulação e para o diálogo entre os poderes civis e eclesiais.<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> FAUSTO, Boris. **História da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. T. III, v.4. p.354.

<sup>182</sup> CHIQUIM, 2005, p.233.

Nessa perspectiva, a CNBB seria um organismo específico para representar o episcopado nacional, uma vez que, tal como visto na citação anterior, até então era de pouca representatividade e influência.

No início, segundo Bruneau,

D. Helder foi a força propulsora da organização, mas não agia sozinho. Na realidade, a CNBB era a conferência de toda a hierarquia, embora, como acontece em qualquer grupo, houvesse umas poucas pessoas mais ativas e mais interessadas do que a maioria.<sup>183</sup>

Para Queiroga,

até 1952, o episcopado nacional não tinha um organismo de coordenação e representação, nem ninguém competente para convocá-lo, fora da autoridade da Sé Apostólica [...] se não fosse sanada tal carência, estaria o episcopado brasileiro (disperso num território imenso, assoberbado com os graves problemas de uma Igreja sem pessoal apostólico suficiente, isolado pelas condições precárias das comunicações e pela própria formação recebida) inerte, ante os desafios dos novos tempos que surgiam turbulentos e renovadores.<sup>184</sup>

No entanto, como se percebe, a CNBB não se limitou aos problemas do catolicismo e da religião, mas atacou também as questões econômicas, sociais e políticas, nas diferentes regiões do País.

Carlos Alberto Chiquim assinala:

a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi um ato ao mesmo tempo solene e simples. Seu principal documento jurídico receberia o nome singelo de Regulamento e não obedecia a nenhuma técnica de elaboração científica, tendo apenas oito artigos [...] Tratava-se efetivamente de uma Conferência que não se preocupava com a estrutura jurídica ou com esquemas organizacionais sofisticados, mas com o seu caráter amistoso; uma reunião de autoridades eclesiais sem pretensões de projeção política ou concentração de poder [...] mantinha-se uma certa estrutura hierárquica, cujas decisões não se fundamentavam no aparato jurídico, mas na amizade, na conveniência, na moral e na fraternidade cristã.<sup>185</sup>

---

<sup>183</sup> BRUNEAU, 1974, p.197.

<sup>184</sup> QUEIROGA, 1977, p.193-194.

<sup>185</sup> CHIQUIM, 2005, p.236-237.

Na tentativa de manter o episcopado informado dos problemas nacionais e internacionais, conforme previa o Regulamento, "passou-se a publicar um boletim denominado *Comunicado Mensal da CNBB*. Mantinha-se um forte vínculo com a Sé Romana e as questões específicas eram submetidas à sua apreciação. Portanto, a hierarquia de poder estava preservada"<sup>186</sup>.

De acordo com Bruneau,

os objetivos de D. Helder ao fundar a organização eram dois: nunca houvera uma coordenação nacional da Igreja, além da que podia ser efetuada por uma personalidade forte como a de Dom Leme [...] e ele achava que uma organização nacional como a CNBB animaria a instituição toda a tomar um interesse ativo na mudança social.<sup>187</sup>

De modo geral, Alves destaca:

a CNBB tinha mais que um desejo comum de modernizar a administração da Igreja e de alargar a sua influência de forma a permitir-lhe face às diversas ameaças que eram intuitivamente detectadas nas mudanças sociais e políticas do país, e assumiu, também, imediatamente, um papel político importante – o de porta-voz da hierarquia, [...] estabeleceu ainda um novo modelo de organização [...], [que] tem como função entabular um diálogo nacional – estabelecer parâmetros organizacionais e linhas de conduta geral, elaborar uma estratégia para o conjunto da instituição e formular a sua ideologia explícita.<sup>188</sup>

Bruneau afirma que foi preciso mais do que a institucionalização da CNBB para garantir sua influência no Brasil, e destaca:

a CNBB tornou-se uma instituição apesar de sua mínima envergadura legal, [...] a Igreja estava ameaçada por todos os tipos de processos sociais e políticos que diminuía a sua influência, [...] muitos setores dela perceberam essas ameaças, [...] e permitiram que se organizasse uma resposta.<sup>189</sup>

---

<sup>186</sup> CHIQUIM, 2005, p.237.

<sup>187</sup> BRUNEAU, 1974, p.196.

<sup>188</sup> ALVES, 1979, p.66- 67.

<sup>189</sup> BRUNEAU, *op. cit.*, p.206.

Nesse sentido convém assinalar que, para Bourdieu, "é preciso analisar a lógica do processo, geralmente percebido e descrito como processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo"<sup>190</sup>.

Vale destacar que, mais que a institucionalização da CNBB, mesmo como delegação, como cita o autor, por si só não expandiria sua influência, e que, para Bruneau, "a influência da Igreja se modificou por causa das mudanças gerais no meio, em interação com o Estado e a Santa Sé"<sup>191</sup>.

Os autores afirmam que, indiscutivelmente, a figura carismática de Dom Hélder fez a diferença nos rumos tomados pela CNBB. E que, por meio das suas ações, estimulou a participação de novos elementos da sociedade. Nas palavras de Carlos Alberto Chiquim,

a habilidade e as contribuições de Dom Hélder, somadas à experiência da Ação Católica Brasileira,<sup>192</sup> facilitaram a fundação da CNBB e permitiram que a Igreja Católica do Brasil se beneficiasse de uma organização com força moral e representatividade política para dar encaminhamento ao conjunto de planos de ação demandados por toda a sociedade.<sup>193</sup>

Bruneau afirma que a CNBB foi fundada para: "Estudar problemas de interesse da Igreja, particularmente no Brasil, e apresentar normas, aprovar e coordenar medidas, que facilitem e promovam a unidade de orientação e a conveniente atualização pastoral"<sup>194</sup>.

Referindo-se às atividades organizadas pela CNBB, Beozzo cita que

a I Assembléia aconteceu em Belém-PA, de 17 a 20 de Agosto de 1953, tendo como temas centrais um *Plano Nacional de Combate ao Espiritismo e Igreja e a Reforma Agrária*; a II Assembléia, de 9 a 12 de Setembro de 1954, ocorreu em Aparecida-SP, tratando da *Situação da Família Brasileira e da Ajuda Espiritual, Cultural e Econômica ao Clero*; a III Assembléia, de 10 a 12 de Novembro de 1956, ocorreu em Serra Negra-SP, abordando dois temas: *Paróquias ajustadas ao nosso tempo e ao nosso meio* e *Formação da Opinião Pública através da Publicidade*; a IV Assembléia aconteceu em

---

<sup>190</sup> BOURDIEU, 2001, p.157.

<sup>191</sup> BRUNEAU, 1974, p.207.

<sup>192</sup> QUEIROGA, 1977, p.170. "A ACB teve um relevante papel no desenvolvimento da pastoral, no Brasil [...] cria as ocasiões favoráveis ao desabrochar da ideia e à realização do projeto da CNBB".

<sup>193</sup> CHIQUIM, 2005, p.234-235 .

<sup>194</sup> BRUNEAU, *op. cit.*, p.200.

Goiânia-GO, de 03 a 11 de Julho de 1958, dedicando-se à *Renovação Paroquial e Influência das Estruturas Sociais sobre a Vida Religiosa*; e a V Assembléia acontece no Rio de Janeiro de 2 a 5 de Abril de 1962, quando foi discutido e aprovado o *Plano de Emergência para a mobilização geral da Igreja e Renovação do Ministério Sacerdotal, Educandários e Paroquiais*; a VI Assembléia ocorreu em Roma de 26 a 27 de Setembro de 1964, para a *Avaliação do Plano de Emergência e Estatutos da CNBB*; e a VII Assembléia ocorreu também em Roma, de 1.º a 17 de Outubro de 1965, tendo por temas o *Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) e a Campanha da Fraternidade*.<sup>195</sup>

Conforme mostra Beozzo, já na segunda Assembleia, em 1954, a CNBB colocava, entre outros, o tema da "Situação da Família Brasileira". Nas décadas seguintes, especificamente a partir da segunda metade do século vinte, a CNBB tornou-se o fator de renovação da Igreja, seja no aspecto pastoral, seja em relação às mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira.

Apesar das movimentações do ano de 1965, como o desenrolar da década de sessenta foi especialmente importante, pois em nível internacional a Igreja Católica iniciava outro período de sua história, a partir do Concílio Vaticano II, e no Brasil abriam-se as discussões que resultariam no Plano de Emergência. Conforme destaca Chiquim:

A partir de então, ela passaria a ser efetivamente um órgão de consolidação, de orientação e de coordenação das ações pastorais. O relacionamento com a Sé Romana também foi revisto, pois o Concílio redefinira a autoridade e o papel dos bispos [...] sem diminuir a autoridade e a primazia da Santa Sé sobre os assuntos referentes à Igreja Universal, a CNBB assumia, de forma colegiada, a responsabilidade sobre os seus atos. O Concílio, o Plano de Emergência, a Pastoral de Conjunto, as mobilizações sociais, as crises econômicas e as decisões de ordem político-governamental empurravam a Igreja e sua representante principal, a CNBB, para o centro de debates.<sup>196</sup>

Incumbidos de proclamar a Boa Nova de Jesus Cristo, os bispos, em comunhão com o clero, com base nos documentos da CNBB, priorizaram as iniciativas que resultassem em serviço e diálogo, promovendo a dignidade e a construção de uma sociedade justa e solidária. Após o encerramento do Concílio Vaticano II, a CNBB reforçou suas atividades de maneira conjunta, buscando na unidade e na co-responsabilidade a força de seus atos.

---

<sup>195</sup> BEOZZO, José Oscar. **A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II**, de Medellín a Santo Domingo. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p.59.

<sup>196</sup> CHIQUIM, 2005, p.241-242.



Retomando Chiquim, cabe ressaltar:

O episcopado saía do Vaticano II valorizado individualmente, mas, de modo especial, convencido de que sua força não estaria em cada um deles, mas, sim, na união de todos. Por isso, a Conferência tornar-se-ia o organismo de representação e do exercício de comunhão, corresponsabilidade e colegialidade no cumprimento da missão episcopal em nível nacional e regional. [...] com destaque para a ação conjunta, a integração com organismos internacionais (a exemplo dos contatos constantes com o CELAM, comunhão com a Sé Apostólica, aproximação com os setores paroquiais – clero e leigos; tudo isso, numa ação planejada, coordenada e integrada regional e nacionalmente.<sup>197</sup>

### 2.5.2 Católicos sim! Cidadãos também: o "novo" clamor

Segundo Queiroga, "a partir da fundação da CNBB, com efeito, os empreendimentos multiplicaram-se, a presença da Igreja com sua palavra e atuação muito mais se firmou, no meio da espantosa mutação e até convulsão política, econômica e social do País"<sup>198</sup>. Para ele, dentro do conjunto das mudanças cabe citar:

maior interesse e maiores possibilidades para a solução de problemas das vocações sacerdotais e da catequese [...] movimentos de esclarecimentos da opinião pública em torno de grandes problemas, como a família, a educação, a doutrina social da Igreja; retiros especializados orientados para uma presença atual e atuante da Igreja nos dias que correm [...].<sup>199</sup>

Mais uma vez merece destaque a preocupação com a família, vista como *"um dos grandes problemas"*, a qual, cada vez mais, era objeto de atenção e trabalho por parte do clero e do episcopado como um todo. Nas duas primeiras décadas da segunda metade do século vinte, Pio XII (que faleceu em 1958) e seu substituto João XXIII promoveram reformas importantes. Merece referência especial a

---

<sup>197</sup> CHIQUIM, 2005, p.242-243.

<sup>198</sup> QUEIROGA, 1977, p.345.

<sup>199</sup> *Id.*

Encíclica de João XXIII, tais como *Mater et Magistra*<sup>200</sup> (1961) e *Pacem in Terris*<sup>201</sup> (1963), as quais contribuíram significativamente para modificar o pensamento católico oficial. Mainwaring sublinha: "ambas desenvolveram uma nova concepção da Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social"<sup>202</sup>.

Chiquim afirma que "em 1958 o Papa João XXIII convocava a primeira reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano. [...] Três anos depois, o apelo transformou-se em pedido; em 1961, o Papa pedia um Plano de Pastoral"<sup>203</sup>.

Segundo Queiroga,

o Plano de Emergência traça uma figura renovada dos bispos: "o *sacerdote* por excelência; para os padres o funcionamento de uma pastoral em conjunto, que dê aos padres vivência e atuação mais comunitária; e aos leigos: construir uma civilização que realize o melhor possível o bem comum temporal e possibilite a todos a realização de seu destino sobrenatural".<sup>204</sup>

E, para Azzi,

atendia a um desejo expresso do Papa João XXIII, de que os bispos da América Latina não se limitassem apenas em combater o comunismo, mas procurassem também adotar medidas eficazes para melhorar as condições religiosas e sociais do povo.<sup>205</sup>

As preocupações da Igreja eram de caráter universal, no sentido de que não se limitavam ao combate ao comunismo, mas também aos efeitos do capitalismo,

---

<sup>200</sup> BRUNEAU, 1974, p.211. Foi a Primeira encíclica papal que tratou especificamente da necessidade de reformas nas zonas rurais, e muitos atribuem sua ênfase ao passado rural do Papa.

<sup>201</sup> *Id.* Importante apoio como engajamento social. [...] os bispos prepararam a declaração mais avançada e mais decisiva jamais proclamada pela Igreja do Brasil. [...] a Igreja colocou-se claramente do lado de uma séria mudança sociopolítica.

<sup>202</sup> MAINWARING, 1989, p.62.

<sup>203</sup> CHIQUIM, 2005, p.240.

<sup>204</sup> QUEIROGA, 1977, p.358-360.

<sup>205</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.633.

pois, segundo ela, era um sistema onde imperavam relações de desigualdade social, concentração de renda e divisão entre países ricos e pobres. Por isso, merecia um posicionamento mais forte e público da Igreja em defesa de seus princípios e de seus fiéis.

Para Marchi, "desde Pio IX, passando por Leão XIII, Pio X, Pio XI e chegando até Pio XII, as principais encíclicas papais faziam alusões constantes aos males do capitalismo"<sup>206</sup>.

O pedido de João XXIII teve repercussão no Brasil e a CNBB compreendeu que sua missão deveria trilhar caminhos de luta, não apenas contra os sistemas do comunismo e do capitalismo, respondendo positivamente ao apelo do papa, elaborando um planejamento pastoral adequado à realidade do País. Portanto, havia a necessidade de a Igreja rejuvenescer, o que, para Queiroga, significava

despertar a consciência apostólica do povo de Deus, mobilização geral das forças, para colocar a Igreja à altura do momento histórico e salvar o mundo de hoje.[...] Uma revisão sincera de toda a ação da Igreja, uma reforma de métodos, redefinição de objetivos e hierarquização das metas.<sup>207</sup>

Com essa nova face, a Igreja ampliava sua participação na vida dos seus. Convocava todos os cristãos para um novo momento na sua história. Assim, marcava sua atuação através da catequese, da formação dos líderes comunitários, dos grupos de jovens e de outros setores em que poderia atuar.

Segundo Marchi,

se ainda havia muitas restrições, se os reais avanços ainda não eram os desejados, há que se reconhecer que o Plano de Emergência contribuiu para que o episcopado brasileiro comparecesse ao Concílio Vaticano II mais preparado e com uma visão mais clara e consistente da realidade de suas dioceses, das paróquias e dos católicos do Brasil, bem como das angústias e das dificuldades que marcavam a vida dos brasileiros.<sup>208</sup>

---

<sup>206</sup> MARCHI, 2000, p.8.

<sup>207</sup> QUEIROGA, 1977, p.352.

<sup>208</sup> MARCHI, *op. cit.*, p.9.

O Plano de Emergência terminara em 1965, tendo sido substituído pelo Plano de Pastoral de Conjunto (PPC)<sup>209</sup>, calcado nos documentos do Concílio e de um novo olhar sobre o Brasil. As metas, agora, centravam-se na pastoral, considerando em especial que neste Plano (PPC) poucos bispos demonstraram interesse. Apesar de este apontar para reformas e para a possibilidade de aumentar a influência da instituição, consideram-no vago.

Para Beozzo, "é difícil avaliar os resultados práticos do Plano de Emergência que encontrou nas equipes do Mundo Melhor<sup>210</sup> seus maiores protagonistas, mas o certo é que ele colocou a Igreja do Brasil, pela primeira vez, numa atitude de trabalho conjunto e planejado"<sup>211</sup>.

### 2.5.3 No Santuário das Tradições e dos Costumes, as inflexões do tema da família a partir da segunda metade do século XX

Se o tema da família esteve presente em vasta documentação da Igreja, é importante ressaltar que, a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o Concílio Vaticano II (1962-1965), ocupou um espaço especial nos documentos papais e episcopais. Família, Matrimônio, Dignidade Humana foram abordados

---

<sup>209</sup> CHIQUIM, 2005, p.242. Com o objetivo de promover: uma unidade visível no seio da Igreja Católica; a Ação Missionária; catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica; a ação litúrgica, ecumênica e o envolvimento do povo na construção do mundo segundo os desígnios divinos. Entendia-se que este plano somente seria bem-sucedido se houvesse o envolvimento daqueles que, em suas regiões, estivessem envolvidos na dinâmica da realidade social, cultural e política. Portanto, as dioceses e as paróquias eram os locais adequados para se pensar o planejamento e propor as ações a serem implementadas.

<sup>210</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.496-497. Instituído na Itália pelo jesuíta Ricardo Lombardi, o Movimento foi oficializado através de uma mensagem de Pio XII em 1952, tendo como finalidade realizar um amplo plano de renovação cristã. [...] o grande passo para a implantação do Movimento foi dado em 1960, quando por ocasião do VII Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Curitiba. [...] visava ajudar a Igreja do Brasil a iniciar o processo de atualização de suas estruturas, completamente defasadas em relação à sociedade moderna.

<sup>211</sup> BEOZZO, José Oscar. **A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

com muita atenção sobretudo nas Encíclicas<sup>212</sup>, Cartas Apostólicas<sup>213</sup>, Exortações Apostólicas<sup>214</sup> e Constituições Apostólicas<sup>215</sup>. Tendo em vista o grande número desses documentos, serão priorizados aqueles que mais se aproximam do tema desta pesquisa.

A valorização do tema da família não poderia deixar de ser uma das preocupações da Igreja, tendo em vista que ela compõe um dos dez mandamentos: honrar pai e mãe. Naturalmente, este 'pai e mãe' compõe a estrutura básica da organização familiar. O Catecismo da Igreja estampa:

O próprio Senhor Jesus recorda a força desse mandamento de Deus (Mc 7, 8-13). O apóstolo ensina: Filhos, obedecei a vossos pais, no Senhor, pois é justo. 'Honra teu pai e tua mãe' é o primeiro mandamento associado à promessa: para serdes feliz e teres vida longa sobre a terra (Ef 6,1-3).<sup>216</sup>

Observa-se, de início, que é nesse mandamento que os documentos eclesiais, pontifícios e muitos dos textos publicados pela REB se fundamentam para construir grande parte de sua argumentação sobre os papéis dos integrantes da *família*.

---

<sup>212</sup> *Carta Encíclica ou Encíclica – (Epistolae Encyclicae)*. Documento pontifício dirigido aos Bispos de todo o mundo e, por meio deles, a todos os fiéis. A Encíclica é usada pelo Romano Pontífice para exercer seu Magistério Ordinário. Trata de matéria doutrinária em vários campos: fé, costumes, culto, doutrina social etc. Exemplos de Encíclicas: "Rerum Novarum" (Leão XIII) sobre a questão operária; "Casti Connubii" (Pio XI) sobre a Moral Conjugal; entre outras (Disponível em: <www.paroquias.org/documentosdaigreja>. Acesso em: 04 ago. 2010).

<sup>213</sup> *Carta Apostólica* – Sob essa denominação, podemos compreender duas espécies de documentos do Papa: Epistola Apostolica e "Litterae Apostolicae". A primeira espécie trata de matéria doutrinária, de caráter menos solene que a Encíclica. O documento é dirigido aos bispos e, por meio deles, a todos os fiéis. Exemplos: ("Mulieris Dignitatem") João Paulo II 1988, sobre a dignidade e vocação da mulher. A segunda espécie ("Literae Apostolicae") é usada para vários outros assuntos: Constituição de Santos Padroeiros, promoção de novos Beatos, normas disciplinares (Disponível em: <www.paroquias.org/documentosdaigreja>. Acesso em: 04 ago. 2010).

<sup>214</sup> *Adhortatio Apostolicae*. Forma de documento menos solene que as Encíclicas. Antigamente era dirigida a um determinado grupo de pessoas. [ ... ] O termo é usado actualmente, em sentido mais amplo: não somente como documento para determinado grupo de pessoas, mas como recomendações feitas pelo Romano Pontífice aos bispos, presbíteros, e todos os fiéis, sobre temas mais directamente relacionados a um grupo de pessoas, por exemplo, as exortações pós-Sinodais: "Familiaris Consortio", etc. (Disponível em: <www.paroquias.org/documentosdaigreja>. Acesso em: 04 ago. 2010).

<sup>215</sup> Documento Pontifício que trata de assuntos da mais alta importância. Distingue-se em Constituição Dogmática, que contém definições de dogmas. Por exemplo, de João Paulo II as Constituições Apostólicas "Sacrae Disciplinae Leges" de promulgação do CIC de 1983 (Disponível em: <www.paroquias.org/documentosdaigreja>. Acesso em: 04 ago. 2010).

<sup>216</sup> IGREJA CATÓLICA, 1997, p.500.

É uma documentação que representa a construção de um discurso pelas mais importantes autoridades da Igreja e que será reconhecido pelo clero e pelos fiéis. Como diria Bourdieu, "o porta-voz autorizado é aquele ao qual cumpre, ou cabe, falar em nome da coletividade; é ao mesmo tempo seu privilégio e seu dever, sua função própria, em suma, sua competência"<sup>217</sup>.

Nesta construção doutrinal a família é apresentada como uma das células vitais da sociedade. Uma comunidade natural, na qual se experimenta a sociabilidade humana. Em seu Catecismo, a Igreja declara:

a família é a *célula originária da vida social*. [...] A família é a comunidade na qual, desde a infância, se podem assimilar os valores morais, em que se pode começar a honrar a Deus e a usar corretamente a liberdade. A vida em família é iniciação para a vida em sociedade.<sup>218</sup>

Pio XII, na sua oração de Pio XII pela família cristã, reitera que

Na desordem de idéias que, com frequência, perturba as inteligências, nós proclamamos bem alto a santidade, a unidade e a missão divina da família cristã, célula da sociedade e da Igreja, e nos empenhamos todos, cada um em seu pôsto – genitores e filhos – com modéstia, mas com firmeza, a fazer quanto em nosso poder estiver para que êsses santos ideais se convertam, no mundo, em realidade.<sup>219</sup>

Cabe citar ainda o Decreto "*Apostolicam Actuositatem*"<sup>220</sup> – Apostolado dos leigos –, que, sobre esse tema, destaca:

---

<sup>217</sup> BOURDIEU, (os ritos de instituição – A Economia das trocas linguísticas, p.101.

<sup>218</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1997, art. 2205, p.502.

<sup>219</sup> REB, vol.18, fasc. 1, Março 1958, p.191.

<sup>220</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1980, p.529-530. Desejando tornar mais intensa a atividade apostólica do Povo de Deus. [...] Nosso tempo exige dos leigos um zelo não menor, pois as circunstâncias atuais reclamam deles um apostolado mais intenso e mais amplo. Com efeito, o aumento constante da população, o progresso da ciência e da técnica, as relações humanas mais estreitas, não só aumentaram o campo de ação do apostolado leigo de maneira extraordinária; campo em grande parte só a eles aberto, mas criaram também novos problemas, que esperam deles um consciencioso cuidado e estudo.

Os cônjuges cristãos constituem um para o outro, para os filhos e demais familiares, cooperadores da graça e testemunhas da fé. Para os filhos são eles os primeiros anunciadores e educadores da fé. Formam-nos para a vida cristã e apostólica pela palavra e pelo exemplo.<sup>221</sup>

Todavia, é importante ressaltar que o documento que serve de inspiração aos demais é a encíclica *Arcanum Divinae Sapientiae* – sobre a família –, publicado em Roma no ano de 1880, pelo Papa Leão XIII.

O documento faz um resgate da origem do casamento, justificando sua existência como resultado da vontade de Deus, expressa na Sagrada Escritura, quando trata da criação do homem no livro do Gênesis. Segue em suas orientações definindo os papéis que devem ser exercidos pelos casais a exemplo de Jesus e sua Igreja. "É por estas razões que o casamento é um sacramento grande e ilustre entre todos, piedoso, casto, santo, imagem e apresentação das coisas sublimes."<sup>222</sup> Comentando a relação entre Estado e casamento, destaca:

eles acham intolerável que o mesmo está sob a jurisdição da Igreja e procura, pelo contrário, tirá-lo de toda a santidade e realmente reduzir para um círculo muito restrito das coisas, instituição humana governada e administrada pela lei civil das nações.<sup>223</sup>

Inspirado na *Arcanum Divinae Sapientiae*, de Leão XIII, Pio XI promulga em 1930 a encíclica *Casti Connubii*, na qual retoma os valores sobre o matrimônio. Neste documento, o papa explicita a compreensão da Igreja sobre o valor do matrimônio como sacramento e condena o uso de quaisquer métodos contraceptivos e a legalidade do aborto. Entre suas afirmações, enfatiza o consentimento entre homem e mulher como meio principal para a união conjugal, conforme a vontade divina. E acrescenta como benefício desse sacramento a propagação da vida – os filhos, baseado no trecho do livro do *Gênesis 1, 28*, "crescei e multiplicai-vos e enchei a terra". Complementa suas indicações com a orientação da família como valor para a sociedade.

---

<sup>221</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1980, p.543-1371.

<sup>222</sup> ARCANUM DIVINAE SAPIENTIAE. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 03 ago. 2010.

<sup>223</sup> *Id.*

Pela Encíclica,

os pais cristãos compreenderão, além disso, que não são destinados só a propagar e conservar na terra o gênero humano, e não só também a formar quaisquer adoradores do verdadeiro Deus, mas a dar filhos à Igreja, a procriar concidadãos dos santos e familiares de Deus.<sup>224</sup>

Fundamentada na Sagrada Escritura, a Encíclica reafirma as orientações aos cônjuges baseadas em exortações, como, por exemplo, a que reforça o combate ao adultério, pelo texto de Mateus 5,28: "todo aquele que vir uma mulher com olhos de concupiscência já cometeu adultério com ela em seu coração", exigindo por esse modo a santidade da união conjugal pelos bens da unidade e da indissolubilidade. Reafirmando as orientações da *Arcanum, Casti Connubii* reforça:

o marido é o chefe da família e a cabeça da mulher, e esta, portanto, porque é carne de sua carne e ossos de seus ossos, não deve sujeitar-se a obedecer ao marido como escrava, mas como companheira, isto é, de tal modo que a sujeição que lhe presta não seja destituída de decoro nem de dignidade.<sup>225</sup>

Na continuidade, apresenta como outro bem do matrimônio o de que ele é um sacramento – sinal eficaz da graça – e, como tal, indissolúvel. Explicando os motivos sagrados da indissolubilidade e as vantagens do cumprimento deste preceito, ressalta que "[...] os cônjuges têm na estabilidade absoluta do vínculo aquele sinal certo de perenidade [...] castidade fiel, um sólido baluarte de defesa contra as tentações de infidelidade [...]"<sup>226</sup>.

A reafirmação da sacramentalidade do casamento encontra reforço na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* - Alegria e Esperança, publicada pelo Papa Paulo VI em 1965 e considerada pela Igreja como a Carta Magna da Pastoral Social, e sobre a Igreja no mundo atual. Segundo James Hitchcock, trata-se de

---

<sup>224</sup> CARTA ENCÍCLICA CASTI CONNUBII. Disponível em: <[www.capela.org.br/magisterio/connubii](http://www.capela.org.br/magisterio/connubii)>. Acesso em: 09 ago. 2010.

<sup>225</sup> *Id.*

<sup>226</sup> *Id.*



um decreto centrado na mensagem do Concílio Vaticano II, cujo tom difere de muitos documentos anteriores da Igreja, no qual não se condena ou avisa, mas, expressa simpatia e compreensão para com o mundo.<sup>227</sup>

Dividida em dois momentos, apresenta, inicialmente, a Doutrina da Igreja e, em seguida, a Pastoral. O texto expressa a preocupação da Igreja com o resultado desequilibrado do desenvolvimento tecnológico e econômico, que afeta também a vida espiritual da população. Nele "a humanidade foi vista como tendo boas intenções, ansiosa por verdade e justiça que a Igreja desejava atender"<sup>228</sup>.

A doutrina da Igreja sobre a família sofreria uma séria provocação em 1962 com o lançamento da pílula anticoncepcional. Em resposta, alguns anos depois, em 1968, o Papa Paulo VI promulgaria a Encíclica *Humane Vitae* ("Da vida humana"), na qual descreve a postura da Igreja Católica em relação a ela. Preocupado com o efeito social desses métodos, ressalta:

o gravíssimo dever de transmitir a vida humana, pelo qual os esposos são os colaboradores livres e responsáveis de Deus Criador, foi sempre para eles fonte de grandes alegrias, se bem que, algumas vezes, acompanhadas de não poucas dificuldades e angústias. Em todos os tempos o cumprimento deste dever pôs à consciência dos cônjuges sérios problemas; mas, mais recentemente, com o desenvolver-se da sociedade, produziram-se modificações tais, que fazem aparecer questões novas que a Igreja não podia ignorar.<sup>229</sup>

O Papa expressa sua preocupação, visto o incentivo dado pelas autoridades e departamentos de saúde ao uso de contraceptivos e à regulação da natalidade, ferindo alguns princípios cristãos. Acrescenta ainda que, com a tecnologia e o desenvolvimento da sociedade, afloraram "alguns critérios de soluções que se afastam da doutrina moral sobre o Matrimônio"<sup>230</sup>.

---

<sup>227</sup> HITCHCOCK, James. **Fim da Gaudium et Spes?** Disponível em: <[http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=igreja&artigo=fim\\_gaudium\\_spes](http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=igreja&artigo=fim_gaudium_spes)>. Acesso em: 06 ago. 2010.

<sup>228</sup> GAUDIUM ET SPES, 2010.

<sup>229</sup> HUMANAE VITAE. **Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Paulo VI**: sobre a regulação da natalidade. São Paulo: Edições Paulinas, 1968. p.3.

<sup>230</sup> *Ibid.*, p.8.

Nessa encíclica reforça-se também o tema da "paternidade responsável", como uma missão dos cônjuges, conhecimento e respeito por suas funções, e afirma-se que "o exercício responsável da paternidade implica, portanto, que os cônjuges reconheçam plenamente os próprios deveres, para com Deus, para consigo próprios, para com a família e para com a sociedade, numa justa hierarquia de valores"<sup>231</sup>. Por esta razão, segundo a Igreja, a regulamentação da natalidade pelo uso de métodos contraceptivos traria consequências e "abririam à infidelidade conjugal e à degradação da moralidade"<sup>232</sup>, e ainda que "o homem, habituando-se ao uso de práticas anticoncepcionais, acabe por perder o respeito pela mulher e, [...] chegue a considerá-la como simples instrumento de prazer egoísta e não mais como sua companheira, respeitada e amada"<sup>233</sup>.

Com essa diretriz, a encíclica condena a regulamentação da natalidade fundamentando-se "na arma perigosa que se viria a pôr nas mãos de autoridades públicas, pouco preocupadas com exigências morais"<sup>234</sup>. Neste sentido, ela apresenta as possibilidades de como regular a natalidade na observância dos valores cristãos. Sugere que seja pelo "domínio do instinto, mediante a razão e a vontade livre, [...] concretiza-se esta ascese na observância da continência periódica"<sup>235</sup>. Indica ainda que se deve

criar um ambiente favorável à castidade. [...] tudo aquilo que nos modernos meios de comunicação social leva à excitação dos sentidos, ao degeneramento dos costumes, bem como todas as formas de pornografia ou de espetáculos licenciosos, devem suscitar a reação franca e unânime de todas as pessoas solícitas pelo progresso da civilização e pela defesa dos bens do espírito humano.<sup>236</sup>

---

<sup>231</sup> HUMANAE VITAE, 1968, p.26.

<sup>232</sup> *Ibid.*, p.19.

<sup>233</sup> *Ibid.*, p.20.

<sup>234</sup> *Id.*

<sup>235</sup> *Ibid.*, p.23.

<sup>236</sup> *Ibid.*, p.25.

Na tentativa de somar forças para sua ação, a Igreja elenca os papéis de vários setores da sociedade na defesa de seus princípios para o controle da natalidade e observância dos preceitos cristãos. Apela aos governantes dizendo-lhes que, como principais responsáveis pelo bem comum, não devem permitir que "se degrade a moralidade das vossas populações; não admitais que se introduzam legalmente, naquela célula fundamental que é a família, práticas contrárias à lei natural [...]"<sup>237</sup>.

Aos homens da ciência ressalta que "podem dar um contributo grande para o bem do matrimônio e da família e para a paz das consciências [...] com estudos convergentes, as diversas condições favoráveis, a uma honesta regulação da procriação humana"<sup>238</sup>.

Várias outras sugestões fazem parte dessa encíclica: para os esposos cristãos solicita que, "dóceis à sua voz, [...] envidem os esforços necessários, apoiados na fé e na esperança [...] implorem com oração, [...]. E se porventura o pecado vier a vencê-los, não desanimem, [...]"<sup>239</sup>. Para o apostolado nos lares, sugere que "os próprios esposos assim se tornem apóstolos e guias de outros esposos"<sup>240</sup>. Aos médicos e ao pessoal do setor de saúde pede para que

perseverem, pois, no propósito de promoverem, em todas as circunstâncias, as soluções inspiradas na fé e na reta razão [...] para poderem dar aos esposos que porventura os venham consultar aqueles conselhos sensatos e aquelas diretrizes que estes, com todo o direito, esperam deles.<sup>241</sup>

Finalmente, aos sacerdotes recomenda-se que "no meio das suas dificuldades, que os cônjuges encontrem sempre na palavra e no coração do sacerdote o eco fiel da voz e do amor do Redentor"<sup>242</sup>.

---

<sup>237</sup> HUMANE VITAE, 1968, p.25.

<sup>238</sup> *Ibid.*, p.27.

<sup>239</sup> *Ibid.*, p.28.

<sup>240</sup> *Ibid.*, p.30.

<sup>241</sup> *Id.*

<sup>242</sup> *Ibid.*, p.31.

Todas essas recomendações exaradas pelo documento papal podem nos remeter à reflexão de Bourdieu, que afirma:

para replicar os ataques proféticos ou a crítica intelectualista dos leigos, o sacerdócio deve fundamentar e delimitar sistematicamente a nova doutrina vitoriosa ou defender a antiga [...], estabelecer o que tem e o que não tem valor sagrado, em suma deve dotar-se de instrumentos de luta simbólica ao mesmo tempo homogêneos (banalizados), coerentes e distintos, tanto no âmbito do ritual como em matéria de dogma (corpo doutrinal). As necessidades de defesa contra as profecias concorrentes e contra o intelectualismo laico contribuem para favorecer a produção de instrumentos "banalizados" da prática religiosa, como prova o fato de que a produção de escritos canônicos intensifica-se quando o conteúdo da tradição encontra-se ameaçado.<sup>243</sup>

Com base nessa afirmação, observa-se que a Igreja precisa, sempre que se sentir ameaçada, reforçar seus conceitos e dogmas. Por isso, ao tratar de temas polêmicos como aqueles abordados na *Humanae Vitae*, enfrentou também reações e resistências, mesmo entre os católicos, pois nem todos se dispuseram a obedecer às recomendações papais. Exemplo típico deu-se em relação ao controle da natalidade.

Na década de 1980, João Paulo II voltou a se manifestar sobre a função da família cristã no mundo contemporâneo na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, de 1981, dizendo:

num momento histórico em que a família é alvo de numerosas forças que a procuram destruir ou de qualquer modo deformar, a Igreja, sabedora de que o bem da sociedade e de si mesma está profundamente ligado ao bem da família, sente de modo mais vivo e veemente a sua missão de proclamar a todos o desígnio de Deus sobre o matrimônio e sobre a família, para lhes assegurar a plena vitalidade e promoção humana e cristã, contribuindo assim para a renovação da sociedade e do próprio povo de Deus.<sup>244</sup>

Neste documento, João Paulo II destaca ainda:

conscientes de que o matrimônio e a família constituem um dos bens mais preciosos da humanidade, a Igreja quer fazer chegar a sua voz e oferecer ajuda a quem, conhecendo já o valor do matrimônio e da família, procura vivê-lo fielmente, a quem, incerto e ansioso, anda à procura da verdade e a quem está impedido de viver livremente o próprio projeto familiar.<sup>245</sup>

---

<sup>243</sup> BOURDIEU, 2001, p.97.

<sup>244</sup> EXORTAÇÃO APOSTÓLICA FAMILIARIS CONSORTIO, 2010.

<sup>245</sup> JOÃO PAULO II. **Familiaris Consortio**: a missão da família cristã no mundo de hoje. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. p.3.

Reforçando a tese do valor do matrimônio e sua indissolubilidade, em outubro de 1983, na *Carta dos Direitos da Família*, apresentada pela Santa Sé a todas as pessoas, instituições e autoridades interessadas na missão da família no mundo contemporâneo, afirma-se que "a família está alicerçada no matrimônio, essa união íntima e complementar do homem e da mulher que se estabelece pelo laço indissolúvel do matrimônio, livremente contraído e publicamente afirmado, e que se abre à transmissão da vida"<sup>246</sup>.

A importância do tema impeliu João Paulo II a retornar a ele, em 1987, com a *Donum Vitae*: uma Instrução sobre o respeito à vida humana nascente e à dignidade da procriação.

É uma interpelação às várias autoridades eclesiais sobre a correta adequação de técnicas biomédicas, que permitiu a intervenção no processo de procriação e as normas morais, publicada com o objetivo de responder às dúvidas sobre esse tema. Esta instrução reconhece o valor do progresso da ciência biológica e médica, como benefício de recursos terapêuticos para quem dele necessitar. Todavia, ressalta que, dessa forma, a área de pesquisa "pode adquirir também novos poderes sobre a vida humana em seu próprio início e nos seus primeiros estágios, com consequências imprevisíveis"<sup>247</sup>.

O documento é uma prova da continuidade e da reafirmação dos valores católicos sobre a família. Este, como os demais, reproduz o ideal de família para cada período da história, e demonstra a preocupação da Igreja em perpetuar a estrutura de família nos moldes da Família de Nazaré.

Encíclicas, Exortações e outros documentos da Igreja mostram a estratégia da instituição na defesa de seus princípios. E a ideia de longa duração se estabelece em cada novo documento, reiterando a permanência das suas "verdades", a insistência na sua conduta, objetivando moldar a família, independentemente da época, aos padrões que ela (re)força em sua atuação na sociedade ao longo do tempo.

---

<sup>246</sup> CARTA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA. Disponível em: <[www.diocesedecoimbra.pt/sdpfamiliar/documentocartadosdireitosdafamilia](http://www.diocesedecoimbra.pt/sdpfamiliar/documentocartadosdireitosdafamilia)>. Acesso em: 30 mar. 2010.

<sup>247</sup> DONUM VITAE. Disponível em: <[www.vatican.va](http://www.vatican.va)>. Acesso em: 06 ago. 2010.

A Igreja Católica do Brasil e a REB irão traduzir em sua prática pastoral, em seus processos de evangelização e em suas locuções doutrinárias as orientações vindas desses documentos e da Sé Romana. Superar os desafios e consolidar os espaços era o trabalho da hierarquia, do clero e dos fiéis que compunham a catolicidade no Brasil.

### 3 REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NA REB

Nos primeiros capítulos deste trabalho foram discutidas as propostas da Igreja sobre o sacramento do matrimônio, resgatando informações com base na Sagrada Escritura, nos Documentos Pontifícios, no Código de Direito Canônico e no Catecismo Católico. Em seguida apresentou-se um cenário da atuação da Igreja Católica no Brasil, entre os anos de 1930 e 1965, período que marcou importantes ações da instituição católica no setor social e político do Brasil, bem como na aplicação e reafirmação de seus princípios, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II.

Neste terceiro capítulo a atenção se volta para as concepções sobre a família construídas pela Igreja Católica publicadas pelos diversos volumes da REB. Assim, o que se objetiva é analisar as representações de família contidas na revista e, mais ainda, dialogar sobre os métodos e estratégias utilizados por ela e pelo clero para se manterem presentes na formação de um ideal de família por eles difundido e defendido. Para melhor entender o conceito de representação expresso na REB, cabe, em parte, entendê-lo a partir do que diz Pedrinho Guareschi<sup>248</sup>: "as representações sociais são uma constante construção, elas são realidades dinâmicas, e não estáticas. Vão sendo reelaboradas e modificadas dia a dia. Vão sendo ampliadas, enriquecidas com novos elementos e relações".

Dessa forma, empenham-se esforços em apresentar as constantes construções reelaboradas, ampliadas e modificadas pela instituição, de maneira dinâmica (porém, lentas e cautelosas *mudanças*) em relação à família cristã. A leitura das fontes mostra que a Igreja sempre teve um cauteloso apreço e uma constante preocupação em conservar seus princípios e garantir a existência da família sob o ponto de vista cristão, fazendo todo o esforço para unificar as orientações e os procedimentos.

---

<sup>248</sup> GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.280.

Para padronizar o discurso católico em todo o território nacional, onde quer que a instituição tenha atuado, a REB se constituiu num instrumento fundamental. Tanto nos artigos sobre família quanto nos assuntos pastorais, reitera-se esta preocupação. Por isso, pode-se afirmar que ela se apresentou como porta-voz do catolicismo oficial, buscando, em seus artigos, padronizar condutas e definir os papéis a serem desempenhados pelos fiéis, sobretudo mostrando a preocupação da instituição com as mudanças e tendências da sociedade brasileira em relação à modernização de alguns costumes.

### 3.1 A VOZ DA OFICIALIDADE – A ESTRATÉGIA DA BOA IMPRENSA

*O apostolado da Imprensa é um dos mais urgentes [...] e ensinamos com muita eficiência pela imprensa, [...] não basta estarmos com a verdade. É preciso levá-la aos outros.*<sup>249</sup>

A *Revista Eclesiástica Brasileira* enquadra-se dentro do que se costuma chamar a política da Igreja em relação à "Boa Imprensa". Segundo Ana Claudia Ribas, em seu trabalho sobre a *Boa Imprensa* e a *Sagrada Família*, "na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, no Brasil, iniciava-se uma cultura da leitura de foro íntimo, [...]"<sup>250</sup>.

Estas publicações eram feitas em periódicos e demais meios, como "jornais operários, anticlericais, liberais, entre muitos outros. Eram produções provenientes de um espaço urbano e destinadas ao mesmo"<sup>251</sup>.

Estimulada pelo mesmo espírito, a Igreja Católica, nesta mesma época, procurou utilizar-se da imprensa para divulgar suas ideias, denominando-a de "Boa

---

<sup>249</sup> SOUSA, Pe. Irineu Leopoldino de (SDB). O apostolado da imprensa. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 4, p.979, dez. 1962b.

<sup>250</sup> RIBAS, Ana Claudia. **A "boa imprensa" e a "sagrada família"**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da Imprensa católica em Florianópolis 1929-1959. Dissertação (Mestrado) - UDESC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <[www.tede.udesc.br/tde\\_busca/arquivo](http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo)>. Acesso em: 03 jul. 2010.

<sup>251</sup> *Id.*



Imprensa", isto é, uma "imprensa católica, dirigida e supervisionada pelo clero, cujo objetivo centrava-se na normatização de costumes dentro dos preceitos cristãos"<sup>252</sup>.

A Igreja Católica assumiu como uma de suas principais funções normatizar a sociedade pelas representações instituídas aos membros das famílias cristãs. Portanto, a proposta de elaboração e divulgação da Boa Imprensa também é percebida na REB, desde sua primeira edição em 1941.

A análise feita por Ana Ribas sobre o papel da Boa Imprensa, em seu trabalho sobre o periódico *O Apóstolo*, uma revista católica que circulava em Santa Catarina, pode ser aplicada à REB. As características das duas revistas se aproximavam tanto nos objetivos quanto nos assuntos que apresentavam. Temas relevantes sobre a família, considerando-a como a célula-mater da sociedade e a mantenedora da ordem social. Tais temas eram apresentados ao longo do apostolado da imprensa também por outras revistas<sup>253</sup> de publicação católica, entre elas "a *Família Cristã* das Irmãs Paulinas, [...] *Primavera* das Irmãs Salesianas; [...] São duas revistas de boa qualidade, capazes de enfrentar qualquer confronto". [...] Os Padres Franciscanos de Petrópolis mantêm em circulação a REB, Vozes, Sponsa Christi. Ninguém vai pretender, destas revistas, circulação acima do número de seus leitores, que são as paróquias e as comunidades religiosas.

Na edição da REB de 1962 foram dedicadas várias páginas à produção e, principalmente, à venda dessas revistas católicas. Ressalta-se a possibilidade da união destas em apenas uma. Todavia, o grande impasse era: como articular uma produção de boa qualidade e atingir o maior número possível de leitores. Porém, a maior dificuldade estava na obtenção dos recursos para nela serem investidos. Eis o que diz o Padre Irineu Leopoldino de Sousa:

---

<sup>252</sup> RIBAS, 2009, introdução .

<sup>253</sup> SOUSA, 1962b, p.979. *Estrêla do Mar*, dos Marianos, é uma revista vitoriosa. Com 35 mil exemplares por mês, circulação pontual, categoria determinada, os marianos do 'Brasil. Evidentemente não se venderá nas bancas, [...]. *O Calvário*, [...] a *Ave Maria*, dos padres Claretianos. [...] *Nosso Século*, edição articulada com a de outros países. Em agosto de 1962 se fez uma edição de experiência o número zero, para organização e divulgação. 40.000 mil exemplares se venderam sem dificuldade. [...] Ótimo conteúdo, boa apresentação. Uma revista de alta qualidade, que foi para as bancas, começando pelo Rio de Janeiro, com sucesso.

creio que não devemos ter medo do comércio de revistas. Pelo contrário, devemos nos especializar na técnica de vendê-las. Devemos fazer boas promoções de venda. Os filhos das trevas, com mercadoria ruim, mas com boa técnica de venda, triunfam. Nós, os filhos da luz, com mercadoria de qualidade excelente, mas técnica deficiente, não conseguimos vender e formar a opinião pública, em setores de vital importância para a difusão do reino de Deus. Experimentemos boas técnicas de venda, e nos sentiremos satisfeitos e felizes com os resultados. E imprimiremos dinamismo à imprensa católica.<sup>254</sup>

Portanto, a REB almejava, como outras publicações e periódicos católicos, ser um elo entre a instituição e o clero, e fazer chegar a ele seus valores e normas, para que fossem adotados nas práticas pastorais e nas orientações aos fiéis, inclusive na vida privada de cada católico.

Partindo da tese da "Boa Imprensa", a Igreja constrói um discurso sobre a necessidade de empreender a utilização dos meios de comunicação (como, por exemplo, o rádio e, mais tarde, a televisão), de modo a atingir todas as esferas em diferentes territórios e, assim, perpetuar seus princípios, em especial na família e na educação do bom cristão.

Parafraseando Ana Ribas, compreende-se que essa atitude da Igreja em utilizar-se dos meios de comunicação para a promoção dos seus valores não representa, necessariamente, que tenha tido uma atitude mais branda frente às novas práticas e valores da sociedade contemporânea. Ao contrário, "os discursos divulgados nesta mídia católica estão em consonância com os preceitos católicos ditos tradicionais"<sup>255</sup>.

Segundo a orientação da Igreja, a Imprensa se diferenciava como boa ou má imprensa, dependendo dos temas que abordava. Possivelmente, seguindo o padrão da boa imprensa, a REB procurou manter esse padrão apresentando temas referentes à reafirmação dos valores da família e da sociedade, repetindo insistentemente suas explicações, fundamentadas nos documentos oficiais da Igreja.

Partindo da própria qualificação feita pela Igreja, cabe perguntar: Qual o mal que a má imprensa poderia causar? Na opinião da Igreja, provavelmente, pela difusão de valores defendidos pela modernidade. Segundo Ribas, esta produção era compreendida como:

---

<sup>254</sup> SOUSA, 1962b, p.981.

<sup>255</sup> RIBAS, 2009, introdução.

maligna porque corroía essa fé devota e encorajava o culto da personalidade, do prestígio, do dinheiro e do poder e que, portanto, acabava por corroer um grande número de valores relacionados com a religião, tais como a família tradicional e o respeito pela autoridade.<sup>256</sup>

Na REB de 1962, percebendo a força da imprensa, sobretudo no que se refere à publicidade, divulgação de novas ideias e valores, propagação de novos comportamentos e formas de vida, a Igreja destacava que a invenção da imprensa, e em seguida do cinema, do rádio e da televisão, com todos os seus requisitos, transformou a publicidade numa verdadeira potência. Ela não se limitou aos elementos comerciais, mas invadiu todos os outros campos e se tornou dominante na orientação da massa humana. E, decepcionada, afirmou: "hoje em dia não é mais o clero que forma a opinião pública através de sua palavra no púlpito, mas são os leigos, através desta assustadora potência que é a publicidade de todos os tipos"<sup>257</sup>.

Todavia, não foi somente a imprensa que passou a preocupar o clero e toda a hierarquia da instituição. Também os "perigos" do cinema, a cultura da praia, a imoralidade do Carnaval e os clubes de dança tornaram-se objeto de desconforto e de atenção. Por isso, passaram a denunciar essas novas formas de lazer. Azzi reforça essa ideia por uma resposta dada a um questionamento sobre a participação em uma festa de Carnaval. A resposta, datada do ano de 1936, é clara: "Santa simplicidade! O esplendor da impureza, o desfreio das paixões mais baixas, os trejeitos bárbaros dos ébrios eróticos, a música excitante, o despudor das mulheres, o cinismo dos homens depravados, tudo isso junto não fará mal ?"<sup>258</sup>.

Essas críticas não foram exclusividade das festas de Carnaval. Também outros divertimentos foram alvo dessas críticas, como o cinema, considerado por muitos clérigos como "o espelho da corrupção moderna, [...] faz perder o respeito aos pais, [...] é um atentado contra as vistas, [...] um eficaz propagador da moda e dos costumes imorais, é um inimigo encarniçado do matrimônio cristão, [...]"<sup>259</sup>.

---

<sup>256</sup> RIBAS, 2009, introdução.

<sup>257</sup> KOSER, Pe. Frei Constantino. A situação do laicato católico nos albores do Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 4, p.895, dez. 1962.

<sup>258</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.171.

<sup>259</sup> *ibid.*, p.168.

Portanto, a Igreja precisava propagar a boa imprensa, e utilizar-se dela na tentativa de combater a má imprensa, que, como visto, poderia atingir a organização da família e prejudicar suas intenções de manter o ideal católico dessa instituição.

### 3.2 A PRESERVAÇÃO DA FAMÍLIA: PREPARAR OS JOVENS PARA O CASAMENTO

Um dos desafios enfrentados pela Igreja em meados do século XX era o de como constituir e preservar a família. Os artigos pesquisados na REB apresentam um conjunto de informações que reforçam a dogmática da Igreja Católica sobre a família.

Os temas primam não só por uniformizar o discurso religioso, mas também por reafirmar as condutas, apesar das transformações que a sociedade tende a viver. E não foi diferente a compreensão das mudanças às quais as famílias católicas estavam predispostas a enfrentar. Preocupada em perpetuar sua estrutura de família, a Igreja passou a identificar os desafios que possivelmente atingiriam os integrantes da família.

Com essa finalidade, ela precisou articular suas ações, às quais chamou de Pastoral de Conjunto (o complexo de métodos, de orientação e de prática a serem usados na evangelização). Dentro dela, dedicou especial atenção à Pastoral da Família.

Nesse aspecto, a REB de 1962 expôs sua preocupação com a família, a qual, por ser "uma instituição natural marcada com o selo do sacramento, oferece um meio propício e base sólida para a eclosão, manutenção e difusão da Fé"<sup>260</sup>.

Por esta razão, a preparação para a celebração do matrimônio e para a constituição da família assume um caráter de prioridade. Na REB de 1962, por exemplo, encontram-se vários artigos sobre matrimônio, nos quais uma das preocupações principais é a preparação dos jovens casais para que recebam adequadamente o sacramento do matrimônio.

Inicialmente apresenta um breve relato histórico do casamento, destacando que, antigamente, preparar um casal para o matrimônio era no mínimo desnecessário,

---

<sup>260</sup> NEVES, Lucas Moreira. As grandes linhas de uma pastoral familiar. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 1, p.32-49, mar. 1962.

dada a maneira como esse acontecimento era visto e vivido naquele tempo. Lembrando daqueles costumes, destaca a REB de 1962:

não se escolhiam, eram destinados tirânicamente um ao outro. Mal se conheciam ao se unirem, porque o móvel desta união não seria o conhecimento e o amor, mas disfarçados interesses que eles próprios mal conheciam. Seriam felizes depois à sua maneira: ricos de filhos, ela submissa, êle despótico, ela ingênua, êle muitas vezes gozador.<sup>261</sup>

Parafraseando Frei Lucas Moreira Neves<sup>262</sup>, compreende-se que o que se tinha na época (1962) em termos de preparação dos noivos e, também, para uma verdadeira celebração matrimonial estava longe do ideal, tanto naquilo que era transmitido pelos documentos eclesiais, quanto pelo que constava na Sagrada Escritura.

Segundo ele, a união conjugal pelo sacramento do matrimônio só atingiria seus objetivos se fosse o resultado de uma profunda preparação, conduzida pela formação oferecida pela *Pastoral da Família* e pelo empenho do sacerdote na realização e celebração litúrgica do casamento.

Destaca ainda que o principal deveria ser:

acabar com a profanação do casamento que temos tolerado, aceito, quem sabe estimulado, em nossas Igrejas. Constitui um verdadeiro escândalo a maioria das cerimônias religiosas de casamento. O que aí impera é o mundanismo pagão, a frivolidade, a ostentação de luxo, de exibicionismo. Tudo se resume em flôres e tapêtes, filmagens e fotografias, cantos e contracantos, luzes. Nada ou quase nada que traduza a seriedade e a grandeza do sacramento.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> NEVES, 1962, p.34.

<sup>262</sup> Disponível em: <[www.amaivos.uol.com.br/noticias/avidadedomlucasmoeiraneves](http://www.amaivos.uol.com.br/noticias/avidadedomlucasmoeiraneves)>. Com o nome civil Luiz Moreira Neves, Frei Lucas nasceu em São João del Rey, Minas Gerais, era primo do falecido presidente Tancredo Neves. Como religioso sua ordem era a dominicana, a que ele serviu como sacerdote, prelado e arcebispo da Bahia. O Cardeal dom Lucas Moreira Neves exerceu vários cargos na Cúria Romana, para a qual foi chamado em 1974 pelo Papa Paulo VI. Entre outros diversos títulos e funções eclesiais, foi nomeado, em 1987, Arcebispo Metropolitano de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil. Faleceu em Roma em 2002, aos 76 anos de idade.

<sup>263</sup> NEVES, *op. cit.*, p.38.

O Padre Albano Kreutz chama a atenção sobre o que tem visto nas cerimônias religiosas de casamento. Diz ele:

Sabemos, [...] que espetáculos apresentam muitos casamentos. É preciso ter fé no sacramento, porque todo o exterior, os noivos, música, cantos, testemunhas, convidados, curiosos, iluminação, pouco ou nada apresentam do que seja digno deste grande sacramento. Não duvidamos em afirmar que é o sacramento menos dignamente administrado e assistido. Acrescenta-se ainda ao já dito a odiosa diferenciação de casamentos de primeira, segunda e terceira classe, onde, conforme o número de velas, luzes, etc. também a taxa varia.<sup>264</sup>

Assim, nessas justificativas do que têm sido as celebrações de matrimônio, ele aponta a importância de uma boa preparação para o sacramento, que deveria ser acompanhada pela Pastoral Familiar, como testemunho de vida conjugal partilhada pelos leigos e, ainda, pelo acompanhamento de um sacerdote, no processo que antecede a celebração.

O Catecismo da Igreja Católica justifica a *preparação* para o matrimônio afirmando que esta aliança será sólida e durável seguindo alguns princípios, como segue:

O exemplo e o ensinamento dos pais e da família continuam sendo o caminho privilegiado desta preparação. O papel dos pastores e da comunidade cristã como família de Deus é indispensável para a transmissão dos valores humanos e cristãos do Matrimônio e da família, e mais ainda porque em nossa época muitos jovens conhecem a experiência dos lares desfeitos que não garantem mais suficientemente essa iniciação. Os jovens devem ser instruídos convenientemente e a tempo sobre a dignidade, a função e o exercício do amor conjugal, a fim de que, preparados no cultivo da castidade, possam passar, na idade própria, do noivado honesto para as núpcias.

O Código de Direito Canônico também trata da preparação dos noivos, dizendo: "compete ao Ordinário local cuidar que essa assistência seja devidamente organizada, ouvindo, se parecer oportuno, homens e mulheres de comprovada experiência e competência"<sup>265</sup>.

---

<sup>264</sup> Assuntos Pastorais. KREUTZ, Pe. Albano. O noivado litúrgico. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 3, p.774, set. 1958.

<sup>265</sup> CNBB, 1983, Cân. 1064, p.485.

E acrescenta:

o exame dos noivos indica as entrevistas que o pároco deve ter com os noivos para comprovar sua liberdade e o grau de instrução na doutrina católica. *Publicationes matrimoniales* são os popularmente chamados proclamas ou banhos. Advirta-se que os proclamas são citados apenas exemplificativamente, como um dos meios possíveis de investigação.<sup>266</sup>

Assim, o momento do matrimônio deve ser o ato consciente de duas pessoas que, orientadas, estão perante Deus e a Igreja partilhando sua decisão e esperançosos de encontrar o apoio da comunidade e outros testemunhos de casais, já sacramentados.

Porém, o que Frei Lucas aponta em sua publicação é, principalmente, a preocupação com o despreparo de alguns casais para a celebração do matrimônio. Acrescenta que a solenidade para receber o sacramento pode ter outro aspecto se o padre cercá-la dos ritos cristãos. E isso será possível se for valorizado ao máximo o ritual do matrimônio.

Portanto, ele sugere que o sacerdote poderá: "aproveitar cem por cento a atual liturgia do casamento. Aquelas orações feitas em vernáculo podem ter um profundo efeito catequético"<sup>267</sup>. E, assim, poderá aproveitar o momento para realizar uma boa alocução, empenhada em características de orientação e de esperança. Este momento da celebração poderá ser marcante, principalmente se realizado com autenticidade e cordialidade.

Para essa alocução, Frei Lucas diz:

não nos contentemos em ler atropeladamente a alocução estereotipada e antiquada do fim do 'Ordo', nem nos percamos numa dissertação livresca sobre o matrimônio, mas aproveitemos aquele momento para colocar os noivos em face de sua nova vida: o sentido da vida a dois, as exigências do amor, da educação e, por que não? o que Cristo pensa da união conjugal.<sup>268</sup>

Ele reafirma em vários trechos do artigo que a boa celebração é resultado de uma boa preparação, também acompanhada pelo sacerdote. Ou seja, a preparação

---

<sup>266</sup> CNBB, 1983, Cân. 1067, p.485.

<sup>267</sup> NEVES, 1962, p.38.

<sup>268</sup> *Id.*

conduzida previamente pelo sacerdote, com conversas francas, inclusive no momento da Confissão. Esses encontros organizados por leigos que compartilham suas experiências e repassam diversas informações de áreas, como da Saúde, Jurídica, entre outras, são os resultados esperados de uma preparação oferecida pelo curso pré-matrimonial. Fala, inclusive, de uma renovação total no ritual do casamento, a exemplo de outros países como a Alemanha, Bélgica e França.

### 3.3 A REGULAMENTAÇÃO DO RITUAL E A VALIDADE DO MATRIMÔNIO

Em relação à família católica, tudo o que se deseja é possível encontrar na REB. Os assuntos variam desde a origem da família, do matrimônio, até corriqueiras situações paroquiais que podem ser apresentadas aos responsáveis pela elaboração do periódico. Nos textos nela publicados, o tema da família costuma ser apresentado tendo como fundamentação os documentos religiosos ou os discursos pontifícios. Assuntos relevantes e variados procuram orientar o sacerdote sobre como proceder em diferentes situações, quando trata deles com os seus fiéis.

De acordo com a periodização desta dissertação, e partindo dos artigos publicados na REB, a partir da década de 1940, observa-se que a preocupação central é a busca pela ocupação de um espaço de circulação nacional para padronizar seu discurso.

Além do tema da preparação para o matrimônio, das normas de conduta social, a oferta de sermões para comemorações e celebrações de datas especiais, em 27 artigos publicados no período de 1941 a 1949, a maioria deles trata de normas sobre o matrimônio como fonte de santificação da família e, como consequência, da organização da sociedade. São temas que se referem às dúvidas dos sacerdotes sobre como agir diante de alguma incerteza e sobre o rito deste sacramento, entre outros.

Para esta pesquisa foram selecionados aqueles temas que possibilitam uma análise acerca do matrimônio e da família construída nos moldes da tradição, ou seja, como resultado de um bom convívio familiar. Nos textos publicados nas edições da REB da década de 1940, nota-se que em sua maior parte aparece a preocupação com a constituição da família e a regulação do rito. A Igreja considera família aquela



que tem sua origem na bênção do sacramento do matrimônio e, por esta razão, o casamento deve ser regulado por uma legislação eclesiástica chamada Direito Canônico.

Esta regulamentação figura especialmente nos textos da REB de 1945, no espaço reservado aos Assuntos Pastorais ou na Documentação, espaços estes que apresentam questionamentos sobre as normas e rituais para o momento do sacramento e da prática familiar católica, bem como para responder a uma significativa diversidade de temas. Como exemplo pode ser citado o tema da *consanguinidade como impedimento* para o casamento. A dúvida apresentada geralmente é seguida de um exemplo vivenciado em alguma paróquia. Neste exemplo, contou-se o seguinte fato:

numa região de infiéis onde reinava grande ignorância de bons costumes, Papaísca, infiel, fez casamento civil com sua própria irmã e conviveram alguns anos. Aparecendo, porém, por ali um missionário, ambos receberam o batismo. Esse missionário exigiu logo que se separassem, enquanto embaraçado foi consultar seu amigo padre Elorriaga, para saber se deveriam observar perpétuo celibato ou se poderiam continuar a vida conjugal.<sup>269</sup>

A resposta foi construída a partir dos documentos oficiais (em especial, pelo Código de Direito Canônico e pelas leis civis), que, neste caso, explicam a consanguinidade para ambas as leis. O autor da resposta apresenta várias possibilidades de interpretações e impedimentos, buscando a melhor resposta para essa dúvida. Eis a resposta preparada pelo Mons. J. Procópio de Magalhães:

deve-se dizer que não pode existir licitamente vida conjugal entre irmão e irmã; é perigoso também exigir que observem o celibato. Examine então o missionário se o código civil da nação deles estabelece como impedimento dirimente a consanguinidade em primeiro grau da linha colateral. Se for assim, aquele casamento ficou nulo e deste modo estão as partes livres se caso não se acha contemplado no Código Civil, o valor do matrimônio é duvidoso; para que então fiquem as partes livres, com certeza, peça a Santa Sé esse missionário, *ad cautelam*, anulação do mesmo.<sup>270</sup>

O tema da validade do matrimônio foi abordado também na REB de 1948, volume oito, fascículo quatro, num artigo que tratava do trabalho da Igreja na assistência ao *Matrimônio de Indignos*. Interessa, sobretudo, compreender o que determinava

---

<sup>269</sup> MAGALHÃES, Procópio de. Impedimento matrimonial de consanguinidade. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.5, fasc.3, p.663, set. 1945.

<sup>270</sup> *Id.*

essa indignidade. Apresentou-se um fato ocorrido em determinada localidade, e a dúvida era: "Pode o Vigário negar a assistência ao casamento, quando o noivo recusa a confissão?".

Ao longo do texto, foram apresentadas várias opiniões sobre essa atitude. E a resposta oferecida pela revista baseou-se no Código de Direito Canônico, que diz: "*antequam matrimonium celebretur, constare debet nihil eius validae ac licitae celebrationi obsistere*", ou seja, "antes da celebração do matrimônio, deve constar que nada impede sua válida e lícita celebração"<sup>271</sup>.

O trecho selecionado apresenta dois possíveis motivos para essa recusa da confissão e estabelece a possibilidade de o envolvido ser um pecador confesso ou oculto. O que os diferencia, justamente, é que "o pecador público, aquele cujo pecado ou vida pecaminosa já é conhecido por pessoas determinadas. [...] pertence a esse grupo os usureiros públicos, as meretrizes e os concubinários"<sup>272</sup>. E o pecador oculto é simplesmente, como estabelece o termo, o que não tem sua vida conhecida.

Portanto, a resposta explica que "os pecadores públicos devem ser afastados da recepção dos SS Sacramentos, [...] aos pecadores ocultos, ao contrário, não pode ser negada a recepção do SS Sacramento, quando pedidos publicamente e a recusa os poderia difamar"<sup>273</sup>.

Encerra-se a explicação concluindo que "o Pároco deve assistir ao Matrimônio dos pecadores ocultos, não, porém, ao casamento de pecadores públicos, a não ser que estes se confessem primeiro ou se reconciliem com a Igreja e reparem o escândalo causado"<sup>274</sup>.

Como se pode observar, a *Revista Eclesiástica Brasileira* traz um conjunto de orientações, sobretudo para o clero. Como seus leitores explícitos são sacerdotes ou religiosos (não que sua leitura fosse proibida aos demais católicos ou leitores em geral), encontrava-se, geralmente, disponível em centros de formação de jovens-

---

<sup>271</sup> CNBB, 1983, CC.1066, p.485.

<sup>272</sup> XAVIER, Frei Francisco (OFM). Da origem do matrimônio. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.8, fasc. 3, p. 826, set. 1948.

<sup>273</sup> *Ibid.*, p.921.

<sup>274</sup> *Ibid.*, p.924.

seminaristas e em algumas bibliotecas de casas de formação e universidades católicas. Portanto, sendo ela uma revista para o clero, é repleta de normas e regulamentações. Observa-se que muitas de suas instruções eram publicadas em latim, como nos documentos originais, o que obviamente dificultava a compreensão de alguns leitores, porém, reflete aquilo que a lei estabelece. Por isso, repetem sempre a mesma resposta para as dúvidas apresentadas. A maneira de se ensinar qualquer instrução acerca dos sacramentos, ou postura e moral cristã, não possibilita outra resposta que não aquela já padronizada pela norma eclesial em seus documentos.

Na REB de 1953, destaca-se a orientação sobre a regulamentação do matrimônio religioso num artigo do Pe. A. Feitosa, do Estado do Ceará, o qual responde a uma indagação sobre o *Metus Inconsultus*. O relato trata do caso de uma jovem que, aos 15 anos, aceitou uma proposta de casamento porque "era este o único meio de se livrar das situações gravemente vexatórias em que se encontrava na casa paterna, resolveu consentir e se casou. Teria sido válido esse casamento?"<sup>275</sup>. Para a sua resposta, o Pe. Feitosa fundamentou-se nos documentos do Código de Direito Canônico e do Catecismo da Igreja Católica.

Em relação à resposta a esta indagação, "parece muito que o matrimônio, no caso, é nulo"<sup>276</sup>. Esta foi uma das opiniões dos vários que a ela responderam. Houve outras possíveis justificativas e exemplos. "Até aqui tudo leva a crer que o matrimônio, no nosso caso, foi nulo. Entretanto, devemos admitir que foi válido. Razões contra os que admitem a nulidade do caso: [...] a opção pelo matrimônio no caso é mais espontânea do que forçada"<sup>277</sup>.

É conclusivo pelo Cânon 219 do Código de Direito Canônico, que proclama concisamente que "todos os fiéis têm o direito de ser imunes de qualquer coação na escolha do estado de vida"<sup>278</sup>. Toda intervenção restritiva, pois, da autoridade pública deve ser mensurada e justa.

---

<sup>275</sup> Assuntos pastorais. FEITOSA, P. A. METUS INCONSULTUS. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 4, p.945, dez. 1953.

<sup>276</sup> *Ibid.*, p.946.

<sup>277</sup> *Ibid.*, p.946-947.

<sup>278</sup> CNBB, 1983, p.125.

Os impedimentos são aqueles obstáculos para a realização do matrimônio que recaem sobre as pessoas dos contratantes, enquanto objeto do matrimônio, e em virtude dos quais o direito os proíbe. Assim, os impedimentos consistem em proibições legais graves de contrair matrimônio, as quais implicam a expressa declaração de nulidade, caso o ato se celebre. Finalmente, o Pe. Feitosa explica desta forma o caso narrado na revista:

os canonistas costumam proceder filosoficamente quando tratam do medo: primeiro definem e depois dividem. Mas na divisão muitos pecam contra aquele preceito que mandam serem adequadas as divisões. [...] no nosso caso se trata do *metus inconsultus*.<sup>279</sup>

Segue o autor respondendo com inúmeros exemplos, amparados nas diversas leis eclesiásticas, e, num emaranhado de possibilidades, as regras são apresentadas como meios para a compreensão do caso solicitado.

Em outro exemplo, o autor apresenta a seguinte situação:

Um agente de polícia entra em casa de Pedro para prendê-lo; Pedro, por sua própria deliberação, salta pela janela e morre da queda. Ninguém dirá que o agente é culpado da morte de Pedro. No nosso caso a jovem opta pelo matrimônio sem que ninguém tenha pensado em obrigá-la a isto. A relação entre os agentes deste medo e este casamento é a mesma que há entre o agente de polícia e a morte de Pedro.<sup>280</sup>

Conforme este exemplo, as respostas oferecidas pela REB são complexas, sugerindo que cada caso, em particular, deve ser considerado e analisado em seus detalhes pelos responsáveis. Esse poderia ter sido considerado impedimento se constasse como um dos seguintes motivos que justifique a sua nulidade e/ou a proibição para que uma celebração matrimonial aconteça.

---

<sup>279</sup> Assuntos Pastorais. FEITOSA, 1953, p.945.

<sup>280</sup> *Ibid.*, p.947.

Vale considerar que, segundo o Código de Direito Canônico, são doze os impedimentos dirimentes especiais do matrimônio<sup>281</sup>:

1. *Impedimento da idade* (cân. 1083): "O homem antes dos dezesesseis anos completos e a mulher antes dos quatorze também completos não podem contrair matrimônio válido". Podendo a Conferência Episcopal, somente para a Liceidade, estabelecer uma idade superior.<sup>282</sup>
2. *Impedimento da impotência* (cân.1084): "a impotência para copular, antecedente e perpétua, absoluta ou relativa, por parte do homem e da mulher, dirime o matrimônio por sua própria natureza".
3. *Impedimento do vínculo* (cân. 1085): "Tenta invalidamente contrair matrimônio quem está ligado pelo vínculo de matrimônio anterior, mesmo que este não tenha sido consumado". Compreende-se então que quem está casado não pode casar de novo, ainda que o matrimônio anterior tenha sido nulo ou dissolvido por qualquer causa, antes que conste legitimamente e com certeza da nulidade ou a dissolução do primeiro.
4. *Impedimento da disparidade de culto* (cân. 1086): são impedidos de casamento um católico com uma pessoa não batizada. "É inválido o matrimônio entre duas pessoas das quais uma foi batizada na Igreja católica ou nela recebida e não a abandonou por um ato formal e a outra não é batizada".
5. *Impedimento da Ordem Sagrada* (cân. 1087): "tentam invalidamente o matrimônio os que receberam ordens sagradas"<sup>283</sup>.
6. *Impedimento do voto* (cân. 1088): tentam invalidamente o matrimônio os que estão ligados por voto público e perpétuo de castidade, emitido num Instituto Religioso.

---

<sup>281</sup> CNBB, 1983, p.491 (Capítulo III – *Dos impedimentos dirimentes em especial* - p.491-497).

<sup>282</sup> A idade aqui esta estabelecida marca o momento em que normalmente se atinge a maturidade fisiológica necessária para o matrimônio. Mas esta deve ir acompanhada também da maturidade psicológica [...] (*Ibid.*, p.491 - comentários Pe. Jesus Hortal).

<sup>283</sup> Comentário de J. Hortal: "o impedimento de ordem sagrada afeta também os diáconos permanentes, os quais, porém, não submetidos à lei do celibato. Se, portanto, um diácono permanente casado enviuar, tem impedimento de ordem sagrada para contrair novas núpcias" (*Ibid.*, p.493).

7. *Impedimento do rapto* (cân. 1089): sequestro ou detenção com intuito de contrair matrimônio<sup>284</sup>.
8. *Impedimento do crime* (cân. 1090): "Quem com o intuito de contrair matrimônio com determinada pessoa, tiver causado a morte do cônjuge desta, ou do próprio cônjuge, tenta invalidamente este matrimônio. Tentam invalidamente matrimônio entre si também aqueles que, por mútua cooperação física ou moral, causaram a morte do cônjuge."<sup>285</sup>
9. *Impedimento de consanguinidade* (cân. 1091): "Entre todos os ascendentes e descendentes, tanto legítimos como naturais". Na linha colateral até o quarto grau, ou seja, até os primeiros primos inclusive.
10. *Impedimento de afinidade* (cân. 1092): "A afinidade em linha reta torna nulo o matrimônio em qualquer grau".
11. *Impedimento de honestidade pública* (cân. 1093): "origina-se de matrimônio inválido, depois de instaurada a vida comum, ou de concubinato notório ou público"; e torna nulo o matrimônio no primeiro grau na linha reta entre o homem e as consanguíneas da mulher, e vice-versa.
12. *Impedimento do parentesco* (cân. 1094): "Não podem contrair validamente matrimônio entre si os que estão ligados por parentesco legal surgido de adoção, em linha reta ou no segundo grau da linha colateral". Ou seja, entre adotante e adotada e entre adotada e os demais filhos do adotante.

Os impedimentos matrimoniais são de duas categorias: naturais, que nunca são dispensados, e eclesiásticos, que podem ser dispensados. Acontece que, em casos particulares, pode haver razões sérias para que se faça uma exceção. Em linha geral, cabe ao bispo local conceder dispensas.

---

<sup>284</sup> Comentário de J. Hortal, "[...] o impedimento de rapto está também configurado na legislação brasileira (art. 183, X do Código Civil). Mas diferente do que acontece na legislação canônica, não torna nulo o matrimônio, e sim apenas anulável" (CNBB, 1983, p.494).

<sup>285</sup> Comentário de J. Hortal: "na nova legislação sobre o impedimento de crime, não se faz mais a referência ao adultério pela dificuldade que existe em comprová-lo. Agora subsistem apenas duas figuras. Na primeira, em que a morte do cônjuge é perpetrada apenas por um dos futuros esposos, requer-se que essa morte violenta tenha tido como finalidade facilitar o novo matrimônio. Na segunda figura, em que existe cooperação dos dois futuros esposos no homicídio, não se requer que exista, no momento da comissão do crime, a finalidade matrimonial" (*Id.*).

Cabe destacar que a Santa Sé reservou-se a opinar em apenas três casos: os que dizem respeito ao impedimento da Ordem Sagrada, do Voto Público e Perpétuo de Castidade (num instituto religioso de direito pontifício) e do crime. E acrescenta que não se dá, em hipótese alguma, a dispensa para o impedimento de consanguinidade em linha reta ou no segundo grau colateral, ou seja, entre pais e filhos ou netos, e entre irmãos e irmãs.

Em caso de perigo de morte<sup>286</sup>, além do Bispo, também qualquer sacerdote ou diácono que assiste ao matrimônio pode dispensar, se não se puder recorrer ao Bispo, tanto da forma, como de todos os impedimentos de direito eclesiástico, tanto públicos quanto ocultos. O confessor, no perigo de morte, pode dispensar apenas dos impedimentos ocultos.

Quando tudo já está preparado para o casamento e só então se descobre um impedimento, vale a mesma norma do perigo de morte, exceto para os casos reservados à Santa Sé.

### 3.4 O CONFRONTO DE RITUAIS: O SAGRADO E O PROFANO

Na sua representação de família a Igreja construiu uma expectativa religiosa na qual um jovem casal, seguindo o exemplo dos pais, procure trilhar os caminhos da futura união iniciando pelo namoro, passando à fase do conhecimento, com o noivado, e à consumação abençoada pela Igreja e seus familiares, no ritual do sacramento do matrimônio. Com isso, a Igreja aconteceria e a sociedade tenderia ao êxito. E nisso se daria a reprodução do ideal de família.

Neste sentido, o discurso da REB sobre o tema da família não se restringia a reafirmar sua importância apenas no contexto religioso, mas se dedicava a apresentar um modelo de família cristã que servisse de exemplo para toda a sociedade. A Sagrada Família de Nazaré era reiteradamente apresentada como exemplo de harmonia, de boa conduta e de submissão da mulher, da mãe e da esposa de um lar cristão.

---

<sup>286</sup> CNBB, 1983, p.505. (Código de Direito Canônico 1116).

A Oração de Pio XII publicada na REB de 1958 não deixa dúvidas quanto à representação dos papéis familiares:

Ajudai-nos, São José, espelho da mais admirável paternidade, na cura assídua que soubestes prestar ao Salvador e à Santa Virgem, seguindo fielmente as aspirações divinas. Vinde em nosso auxílio, Maria, que sois a mais amante, a mais fiel, a mais pura de todas as esposas e de todas as mães. Socorrei-nos, Jesus, nosso Salvador, que para nos servirdes em todas as coisas de fulgente norma quiseste ser o mais submisso dos filhos. [...] E alcançai-nos que todas as famílias, santificadas pela imitação da vossa, sejam para todos os seus membros escola de virtude, asilos de santidade [...].<sup>287</sup>

A estrutura de família apresentada pela Igreja é fundamentada, assim, em "sublimes modelos e tutores da família cristã"<sup>288</sup>.

O modo pelo qual a família católica enfrentará os problemas e superará as dificuldades está no exemplo de José, apresentado como pai zeloso, e no de Maria, a mãe, amante e esposa, um ambiente propício à prática das virtudes e testemunho para o mundo da vida moderna.

Como se observa, a Igreja continua defendendo um modelo de família em que estão estabelecidos diferentes papéis para o homem e para a mulher. Mais especificamente, ao homem cabe o sustento econômico, mediante seu trabalho, e para a mulher fica estabelecido o dever de educar os filhos e as atividades do lar. É um modelo idealizado, no qual a mulher, afastada de uma atuação mais dinâmica na sociedade, poderá dedicar-se ao lar e, por decorrência, cuidará também da família, do esposo e das práticas educacionais e religiosas.

Esse discurso da resignação e submissão familiar é sustentado pela representação máxima de perfeição da mulher dentro do catolicismo, tendo, como modelo, Maria, mãe de Jesus. Defende que esse modelo cristão monogâmico, relacionado com uma vida saudável e devota, é o ideal para o bem da sociedade.

Portanto, observa-se que, na década de 1940, a REB está preocupada e dedicada a oficializar as normas acerca da formação da família pelo sacramento do matrimônio, em meio a um mundo em mudança, um período que historicamente se

---

<sup>287</sup> DOCUMENTAÇÃO. Diretrizes de Pio XII sobre a moda. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 1, p.227-236, mar. 1958b. p.191.

<sup>288</sup> *Ibid.*, p.190.



apresenta num contexto do desenrolar da Segunda Guerra Mundial e da participação da mulher, em alguns países, no mercado de trabalho.

Buscando resgatar o sentido sacramental do matrimônio em meio a todas essas transformações, e garantir que a celebração contasse com maior participação dos noivos no ritual sagrado, afinal tratava-se de um sacramento, Frei Lucas publica, em 1962, um artigo no qual ressalta que "os nubentes é que são os ministros. No entanto, é mínima a atuação dos noivos na atual cerimônia: reduz-se praticamente ao tímido e atrapalhado 'sim' que respondem a uma longa e confusa pergunta do padre. Quem mais fala e age é o sacerdote"<sup>289</sup>.

A crítica segue dizendo que os nubentes, então, é que deveriam atuar na cerimônia, e "que êles surjam na verdade como as figuras centrais daquela hora. Intrinsecamente centrais, e não por causa da roupa que vestem, das fotos que tiram, dos sorrisos que distribuem"<sup>290</sup>.

Com certo humor, Frei Lucas segue frisando a participação da comunidade cristã na celebração, destacando que é fundamental sua presença, visto que "êste é um sacramento social". No seu texto, ressalta como tem sido, em algumas cerimônias, a participação da comunidade:

a comunidade Cristã exhibe vestidos caros. [...] tagarela, [...] faz fila para abraçar os noivos. E é só. Uma única vez o padre se dirige a ela; mas é só para perguntar se há impedimentos para o casamento. Está, porém, tacitamente entendido que aquela pergunta não é para ser respondida. Seria uma atrapalhação se alguém respondesse. O próprio sacerdote a faz como quem não quer resposta.<sup>291</sup>

A proposta para esses integrantes é de uma intensa presença e atuação na cerimônia. "Que eles venham de fato cercar aqueles dois irmãos nesta hora crucial. Rezar por êles. Garantir-lhes assistência e proteção para que dê certo essa difícil empresa que agora abraçam."<sup>292</sup>

---

<sup>289</sup> NEVES, 1962, p.39.

<sup>290</sup> *Id.*

<sup>291</sup> *Id.*

<sup>292</sup> *Id.*

Na nova edição da Pastoral Coletiva de 1915, publicada em 1948, sobre o *Modo de se portar na Igreja*, no apêndice 42.º sobre o casamento, afirma-se que "por ocasião do sacramento do Matrimônio é que maiores abusos se observam na casa de Deus, então verdadeiramente profanada pelas irreverências, conversas, risadas, comentários, etc. de certos levianos e curiosos, que tudo julgam ser permitido"<sup>293</sup>.

Segue na orientação do apêndice 45.º:

Ao entrar na Igreja para assistir, como convidado ou simples curioso, à celebração de um casamento, lembrem-se todos que se acham na presença do SS. Sacramento. **Refreiem sua língua**, um pouco também seus olhos, deixando para a ocasião mais oportuna os abraços e sinais de simpatia. Recomendem, antes, a Deus a nova família que se constitui, e respeitem o lugar sagrado, onde foi ou há-de ser também celebrado o seu casamento.<sup>294</sup>

O Catecismo da Igreja Católica reafirma:

No rito latino, a celebração do Matrimônio entre dois fiéis católicos normalmente ocorre dentro da santa missa, em vista do vínculo de todos os sacramentos com o mistério pascal de Cristo. Na Eucaristia se realiza o memorial da nova aliança, na qual Cristo se uniu para sempre à Igreja, sua esposa bem-amada pela qual se entregou. Portanto, é conveniente que os esposos selem seu consentimento de entregar-se um ao outro pela oferta de suas próprias vidas, unindo-o à oferta de Cristo por sua Igreja, que se torna presente no Sacrifício Eucarístico, e recebendo a Eucaristia, a fim de que, comungando no mesmo Corpo e no mesmo Sangue de Cristo, eles formem um só corpo nele.<sup>295</sup>

Vê-se, portanto, que a Igreja Católica manteve, e mantém, preocupações em relação à compreensão de seus ritos por seus fiéis.

Todavia, o que os textos mostram é que, apesar do empenho de seus métodos, ela parece não atingir de maneira hegemônica seus seguidores. Os detalhes das palavras de Frei Lucas sobre as cerimônias de casamento revelam que, provavelmente, se o matrimônio, para a instituição, é um sacramento, não passa de um evento social para muitos de seus participantes.

---

<sup>293</sup> IGREJA CATÓLICA. BISPOS, 1948, p.493.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p.494.

<sup>295</sup> IGREJA CATÓLICA, 1997, p.383.

Ou seja, muitos pararam nos símbolos sociais, nas fotos, no vestido, no ato social, nos comentários, talvez apenas na repercussão que o evento poderá causar. E que, para decepção da Igreja, esta é a única compreensão que se tem do sacramento do matrimônio. Um evento social típico de quem pode pagar e uma boa oportunidade de fazer sucesso diante da sociedade.

Mas, e o que dizer de toda a preparação, das orientações dos sacerdotes, dos outros sacramentos recebidos previamente? Ou será que tudo não passou de uma encenação de papéis sociais, apenas representações?

Apesar disso a Igreja preferiu continuar a celebrar o matrimônio dentre seus rituais para fazer frente aos muitos casos de casamentos realizados apenas no ritual laico, segundo ela, profano. Segundo o cân. 1098, estabelece-se que "*qui matrimonium init deceptus dolo, ad obtinendum consensum patrato, circa aliquam alterius partis qualitatē, quae suapte natura consortium vitae coniugalīs graviter perturbare potest, invalide contrahit*"<sup>296</sup>.

Nesse sentido, Frei Pacômio Thieman aponta um questionamento, discutindo, talvez, o porquê de esses casais não procurarem a Igreja para a sua união. Partindo do pressuposto de que o problema estivesse na distância, ou se havia ou não facilidade de meios de locomoção, ou, com muita probabilidade, se poderiam contar com a presença do padre, então destaca:

em casos como esse, é moralmente certo que os nubentes não se achavam nas condições apontadas pelo cânon 1098. Portanto, o casamento deles efetuado perante a autoridade civil não era um verdadeiro matrimônio e tais pessoas não podem ser consideradas como casadas.<sup>297</sup>

A REB de 1953 refere-se ao casamento civil, usando o Cânon 1098 e Frei Pacômio Thieman mostrando que o questionamento é: o que fazer com aqueles que casaram apenas no civil, sem a presença, portanto, de um sacerdote? Qual, então, a situação desse casal na legislação da Igreja?

---

<sup>296</sup> CNBB, 1983, cân.1098, p.498. Quem contrai matrimônio, enganado por dolo perpetrado para obter o consentimento matrimonial, a respeito de alguma qualidade de outra parte, e essa qualidade, por sua natureza, possa perturbar gravemente o consórcio da vida conjugal, contrai invalidamente.

<sup>297</sup> Assuntos Pastorais. THIEMAN, Frei Pacômio (OFM). Ainda o Cânon 1098 e o casamento civil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 1, p.159, mar. 1953.

Estão casadas essas pessoas validamente? Ou ao menos deverão ser consideradas como tais, em foro interno ou externo? São legítimos os filhos? Desejando reconciliar-se com Deus e a Igreja, poderão elas ser logo absolvidas e receber os sacramentos ou deverão antes se casar segundo a forma jurídica regular? Se um dia resolverem separar-se, poderão casar no religioso com outra pessoa?<sup>298</sup>

Estas e outras questões foram abordadas por diversas vezes pela *Revista Eclesiástica Brasileira*. Na edição de 1962, volume 22, fascículo 1, do mês de março, descreveu a preocupação da Igreja com os casamentos dos que se uniram somente pelo ato civil. Um artigo de autoria do Padre Edgar Franca, contendo expressões e justificativas fundamentadas nas leis jurídicas da Igreja, comenta o fato de inúmeras uniões se firmarem apenas pelo contrato civil, e a preocupação da instituição em razão do aumento dos desquites e de novas uniões sem esse conhecimento da Igreja. No artigo, ressalta-se que, segundo o Código de Direito Canônico, "podem contrair matrimônio todos os que não estão proibidos pela lei" (C. 1035). E esta explanação procura orientar e alertar os sacerdotes sobre o perigo dessas uniões.

O tema envolve pontos de direito bem assentes, cujo desatendimento pode por vezes configurar-se como omissão, ou, inversamente, como excesso de poder. [...] para atender aos casos que nos ocupa, cuja gravidade, já de si importante, avulta em proporção à sua freqüência, mormente nas cidades maiores, onde os desquites se avolumam com espantosa facilidade, induzida, entre outras causas, pela frouxidão com que se concebe a medida.<sup>299</sup>

A preocupação está na condição daqueles que poderiam casar-se pelo contrato civil em determinada região com uma mulher e, por falta de informações e pela fragilidade das exigências, poderiam casar-se com outra apenas pelas bênçãos da instituição, pelo sacramento do matrimônio, visto não haver uma lei que exigisse tais informações prévias para as celebrações.

---

<sup>298</sup> Assuntos Pastorais. THIEMAN, 1953, p.158.

<sup>299</sup> Assuntos Pastorais. FRANCA, Pe. Edgar. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 1, p.155, mar. 1962.

### 3.5 IGREJA, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: A PRESERVAÇÃO DO RITUAL E DAS REPRESENTAÇÕES

*A Igreja Católica por sua instituição divina tem o **direito inauferível e inalienável**, independente de todo o poder humano, não só de erigir, fundar e organizar escolas para educar cristãmente a infância e a juventude, segundo os princípios e preceitos do Evangelho, mas também de exigir que em qualquer escola, a formação e educação da juventude católica se sujeitem à sua jurisdição, e que em nenhuma matéria ou disciplina se ensine coisa alguma contrária à Religião Católica e à moral.*<sup>300</sup>

Em 1948, pela nova edição da Pastoral Coletiva, de 1915, a Igreja reforça o pensamento e a recomendação sobre o setor educacional brasileiro. Para Azzi, "a partir dos anos de 1920 a instituição católica desenvolveu um movimento intenso para reafirmar sua presença na área de educação da juventude, [...] contra os que eram considerados seus principais adversários [...] a escola protestante e o ensino leigo"<sup>301</sup>.

Entre os problemas desses modelos educacionais que se diferenciam do modelo católico destaca-se a preocupação de uma "abertura protestante para a educação sexual, a valorização da mulher e a democracia liberal [...]"<sup>302</sup>. Retomando novamente Azzi, conforme o texto de Júlio Maria, no livro *O perigo dos colégios protestantes*, esses espaços possivelmente aumentariam a influência protestante no Brasil e estariam difundindo uma doutrina contrária à instrução católica. Nesse sentido, ainda, adverte aos pais que

confiar filhos a mestres protestantes é pô-los no caminho direto da condenação eterna, é prepará-los, de longe, para que um dia reneguem a fé dos próprios pais, é matar espiritualmente os próprios filhos [...] não sejais os assassinos da alma dos vossos filhos; Deus há de pedir-vos conta destas almas.<sup>303</sup>

---

<sup>300</sup> IGREJA CATÓLICA. BISPOS, 1948, p.48.

<sup>301</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.153.

<sup>302</sup> *Ibid.*, p.154.

<sup>303</sup> *Id.*

A Igreja parecia estar disposta a travar uma batalha contra instituições e famílias que não aderissem à sua luta por uma educação por ela padronizada. Nesse sentido, a REB de 1953 traz um texto de autoria do Pe. Heliodoro Pires, sobre a vida do Pe. Leonel Franca, inspirado na obra do Pe. Luís Gonzaga da Silveira d'Elboux – *O Padre Leonel Franca*. O biógrafo transformou o *curriculum vitae* do Padre Leonel Franca em livro<sup>304</sup>, destacando a trajetória estudantil desse padre. O autor procurou registrar vários acontecimentos importantes de sua vida. Segundo o texto da REB,

entre os vultos de relevo nos arraiais do catolicismo em nossa terra, o nome de Leonel Franca situa-se entre os de maior e mais peregrina formosura espiritual; lições de tamanho alcance, apóstolo de tão intenso fulgor, piedade de tão larga riqueza [...].<sup>305</sup>

Considera-se importante apresentar sua vida de sacerdote jesuíta pela sua atuação na sociedade brasileira em torno de temas relevantes tratados nesta pesquisa, pela publicação de livros e pela manifestação de indicações que dizem respeito à educação e aos valores da família cristã.

Dentre os temas que preocupavam a Igreja, recebia destaque o ensino leigo, combatido de maneira radical e afirmando que tudo o que não fosse católico era ateu. Daí a luta da instituição em implantar no currículo escolar o ensino religioso.

Atendendo a essa diretriz, em janeiro de 1931 o Padre Leonel apresentou uma proposta ao ministro da Educação Francisco Campos, do governo de Getúlio Vargas, com o intuito de introduzir no Brasil o ensino religioso. E "a 30 do mesmo mês Dr. Getúlio Vargas assinava o decreto facultando o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário e normal. [...] não foi na íntegra sancionada, [...] mas, marcara época na história de nosso povo"<sup>306</sup>.

---

<sup>304</sup> PIRES, P. Heliodoro. Leonel Franca: apóstolo do Brasil moderno. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 4, p.911-921, dez. 1953. A obra divide-se em 3 partes, 15 capítulos, 4 apêndices, 540 páginas, explicação nas folhas inicial e final da sobrecapa, carta do Exmo. Cardeal Jaime Câmara, prefácio de D. Aquino Correia, introdução do autor, datas biográficas, índice onomástico e muita gravura do biografado.

<sup>305</sup> *Ibid.*, p.911.

<sup>306</sup> *Ibid.*, p.913.

E, se a Igreja se mantinha presente ao longo do século XX em amplos setores da sociedade, não fora diferente na educação. Para Riolando Azzi,

é importante ter presente a enorme influência exercida [...] pela instituição católica [...] por todas as partes do país, seja mediante a ação de numerosos estabelecimentos educacionais e assistenciais, [...] a hierarquia eclesiástica, por seu turno, continuava a ter voz atuante e respeitada junto aos poderes públicos.<sup>307</sup>

Outra manifestação do Padre Leonel foi sobre a questão do divórcio no Brasil. A pedido de Dom Leme, registrou suas considerações e reivindicações e os dois entregaram-nas ao governo provisório brasileiro. "Material este que mais tarde transformar-se-ia em mais uma obra, denominada: 'O Divórcio', arcabouço de mole gigantesca, arsenal de nosso Direito familiar"<sup>308</sup>.

Padre Leonel por várias vezes manifestou-se em outros acontecimentos significativos para a história da Igreja e para a educação, tais como:

nas reivindicações católicas à Constituinte, no regulamento do ensino de religião nas escolas, na organização da Liga Eleitoral e da Ação Católica. [...]. E em 1940, iniciava [...] os trabalhos preparatórios da grandiosa empresa de uma Universidade Católica na capital do país.<sup>309</sup>

Em meados do século XX, a Igreja enfrentou outros problemas decorrentes do mundo em transformação. Segundo Mauro Castilho Gonçalves,

a década de 50 do século XX apresentou novas condições objetivas, obrigando a intelectualidade e a hierarquia católicas a buscarem formas de pensar e agir que garantissem a influência daquela instituição, especialmente nos campos da educação e da cultura.<sup>310</sup>

---

<sup>307</sup> MARCILIO (org.); AZZI, 1993, p.103.

<sup>308</sup> PIRES, 1953, p.913-914.

<sup>309</sup> *Ibid.*, p.917.

<sup>310</sup> GONÇALVES, Mauro Castilho. **A igreja católica, as décadas de 50 e 60 e a perspectiva político-educacional de Anísio Teixeira**. Disponível em: <[www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4)>. Acesso em: 12 jun. 2010.

Reforça-se que a educação era uma das principais estratégias para ampliar sua influência e manter sua presença, sobretudo entre as famílias. Uma possibilidade que lhe garantia divulgar valores, princípios morais e doutrina católica. A implantação de espaços de educação sob seu controle com o apoio de ordens e congregações religiosas estrangeiras garantiu o domínio da formação intelectual e moral de quem pudesse usufruir desse ensino. Vale lembrar que esse tipo de formação era direcionado, especialmente, à elite brasileira, que preferia colocar seus filhos em colégios católicos. Na observação de Azzi, "a igreja oficial sempre defendeu a existência de uma sociedade organizada hierarquizada [...], no topo da pirâmide estavam as classes altas, [...] destinadas a reger o destino da nação. E [...] as classes populares, [...] contribuir com seu trabalho material [...]"<sup>311</sup>.

Castilho ressalta ainda que, em defesa do ensino religioso e do direito da Igreja de manter seus colégios, em 1958 a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), com base na Encíclica *Rerum Novarum* e na *Divini Illius Magistri*, do Papa Pio XI sobre a educação da juventude, manifestou-se contra a filosofia educacional de Anísio Teixeira, apresentando "a defesa da liberdade de ensino, o direito da família na educação dos filhos e teceu violentas críticas ao 'monopólio estatal do ensino'"<sup>312</sup>.

Azzi contribui dizendo que a Igreja foi ampliando seu atendimento educacional, implantando centros específicos, com educação para todos os níveis e bolsos. Educação para a elite, como os internatos católicos, tanto masculinos como femininos, sob a responsabilidade dos colégios dos jesuítas, como em São Leopoldo, por exemplo, frequentados pela aristocracia rural, e aí "terem sido educados os filhos das famílias mais distintas dos diversos pontos do país"<sup>313</sup>.

Ressalta também escolas para a classe média e os menos favorecidos, mas curioso era o ensino em escolas domésticas, destinado à educação das classes populares. "Havia as escolas domésticas para as jovens operárias e empregadas

---

<sup>311</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.157.

<sup>312</sup> GONÇALVES, 2010.

<sup>313</sup> AZZI; GRIJP, *op. cit.*, p.159.



domésticas, como o Instituto das Irmãs de Jesus Crucificado"<sup>314</sup>. De maneira diversificada a atuação da Igreja procurou atender diferentes setores educacionais. Entre os centros de atendimento para deficientes físicos destacou-se o Instituto de Cegos Padre Chico, fundado em São Paulo, em 1928.

A Igreja Católica, através da criação de escolas e universidades, procurou afirmar-se como instituição hegemônica, pressionou o governo a incluir no currículo escolar o ensino religioso, manteve sua influência entre os mais diferentes setores da sociedade, influenciou a formação de muitas lideranças políticas e se manteve presente na família. Este, talvez, tenha sido um dos principais ganhos desta atuação e deste esforço. Presente na família, presente na sociedade. Não era qualquer família – era a família padrão católica.

### 3.6 EVANGELIZAR A FAMÍLIA: A ESTRATÉGIA DE UMA CATEQUESE CATÓLICA

*O catecismo é o melhor meio e insubstituível de educar os filhos. Os pais que choram o mau comportamento dos filhos devem procurar a causa da negligência com que descuidaram o ensino religioso.*<sup>315</sup>

Além da educação, a Igreja ampliou sua atuação por vários meios, que chamou de "movimentos, [...] procurando utilizar-se de métodos mais atraentes e modernos como o Movimento Catequético",<sup>316</sup> entre outros. Nesse aspecto, pode-se considerar os conceitos apresentados na Introdução deste trabalho, reforçando a prática da Igreja no uso de táticas e estratégias e no uso da educação das crianças, jovens, adultos, alunos de escolas especiais, como uma maneira de se aproximar e controlar a família.

---

<sup>314</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.161.

<sup>315</sup> MINISTERIUM VERBI. Dia nacional do catecismo. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.20, fasc. 3, p.148, maio 1958.

<sup>316</sup> AZZI; GRIJP, *op. cit.*, p.485.

A REB de 1952 publicou um artigo, escrito pelo Pe. Miguel Meier, S. J., o qual inicia sua explicação utilizando-se de vários exemplos sobre a importância da catequese. Citando Pio XII, destaca que "a sociedade tem necessidade urgente de remédios enérgicos; poucos, entretanto, são tão urgentes como a difusão do Catecismo"<sup>317</sup>.

Várias são as manifestações sobre a necessidade de uma catequese eficiente. Por ela, a família cristã recebe o apoio para sua instrução doutrinal católica. As crianças frequentam a catequese, recebendo de suas catequistas as normas e instruções pedagogicamente pensadas e divulgadas.

Ressalta também (REB de 1952) que a catequese não nasceu nessa estrutura. Precisou de reparos, até adquirir um caráter pastoral pedagógico pensado para cada período da criança, da juventude e da família.

Nessa mesma edição, o autor menciona o pensamento do Papa Leão XIII, de 1887, que dizia: "o campo de batalha em que se decide se a sociedade humana, para o futuro, será cristã ou pagã, é a aula do catecismo"<sup>318</sup>. Dada sua importância, compreendemos que muito se esperava desse setor educacional religioso, sobretudo em relação à família.

Desde a Pastoral Coletiva de 1915, o trabalho catequético é destacado e tinha como preocupação "manter meninos e meninas separados; e se for possível ensinem em lugares ou horas diversas", e continua "[...] lembrar aos pais, [...] de cuidar que seus filhos, tutelados e súditos recebam instrução catequética [...] e que não se contentem com as poucas lições de catequese ministradas nas aulas públicas"<sup>319</sup>.

Além dessas preocupações, era necessário adequar os manuais de catequese aos tempos modernos e às mudanças na educação (como, por exemplo, a pedagogia da Escola Nova), visando a uma educação mais dinâmica e criativa, na qual o *estudante-catequisando* deveria ser envolvido no processo de aprendizagem. Nesse sentido, a Igreja procurou adequar a catequese a esses novos padrões de ensino e,

---

<sup>317</sup> MEIER, Pe. Miguel. Entre os problemas atuais o problema mais atual é a catequese eficiente. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.12, fasc. 3, p.490, set. 1952.

<sup>318</sup> *Id.*

<sup>319</sup> IGREJA CATÓLICA. BISPOS, 1948, p.35.

em 1937, teve início a Renovação Catequética, com a publicação de Cadernos Catequéticos"<sup>320</sup>.

A Igreja permeava seus objetivos com novas metodologias, disposta a atuar de maneira renovada nos mais diferentes espaços, encontrando na catequese um ponto de contato com os membros da família. Dessa maneira, ela envolve os familiares mediante encontros semanais e celebrações dominicais, incutindo sua doutrina e propagando suas crenças e valores ao longo da história.

Segundo Azzi, "o livro do catecismo [...] é apresentado como um texto santo e divino, digno de veneração, contendo as verdades da salvação, conforme o Magistério da Santa Sé"<sup>321</sup>. Como mostra do valor aplicado a esse movimento, no ano de 1935 foi instituída a Festa do Catecismo, para a celebração da doutrina católica.

Na edição da REB de 1962, volume 22, fascículo 2, também foram apresentadas considerações sobre a importância de uma efetiva catequese, difundida como

o grande remédio, [...] eficaz e viva – para prevenir nas crianças e nos jovens todos esses males que revelam apatia espiritual, demissão comodista, falta de amor à vida cristã [...] é mister tornar o ensino religioso, a catequese das nossas escolas e das nossas igrejas, em algo que de fato crie vivências na alma infantil e no ânimo do adolescente; desperte neles uma experiência religiosa atual [...] em hábitos profundamente arraigados, numa experiência religiosa de adultos.<sup>322</sup>

Seguem-se, a partir dessa afirmação, citações de inúmeras vantagens de uma catequese bem aplicada, que tem início em celebrações bem preparadas, e depois aplicada no cotidiano, pela prática dos ensinamentos cristãos. E que "há uma imperiosa necessidade de renovação pastoral e catequética, da qual depende a eficácia de nosso apostolado"<sup>323</sup>.

---

<sup>320</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.492. Entre outras publicações: em 1939 - mons. José Tibúrcio – Pedagogia Popular do Catecismo; Manuais – Pe. Negromonte, para diversos níveis escolares; em 1950 – Pe. Antônio Joaquim Neto publica o Manual de Religião; [...] em 1947, começa a ser publicado outro manual traduzido do francês "Testemunhas de Cristo, sob a orientação dos Jesuítas.

<sup>321</sup> *Ibid.*, p.488.

<sup>322</sup> Assuntos Pastorais. BARRETO, Manuel L. A grande meta da catequese. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 2, p.437, jul. 1962.

<sup>323</sup> *Ibid.*, p.438.

Antes mesmo da REB de 1962, a de 1958 firmava posição destacando que "o catecismo civilizou o mundo, tirando-o da barbaria do paganismo. Desapareça ele e, em poucos tempos, a humanidade voltará a ser bárbara e pagã". Além disso, demonstrava esperança no trabalho de catequese, dizendo: "[...] estimai, portanto, o catecismo. Aprenda-o. Respeite-o. Vivei-o. E depois ensinai aos outros. Pais e mestres [...] todos têm obrigação grave de se interessar pelo catecismo".

De uma catequese estruturada, que vise, sobretudo, à preservação da família cristã segundo os moldes da família de Nazaré, desenvolve-se outra ação pastoral que somente atingirá seu ideal se houver uma ação conjunta do trabalho sacerdotal. Era o despertar da Pastoral da Família.

Retomando a REB de 1962, encontra-se uma explicação do que vem a ser a pastoral familiar. Novamente cabe recorrer ao artigo de Frei Lucas Moreira Neves, no qual destaca que existiam na Igreja Católica pastorais que atingiam diversos setores da sociedade, seja na área política, econômica, da catequese, dos profissionais. Mas faltava uma que se dedicasse exclusivamente a assuntos que tratassem da família. Diz ele:

Falta, porém, um capítulo importante: a pastoral familiar. Importante, sim, porque a família, instituição marcada com o selo do sacramento, oferece um meio propício e base sólida para a eclosão, manutenção e difusão da Fé. Importante ainda porque a pastoral familiar engloba forçosamente muitos outros e variados aspectos da pastoral (a profissional, a dos jovens, a catequética, etc.); mais que outra qualquer ela favorece, melhor ainda, provoca uma pastoral de conjunto.<sup>324</sup>

Nas palavras de Frei Lucas, a pastoral familiar apresentava alguns problemas, dos quais ele citou alguns especificamente: "problemas de orientação: pouca coisa se pensou sobre os rumos desta Pastoral. Problemas de método: que valem? Que eficácia têm? Problema de tempo. Resistência de certas famílias"<sup>325</sup>.

Trata-se, portanto, de um grande desafio para a instituição. Duas orientações feitas por ele demonstram a preocupação da boa prática dessa pastoral. Afirma que

---

<sup>324</sup> NEVES, 1962, p.32.

<sup>325</sup> *Ibid.*, p.47.

entre as dificuldades estão "a complexidade de realidade familiar" e "a condição pastoral de muitos sacerdotes perante esta coisa simples que é a vida familiar"<sup>326</sup>.

Segundo Frei Lucas, essas dificuldades assim se explicam: sobre a complexidade, considera cada família como um mundo em particular, com suas características, experiências, aspectos biológicos, psicológicos. Sendo assim, "não é raro por isto que grande maioria dos padres, antes mesmo de tentar qualquer coisa, [...] tenha um profundo desânimo em face da pastoral familiar. O seminário não os preparou para isto"<sup>327</sup>. Quanto à outra dificuldade, ressalta o fato de os religiosos não terem muito essa vivência familiar, o que dificulta o trabalho junto às famílias. Ou seja, segundo ele, "crianças ainda, [...] deixaram sua família. Por 12 ou 13 anos viveram num outro ambiente, que nem sempre reproduziu o da família [...] renunciaram a construir um lar e a ter sua família"<sup>328</sup>.

Porém, apesar dessas realidades, para superar essas limitações "há uma vasta literatura, muito acessível sobre família. [...] Mas o sacerdote não se sente movido a procurar tudo isto, enquanto não é tocado pela exigência imediata da ação pastoral"<sup>329</sup>.

### 3.7 DESAFIOS DA MODERNIDADE

*A idéia de Deus aparece como supérflua num mundo caído nas mãos dos homens, no poder da ciência e da técnica.*<sup>330</sup>

Se a Igreja procurou, a seu modo, manter uma estrutura de família inspirada na Família de Nazaré, a REB reforça esta representação, principalmente com fundamentos no sacramento do matrimônio. Possivelmente, esta tenha sido uma das

---

<sup>326</sup> NEVES, 1962, p.47.

<sup>327</sup> *Id.*

<sup>328</sup> *Ibid.*, p.47-48.

<sup>329</sup> *Ibid.*, p.48.

<sup>330</sup> MATEUS, Frei (OFM). Pequenos casos pastorais. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc.1, p.177-179, mar. 1958.

*estratégias* da instituição (conceito este discutido na Introdução deste trabalho, e que será utilizado para nortear a prática da Igreja com relação à família católica). Portanto, garantir, durante séculos, uma sólida estrutura familiar significava manter um dos mais importantes espaços de atuação da Igreja.

A leitura dos artigos publicados na REB mostrou que as dúvidas sobre a família constituem um dos assuntos pastorais da maior relevância. Temas que vão desde as questões doutrinárias até os problemas levantados pela modernidade laica mereceram respostas de representantes da Igreja com o objetivo de orientar tanto os que levantaram as questões como a todo o clero e fiéis. Um desses temas que gerou muitas dúvidas, por exemplo, foi a questão da *continência periódica*. A pergunta dizia: "Podem os pais, [...] usar o controle da natalidade, 'só' por não querer mais ter filhos?"<sup>331</sup>.

A resposta veio da parte do Frei Bernadino Leers, cuja explicação se concentrou na crítica aos métodos de controle da natalidade condenados pela instituição, como os meios anticoncepcionais, processos de esterilização temporária ou perpétua, práticas abortivas, ou então sobre a continência contínua ou periódica – tabelas ou métodos sugeridos pela Igreja. A resposta continha um emaranhado de palavras e encaminhava sua explicação com outra pergunta: "Deve o confessor negar a absolvição aos esposos que praticam a continência periódica sem motivos suficientes?"<sup>332</sup>.

A educação sexual também foi tema de perguntas aos encarregados da REB. Sobre esse assunto, na REB de 1962 o Padre Dr. Belchior Cornélio da Silva, Reitor do Seminário Maior de Mariana, em Minas Gerais, expôs sua opinião. Sua preocupação é expressa na crítica aos escritos que tratam temas como a educação sexual da adolescência e da juventude e sobre os aspectos mais íntimos e delicados da vida conjugal. Para ele, "tais escritos desrespeitam as normas da verdade, da moderação e da decência [...]"<sup>333</sup>.

O Padre Belchior baseou-se, para explicar os valores da Instrução Sexual, na Doutrina de Pio XII, expressa na Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* de 1929, que, entre outras questões, condenou que "pensando falsamente que podem, por

---

<sup>331</sup> DOCUMENTAÇÃO, 1958, p.203.

<sup>332</sup> LEERS, Frei Bernadino (OFM). Continência periódica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 3, p.792, set. 1958.

<sup>333</sup> SILVA, Belchior Cornélio da . A instrução sexual e a psicanálise. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 1, p.174, mar. 1962.

meios puramente naturais e alheios a todo sentimento de religião e de piedade, afastar os adolescentes da corrupção e da luxúria [...], que se tenha cuidado de dar à juventude [...] a estima e o amor angelical"<sup>334</sup>.

Reforçando as críticas e atualizando os ensinamentos, o autor expôs o pensamento de advertência de Pio XII,

não é possível descrever com palavras a hedionda torrente de livros, livretos, comentários e revistas de todo o gênero, através dos quais, com palavras e ilustrações, repletas de leviandade e despudor, se corrompem o sadio juízo do povo e o sentido de retidão da humanidade.<sup>335</sup>

No mesmo documento, falando diretamente aos pais de família, o Papa Pio XII expressa sua preocupação de que esses "escritos, livros e artigos, acerca da iniciação sexual, os quais, muitas vezes, [...] inundam o mundo inteiro, invadindo a infância, submergindo a geração que sobe para a vida, perturbando noivos e casados [...] são tristes sinais dos tempos"<sup>336</sup>.

Preocupada, a Igreja, através de seus ministros, procura orientar as famílias, incumbindo-lhes o dever de evitar o acesso a determinadas leituras e instruções.

E aos sacerdotes adverte: "queremos ressaltar [...] que não ultrapassem os limites de sua função junto às almas"<sup>337</sup>. E condenou a iniciação coletiva e brutal, lembrando que "a educação sexual deve realizar-se progressivamente e individualmente, com plena clareza, num clima de pureza, de lealdade, de máxima delicadeza até na escolha dos próprios termos e expressões"<sup>338</sup>.

Recomenda neste particular, repetidas vezes, aos sacerdotes que "certas explanações feitas por padres causam mais mal do que bem"<sup>339</sup>.

---

<sup>334</sup> SILVA, 1962, p.175.

<sup>335</sup> *Ibid.*, p.176-177.

<sup>336</sup> *Ibid.*, p.176.

<sup>337</sup> *Ibid.*, p.178.

<sup>338</sup> *Id.*

<sup>339</sup> *Ibid.*, p.215-216.

Todavia, uma das piores provocações da modernidade para a família, segundo a Igreja, era a questão do divórcio. Assim, para ela era questão fechada o que dizia o evangelho de Mateus: "*O que Deus uniu, não separe o homem*"<sup>340</sup>.

O divórcio representava os limites da instituição, se aproximado das causas civis, provocando questionamentos aos discursos bíblicos que fundamentam o modelo de família pela proposta da indissolubilidade, da unidade, do bom testemunho do casal, no desenvolvimento da prole. Sobre isso, a REB de 1958 justificou os malefícios dessa prática que, aos poucos, estava sendo introduzida na sociedade brasileira:

A propósito da introdução do divórcio na legislação brasileira, recordamos a posição dos Bispos do Brasil que é a posição da Igreja. O divórcio é anticristão e antinatural. A unidade e a indissolubilidade do matrimônio são indispensáveis à família para que realize sua vocação de comunidade de amor, onde filhos são procriados e educados.<sup>341</sup>

O Código de Direito Canônico afirma que "o matrimônio ratificado e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano nem por nenhuma causa, exceto a morte"<sup>342</sup>. Portanto, esta era uma provocação que a Igreja não poderia admitir. Toda a sua teoria sobre o matrimônio e a família tinha como um dos pilares a indissolubilidade do casamento. De acordo com a doutrina católica, o matrimônio é um sacramento, e, assim sendo, é repleto de condições desde a celebração até um inevitável rompimento. Em caso de ocorrer uma dissolução de um matrimônio, a única justificativa possível é a declaração de nulidade, com base nos impedimentos anteriormente descritos. Dessa forma, a Igreja não faz divórcio e nem anulação de casamento; o que ela faz é declaração de nulidade.

Segundo o Padre Luís Corrêa Lima, na nulidade do matrimônio "há uma série de razões que tornam nulo o casamento, e que podem ser agrupadas em: as falhas do consentimento, os impedimentos dirimentes e a falta da forma canônica em sua celebração"<sup>343</sup>.

---

<sup>340</sup> Mt 19,6.

<sup>341</sup> DOCUMENTAÇÃO. Declaração dos Cardeais: Goiânia de 3 a 11 de julho de 1958. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 3, p.822, set. 1958a.

<sup>342</sup> CNBB, 1983, Cân. 1141, p.515.

<sup>343</sup> LIMA, Pe. Luis Corrêa. **Divorciados recasados diante dos sacramentos**. 2000. Disponível em: <[www.we-are-church.org/documentos da REB](http://www.we-are-church.org/documentos da REB)>. Acesso em: 22 maio 2010.



Sobre esse tema, o Padre Jair Cardoso Alves Neto explica a diferença entre o divórcio e a nulidade matrimonial. Segundo ele,

a anulação significa fazer com que aquilo que tinha existência legítima deixe de tê-la, isto é, que um casamento que inicialmente foi válido passe a ser sem valor jurídico. Enquanto, declarar nulo, é o ato mediante o qual a autoridade competente faz a declaração afirmando que um ato jurídico nunca existiu e nem tem valor, apesar das aparências.<sup>344</sup>

Por sua vez, o Catecismo da Igreja Católica estabelece, pelo Cân. 2384:

O divórcio é uma ofensa grave à lei natural. Pretende romper o contrato livremente consentido pelos esposos de viver um com o outro até a morte. [...] lesa a Aliança de Salvação da qual o matrimônio sacramental é o sinal. O fato de contrair nova união, mesmo que reconhecida pela lei civil, aumenta a gravidade da ruptura; o cônjuge recasado passa a encontrar-se em situação de adultério público e permanente: se o marido, depois de se separar de sua mulher, se aproximar de outra mulher, se torna adúltero, por que faz essa mulher cometer adultério, e a mulher que habita com ele é adúltera porque atraiu a si o marido de outra.<sup>345</sup>

A REB de 1958, no texto sobre *Documentação*, afirma que "ao Estado cabe legislar sobre os efeitos civis do matrimônio entre os cristãos, [...] não tem o Estado competência para introduzir o divórcio que deixasse dois cônjuges cristãos livres para outras núpcias válidas"<sup>346</sup>.

E, ainda, conclama a todos os católicos que "visam desinteressadamente ao progresso do Brasil, no sentido de se unirem na defesa da família. [...] é urgente que nossas leis protejam a família, estável e una, respeitando os direitos dos pais de família. [...]"<sup>347</sup>.

---

<sup>344</sup> ALVES NETO, Pe. Jair Cardoso. **Divórcio ou nulidade matrimonial**. Disponível em: <www.presbíteros.com.br>. Acesso em: 25 set. 2010.

<sup>345</sup> IGREJA CATÓLICA, 1997, p.537.

<sup>346</sup> DOCUMENTAÇÃO, 1958a, p.822.

<sup>347</sup> *Id.*

Vale destacar, porém, que a Igreja admite claramente o divórcio em dois casos, conhecidos como *privilegio petrino* e *privilegio paulino*, com suas derivantes. Assim, segundo Dadeus Grings: o primeiro estabelece que "o poder do Sumo Pontífice é reconhecido tranquilamente para os casos de matrimônio não consumado. Basta que haja justa causa e que ambas ou pelo menos uma das partes peça"<sup>348</sup>. Sobre o *privilegio paulino*, define que "quando de um casal de não batizados um se converte e recebe o batismo e o outro não aceita este fato, à parte batizada é concedido separar-se e contrair novo matrimônio, [...]".

Por tudo isso, observa-se que os textos da REB de 1958 reiteram, a cada passo, a importância de se cumprir as normas eclesiais, em especial aquelas que dizem respeito aos sacramentos, particularmente a indissolubilidade do matrimônio.

Outro tema levantado e que recebeu resposta foi o da histerectomia. O Padre Jaime Snoek expõe seus argumentos valendo-se da moral cristã para orientar e esclarecer as dúvidas sobre a *Liceidade de determinada histerectomia*. Argumentou que esse procedimento é aceitável pela Igreja "quando o útero da mulher já esteja enfraquecido em consequência de outras cesarianas e que provavelmente não resistirá a uma nova gravidez, [...]"<sup>349</sup>.

Sem pretender relatar os fatos que justificam ou condenam essa atitude de algumas mulheres, vale ressaltar que a publicação deste texto na *Revista Eclesiástica* tinha por finalidade "dar um quadro mais completo da probabilidade externa; apresentar a argumentação da opinião permissiva; examinar a probabilidade intrínseca; formular uma conclusão prática"<sup>350</sup>.

Esta questão levantava um tema constante na história da Igreja: a figura da mulher. A Igreja buscou manter uma representação de mulher ideal, um perfil divulgado nos espaços educacionais, nos lares familiares e no altar. Nem todos esses espaços são espaços de mulher, e os que o são exigem uma representação do ideal de mulher.

---

<sup>348</sup> GRINGS, 1986, p.149.

<sup>349</sup> Assuntos Pastorais. SNOEK, P. Jaime (CSSR). Sobre a liceidade de determinada histerectomia. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 3, p.772., set. 1958.

<sup>350</sup> *Ibid.*, p.773.

A REB de 1958 define essa representação traçada pela Igreja:

pelas suas disposições inatas e pela função a que a sua natureza a destina a mulher está mais em harmonia com as realidades espirituais; percebe-as mais facilmente, vive delas mais conscientemente, interpreta-as e torna-as sensíveis aos outros, e particularmente àquelas de quem ela tem o encargo como esposa e como mãe.<sup>351</sup>

Com base nesta representação, definiu as normas de conduta e os procedimentos mais adequados para as mulheres. Segundo Azzi, o processo de urbanização "deixou a instituição católica perplexa, pois surgiam de forma rápida novos espaços sociais que fugiam completamente ao seu controle"<sup>352</sup>. Na REB de 1958, lê-se:

Os Estados Modernos e os povos jovens que, desde a última guerra, chegaram à independência, ou a ela aspiram, tendem cada vez mais, na sua legislação e nos costumes, a pôr em pé de igualdade o homem e a mulher na família como no plano social, político, profissional. [...] mas queremos lembrar que o vosso apostolado deve manter firmemente a concepção cristã da esposa e do papel da mulher na família.<sup>353</sup>

Sentindo que o comportamento da mulher escapava de seu controle, Pio XII, na audiência pontifícia sobre a moda, ocorrida no I Congresso Internacional de Alta Moda, pediu "aos artistas de hoje a se deterem, nas obras primas, da arte clássica, sobre certas figuras femininas de indiscutível valor estético, onde a veste inspirada pela pudicícia cristã é digno ornamento da pessoa, [...]"<sup>354</sup>. E recomenda especialmente, baseado na Carta de Timóteo 2; 9: "as mulheres vistam-se com vestes decentes, com recato e modéstia"<sup>355</sup>.

O que se percebe é que neste período de transição, em meados do século XX, surgiam e eram adotados novos hábitos no vestir, na alimentação, nas formas de

---

<sup>351</sup> DOCUMENTAÇÃO. Pio XII discorre sobre três aspectos do apostolado da mulher católica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 1, p.201-202, mar. 1958c.

<sup>352</sup> AZZI; GRIJP, 2008, p.164.

<sup>353</sup> DOCUMENTAÇÃO, 1958b, p.228.

<sup>354</sup> *Ibid.*, p.234.

<sup>355</sup> *Ibid.*, p.231.

conduta, no esporte e no lazer. As relações sociais e familiares passavam por um processo de secularização ou de laicização. Os tradicionais costumes, marcados pela presença das normas católicas, começavam a ser abandonados ou, no mínimo, passavam por um momento de relaxamento dos controles clericais.

Embora a Igreja aconselhasse as moças a se vestirem recatadamente, muitas delas, católicas ou não, sentiam prazer em vestir trajes de banho segundo a moda sugerida pela contemporaneidade. A seminudez combatida pela Igreja causava sensação de liberdade em muitas mulheres. Liberdade do corpo, da mente, dos costumes. Liberdade que representava a descoberta das possibilidades da mulher na sociedade. Desavergonhada ou não, essa maneira de ser imperava.

Como vimos, as exigências das representações especialmente à mulher foram repetidas vezes apresentadas pela REB. Na edição de 1962, em um Sermão do Papa João XXIII no Santuário de Nossa Senhora Loreto, dedicou parte de sua preocupação à família e à mulher. "Eis o ensinamento de Nazaré: famílias santas; amor bendito; virtudes domésticas; à disciplina doméstica, à responsabilidade dos pais na educação dos filhos, à tutela dos valores sagrados da civilização cristã"<sup>356</sup>.

O esforço da Igreja, fazendo uso da REB, em padronizar as representações de família, com base nos ensinamentos oficiais, foi possivelmente uma forma eficiente de se manterem por muito tempo valores caros ao clero e aos católicos e, assim, retardar os efeitos do século XX sobre os papéis e as funções que a família deveria desempenhar.

A REB certamente conseguiu propagar as ideias da Igreja junto ao clero e, por meio deste, chegar aos fiéis de maneira mais didática e pedagógica, propagar as ideias de família. Não lhes fora exigido inovações, mas fidelidade aos ensinamentos. Respostas estruturadas segundo os princípios da doutrina maior, repetidas inúmeras vezes nas variadas edições ao longo das décadas. Mas, nem tudo foi possível ser garantido. A sociedade continuava sua caminhada. A família, católica ou não, continuava seu processo de constituição dentro ou fora das normas da Igreja Católica.

---

<sup>356</sup> DOCUMENTAÇÃO. Sermão de João XXIII no Santuário de Nossa Senhora de Loreto. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 4, p.1005, dez. 1962b.

## CONCLUSÃO

A análise feita neste estudo sobre as representações de família pela *Revista Eclesiástica Brasileira* - REB no período de 1941 a 1965 apresentou diferentes tendências combatidas pela Igreja Católica na tentativa de preservar o ideal da família católica, inspirada no modelo da Família de Nazaré.

Empenhada em preservar o seu modelo ideal a instituição fez uso da REB como também de outras Revistas para difundir seu objetivo em relação a família. Parecia justo, se considerarmos as transformações pelas quais a sociedade vinha passando, como as novas propostas para o amor conjugal ou o divórcio, a valorização da maternidade, a atuação da mulher no mercado de trabalho, entre outras mudanças sociais e nas leis, que poderiam atingir a estrutura do padrão de família difundido pela Igreja.

Dessa forma, empenharam-se esforços em apresentar as constantes construções reelaboradas, ampliadas e modificadas pela instituição, de maneira dinâmica (porém, lentas e cautelosas *mudanças*) em relação à família cristã. A leitura das fontes mostrou-nos que a Igreja sempre teve um cauteloso apreço e uma constante preocupação em conservar seus princípios e garantir a existência da família sob o ponto de vista cristão, fazendo todo o esforço para unificar as orientações e os procedimentos.

Para padronizar o discurso católico em todo o território nacional, onde quer que a instituição tenha atuado, a REB constituiu um instrumento fundamental. Tanto nos artigos sobre a família quanto nos assuntos pastorais, reiterou-se esta preocupação. Por isso, pode-se destacar que ela se apresentou como porta-voz do catolicismo oficial, buscando, em seus artigos, padronizar condutas e definir os papéis a serem desempenhados pelos fiéis, sobretudo mostrando a preocupação da instituição com as mudanças e tendências da sociedade brasileira em relação à modernização de alguns costumes.

A REB se enquadra no que se costuma chamar a política da Igreja em relação à "Boa Imprensa". Portanto, almejava, como outras publicações e periódicos católicos, ser um elo entre a instituição e o clero, e fazer chegar a ele seus valores e normas, para que fossem adotados nas práticas pastorais e nas orientações aos fiéis, inclusive na vida privada de cada católico.

Partindo da tese da boa imprensa, a Igreja constrói um discurso sobre a necessidade de empreender a utilização dos meios de comunicação (como, por exemplo, o rádio e, mais tarde, a televisão), de modo a atingir todas as esferas em diferentes territórios e, assim, perpetuar seus princípios, em especial na família e na educação do bom cristão.

De acordo com os textos abordados pela pesquisa, notou-se o fato de atentarem para os aspectos históricos do catolicismo, ou seja, as orientações transmitidas pela revista por meio das ações sacerdotais criaram uma espécie de "corrente de informação", que parecia não ser rompida por nenhuma forma de inovação na instrução religiosa da população católica. Mas, primaram em reforçar os dogmas e reafirmar as normas eclesásticas, numa constante estratégia em consolidar suas "verdades".

Um dos dilemas enfrentados pela Igreja em meados do século XX era o de como preservar a família. Os artigos pesquisados na REB apresentaram um conjunto de informações que reforça a dogmática da Igreja Católica sobre a família.

Os temas primaram não só por uniformizar o discurso religioso, mas também por reafirmar as condutas, apesar das transformações que a sociedade tende a viver. E não foi diferente a compreensão das mudanças que a família católica estava predisposta a enfrentar. Atenta em perpetuar sua estrutura de família, a Igreja passou a identificar os desafios que possivelmente atingiriam os seus integrantes.

A cada explicação oferecida pelas páginas da REB, o leitor estaria apto para agir nas suas atividades religiosas, pastorais, estendendo sua prática ao seu cotidiano, na construção da família, no convívio social, nas relações econômicas, na busca da formação da sociedade ideal, que tem sua origem na família.

A Igreja procurou, em sua atuação, aproximar-se de várias formas da vida de seus fiéis. Imbuída por um espírito missionário, procurou conhecer a realidade dos seus e fornecia elementos para cercar a família numa estrutura ideal por ela elaborada e difundida nas publicações da REB, pela catequese, nas ações de suas pastorais, na atuação educacional voltada para o ensino religioso, ou seja, fazia-se presente em todos os locais possíveis de atingir às famílias católicas.

A REB é um espaço de divulgação das ideias da Igreja Católica, constituindo, portanto, um rico material para os estudos sobre diferentes temas, como: família, valores, dogmas, orientações pastorais, histórico da instituição, enfim, trata-se de uma

infindável fonte histórica. O mesmo se pode dizer sobre a utilização de periódicos e revistas como fontes de pesquisa, os quais são contribuições inegáveis.

O ineditismo desta pesquisa pode ser identificado pelo olhar dispensado às representações de família oferecidas pela Igreja Católica, através da REB. Tinha-se como objetivo inicial compreender as estratégias e táticas utilizadas pela Igreja por meio da REB, ao longo do período em estudo, preocupada em se manter como fornecedora de representações normativas, no que diz respeito às famílias católicas.

E compreendemos que ela atingiu muitos resultados positivos na manutenção de seus padrões, pela divulgação através da revista em questão. Poderíamos nos perguntar: a REB consegue atingir a desejada unidade almejada pela Igreja? E, em relação às famílias católicas, a revista mantém seu ideal representativo de família?

A REB ainda é produzida e mantém suas características iniciais, a saber, de ser um elo entre a Igreja, o clero e os fiéis. É uma fonte oficial de instituição e, como tal, reafirma seus princípios na divulgação periódica dos valores católicos.

Explica-se, assim, a urgência da Igreja na tentativa de ampliar seus espaços de atuação, preocupada em resistir às tendências inovadoras do processo de mudança social e que, conseqüentemente, atingiriam às famílias.

Apesar de não consolidar um modelo esperado de *família*, a Igreja mantém sua atuação em vários espaços, e seus preceitos se fazem propagar pelos documentos oficiais constantemente reafirmados por novas Encíclicas e Exortações. Tais preceitos ressoam nas normas e a cada tempo são retomados e ressignificados pelo seu Magistério. Nos seus desafios, a instituição parece voltar às origens de onde fortalece sua conduta e repensa sua ação.

Compreendemos que ela atingiu resultados positivos na manutenção de seus padrões, na divulgação através da revista.

A atuação da Igreja Católica, analisada ao longo dos anos de 1941 a 1965, permite-nos a compreensão de que ela buscou nas alianças com o Estado, nos diferentes governos brasileiros, intervir nas decisões que pudessem atingir de maneira contrária o ideal de família. Por isso, utilizou-se de *estratégias* para sua atuação e, de maneira cautelosa e atenta, acompanhou as mudanças ocorridas pelo mundo e combateu-os pela divulgação e reafirmação de seus valores. Ainda, nos dias atuais seu Magistério manifesta-se pelas novas Encíclicas e pela atuação de suas pastorais e, assim, tem a possibilidade de alcançar as famílias.

Desse modo, a presente pesquisa revelou outros assuntos que merecem ser objeto de futuros trabalhos e pretende colaborar no instigante mundo da produção histórica, apresentando a *Revista Eclesiástica Brasileira* como uma fonte inesgotável de possibilidades do debate e da produção científica.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Marcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (Org.). **Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos**. Belo Horizonte: FAPEMIG/ Veredas & Cenários, 2009.

ANJOS, Márcio Fabris dos. **Teologia da família e matrimônio**. Curso para Sacerdotes. São Paulo, 2010. 40p. Apostila.

AZPITARTE, Eduardo López . **Ética da sexualidade e do matrimônio**. Tradução de: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Terceira época (1930-1964)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. T. II/3-2. (Coleção Geral da Igreja na América Latina).

BARROS, José D'Assunção. A história cultural francesa: caminhos de investigação. **Revista de História e Estudos Culturais**, v.2, n.4, out./nov./dez. 2005.

BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 1930: o estado novo e a redemocratização. In: BORIS, Fausto. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. v.3.

\_\_\_\_\_. **A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BONNÍN, Eduardo. **Ética matrimonial, familiar e sexual**. Tradução de: José Joaquim Sobral- São Paulo: Editora Ave Maria, 2003.

BOROBIO, Dionísio. **Pastoral dos sacramentos**. Tradução de: Celso Márcio Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. Tradução de: Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 4.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos**. Coordenação Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASEY, James. **A história da família**. Tradução de: Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1978.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de: Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. v.1.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHIQUEM, Carlos Alberto (Org.). **CNBB no Paraná e a história da evangelização**. Ilustrador: Fernando Lucio Wludner dos Santos. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção à Vida, 2005.

CNBB. **Diretório da Pastoral Familiar**. São Paulo, 2005.

DAVID, Solange R. A. **O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens**: do amor e outros ensaios. Tradução de: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUSSEL, Enrique. **História da igreja latino-americana (1930 a 1985)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

FABER, Eva-Maria. **Doutrina católica dos sacramentos**. São Paulo: Loyola, 2008.

FAUSTO, Boris. **História da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. T. III, v.4.

FIGUEIREDO, Eduardo David. **A ação católica nas páginas da REB – Revista Eclesiástica Brasileira (1941-1962)** UNESP/ASSIS. História das Religiões: desafios teóricos, metodológicos e historiográficos.

GÓMEZ, Protasio. **O casal humano**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GONÇALVES, Mauro Castilho. **A igreja católica, as décadas de 50 e 60 e a perspectiva político-educacional de Anísio Teixeira**. Disponível em: <[www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4)>. Acesso em: 12 jun. 2010.

GRINGS, Dadeus. **A ortopraxis da Igreja**: o direito canônico a serviço da pastoral. Aparecida, SP: Santuário, 1986.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HÄRING, Bernhard. In: RAHNER, Karl; HÄRING, Bernhard. **Luzes e sombras da Humanae Vitae**. Caxias do Sul, RS: Edições Paulinas, 1969.

HÄRING, Bernhard. **Matrimônio em nosso tempo**. 2.ed. São Paulo: Herder, 1968.

HORTAL, Jesús. **O que Deus uniu**: lições de direito Matrimonial canônico. São Paulo: Loyola, 1979. Disponível em: <[http:// books.google.com.br](http://books.google.com.br)>. Acesso em: 02 mar. 2010.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LIMA, Luiz Gonzaga de Sousa Lima. **Evolução política: dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

LIMA, Pe. Luis Corrêa. **Divorciados recasados diante dos sacramentos**. 2000. Disponível em: <[www.we-are-church.org/documentos da REB](http://www.we-are-church.org/documentos%20da%20REB)>. Acesso em: 22 maio 2010.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução de: Vera Lúcia Mello Joscellyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LUSTOSA, Oscar. **A igreja católica no Brasil- República: cem anos de compromisso: 1889-1989**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução de: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCHI, Euclides. O mito do Brasil católico: Dom Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso. **História: Questões & Debates**, v.15, n.28, jan./jul. 1998.

\_\_\_\_\_. **O mito do Brasil católico: Dom Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

\_\_\_\_\_. Religião e evangelização. **Revista História: questões e Debates**, Curitiba, v.17, n.33, jul./dez. 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p.103.

MARIA, Julio. **Sexo e vínculo**. Manhumirim, MG: O Lutador, 1962.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

MOSER, Antônio. **Teologia moral: questões vitais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, José Carlos de. O padre Julio Maria, o positivismo e a ciência. **Revista da SBHC**, n.9, p.17-30, 1993. Disponível em: <[www.mast.br/arquivos\\_sbhc/110pdf](http://www.mast.br/arquivos_sbhc/110pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2010.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Igreja católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**: III O Brasil Republicano (1930-1964) São Paulo: DIFEL, 1984.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **Conferência dos bispos do Brasil, CNBB**: comunhão e corresponsabilidade. São Paulo: Edições Paulinas, 1977.

REVISTA BIMESTRAL DA LITURGIA. **Os sacramentos**: a vida em Cristo e na igreja. São Paulo, 1973.

REY-MERMET, Théodule. **A fé explicada aos jovens e adultos**. Tradução de: João Pedro Mendes. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

RIBAS, Ana Claudia. **A "boa imprensa" e a sagrada família**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da Imprensa católica em Florianópolis 1929-1959. Dissertação (Mestrado) - UDESC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <[www.tede.udesc.br/tde\\_busca/arquivo](http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo)>. Acesso em: 03 jul. 2010.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **A religião numa sociedade em transformação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SCHILLEBEECKX, Edward. **O matrimônio**: realidade terrestre e mistério de salvação. Tradução de: Frei Alécio Broering. Petrópolis, RJ: Vozes, 1969.

SCHNEIDER, Theodor (Org.). **Manual de dogmática**. Elaborado por Bernd Jochen Schlupp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VAUX, Roland de. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. Tradução de: Daniel de Oliveira. São Paulo: Teológica, 2003.

VIDAL, Marciano. **Moral do matrimônio**. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

VIER, Frederico (OFM). 1969. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 14.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.

## FONTES PRIMÁRIAS

### Artigos da REB

ALEIXO, Frei (OFM). Casamento religioso em face dos dispositivos legais. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.2, fasc.1, p.171-173, mar. 1942.

\_\_\_\_\_. Documentos matrimoniais. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.4, fasc. 3, p.353-356, set. 1944.

\_\_\_\_\_. Benção do anel na celebração do casamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.7, fasc.4, p.901-905, dez. 1947.

\_\_\_\_\_. Assistência matrimonial. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.10, fasc. 4, p.935-936, dez. 1950.

\_\_\_\_\_. O Cânon 1098 ou a legislação matrimonial extraordinária. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 1, p.149-158, mar. 1953.

ALVES NETO, Pe. Jair Cardoso. **Divórcio ou nulidade matrimonial**. Disponível em: <[www.presbíteros.com.br](http://www.presbíteros.com.br)>. Acesso em: 25 set. 2010.

ARNS, Frei Evaristo P. (OFM). Anísio Teixeira versus a Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 2, p.353-365, jun. 1958.

BARRETO, Manuel L. A grande meta da catequese. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 2, p.431-439, jul. 1962.

DIDONET, Mons. Frederico. Luzes e sombras dos movimentos especializados. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.24, fasc. 3, p.562-565, set. 1964.

DOCUMENTAÇÃO. Instrução da Sagrada Congregação dos Sacramentos sobre os processos matrimoniais. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.2, fasc. 1, p.207-214, mar. 1942.

\_\_\_\_\_. Discurso do Papa Pio XII sobre a família. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.9, fasc. 4, p.993-994, jun. 1949.

\_\_\_\_\_. Sobre o desporto e a educação física. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 1, p.203-209, mar. 1953.

\_\_\_\_\_. Vestes femininas e modéstia cristã. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.14, fasc. 2, p.439-440, jun. 1954.

\_\_\_\_\_. Declaração dos Cardeais: Goiânia de 3 a 11 de julho de 1958. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 3, p.815-823, set. 1958a.

\_\_\_\_\_. Diretrizes de Pio XII sobre a moda. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 1, p.227-236, mar. 1958b.

\_\_\_\_\_. Pio XII discorre sobre três aspectos do apostolado da mulher católica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 1, p.201-210, mar. 1958c.

\_\_\_\_\_. João XXIII aos pregadores sobre a catequese. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 2, p.478-482, jun. 1962a.

\_\_\_\_\_. Sermão de João XXIII no Santuário de Nossa Senhora de Loreto. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 4, p.1005-1008, dez. 1962b.

\_\_\_\_\_. A Revista Eclesiástica Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.25, fasc.3, p.227-230, jul. 1965.

FEITOSA, P. A. METUS INCONSULTUS. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 4, p.945-948, dez. 1953.

FRANCA, Pe. Edgar. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 1, p.154-174, mar. 1962.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura (OFM). Revista Eclesiástica Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 1, p.126-128, mar. 1953.

KOSER, Pe. Frei Constantino. A situação do laicato católico nos albores do Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 4, p.886-904, dez. 1962.

KREUTZ, Pe. Albano. O noivado litúrgico. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 3, p.774-776, set. 1958.

LEERS, Frei Bernadino (OFM). Continência periódica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 3, p.791-792, set. 1958.

LOGGER, P. Guido. A censura católica de filmes no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 2, p.464-471, jun. 1958.

MAGALHÃES, Procópio de. Impedimento matrimonial de consanguinidade. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.5, fasc.3, p.661-663, set. 1945.

MARTINS, P. Waldomiro Pires. Fastos Jubilares. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.25, fasc. 4, p.863-871, dez. 1965.

MATEUS, Frei (OFM). Pequenos casos pastorais. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc.1, p.177-179, mar. 1958.

MEIER, Pe. Miguel. Entre os problemas atuais o problema mais atual é a catequese eficiente. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.12, fasc. 3, p.490-493, set. 1952.

MINISTERIUM VERBI. Dia nacional do catecismo. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.20, fasc. 3, p.147-149, maio 1958.

NEVES, Lucas Moreira. As grandes linhas de uma pastoral familiar. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 1, p.31-49, mar. 1962.

PIRES, P. Heliodoro. Leonel Franca: apóstolo do Brasil moderno. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 4, p.911-921, dez. 1953.

ROSSI, Cônego Agnelo. Dez anos de Revista Eclesiástica Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.11, Fasc. 2, p.225-31, jun. 1951.

SILVA, Belchior Cornélio da . A instrução sexual e a psicanálise. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 1, p.174-181, mar. 1962.

SNOEK, P. Jaime (CSSR). Sobre a liceidade de determinada histerectomia. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 3, p.770-774., set. 1958.

\_\_\_\_\_. Fecundidade humana e moral. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 3, p.701-707, set. 1962.

\_\_\_\_\_. Problemas de moral matrimonial. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.24, fasc. 3, p.717-719, set. 1964.



SOUSA, Pe. Irineu Leopoldino de (SDB). A lei de diretrizes e bases da educação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 1, p.320-354, jun. 1962a.

\_\_\_\_\_. O apostolado da imprensa. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.22, fasc. 4, p.979-988, dez. 1962b.

THIEMAN, Frei Pacômio (OFM). Ainda o Cânon 1098 e o casamento civil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.13, fasc. 1, p.159-163, mar. 1953.

XAVIER, Frei Francisco (OFM). Da origem do matrimônio. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.8, fasc. 3, p.669-673, set. 1948.

\_\_\_\_\_. Casamento perante o pároco do noivo. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.18, fasc. 2, p.512-516, jun. 1958.

## DOCUMENTOS ECLESIAÍSTICO

BÍBLIA SAGRADA AVE MARIA. 50.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS BRASILEIROS (CNBB). **Em favor da família**. São Paulo: Edições Paulinas, 1975.

\_\_\_\_\_. **Código de Direito Canônico**: Codex Iuris Canonici. Brasília: Loyola, 1983. (Constituição Apostólica de Promulgação do Código de Direito Canônico)

\_\_\_\_\_. **Pastoral familiar**: reflexões e propostas. Aparecida: Santuário, 1990.

\_\_\_\_\_. **Pastoral familiar no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. (Col. Estudos da CNBB n.65).

\_\_\_\_\_. **A família como vai?** São Paulo: Salesiana, 1994. (Texto base da CF. 1994).

HUMANAE VITAE. **Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Paulo VI**: sobre a regulação da natalidade. São Paulo: Edições Paulinas, 1968.

IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da igreja católica**. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **Catecismo da igreja católica**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

IGREJA CATÓLICA. BISPOS. **Constituições Eclesiásticas do Brasil**: nova edição da pastoral coletiva de 1915. São Leopoldo: s/ed, 1948.

JOÃO PAULO II. **Carta às famílias**. São Paulo: Edições Paulinas, 1994.

\_\_\_\_\_. **Familiaris Consortio**: a missão da família cristã no mundo de hoje. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

PAULO VI. **Humanae Vitae** (Encíclica). Petrópolis: Vozes, 1968.

## SITES

ARCANUM DIVINAE SAPIENTIAE. Disponível em: <[www.vatican.va](http://www.vatican.va)>. Acesso em: 03 ago. 2010.

CARTA APOSTÓLICA. Disponível em: <[www.paroquias.org/documentosdaigreja](http://www.paroquias.org/documentosdaigreja)>. Acesso em: 04 ago. 2010.

CARTA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA. Disponível em: <[www.diocesedecoimbra.pt/sdpfamiliar/documentocartadosdireitosdafamilia](http://www.diocesedecoimbra.pt/sdpfamiliar/documentocartadosdireitosdafamilia)>. Acesso em: 30 mar. 2010.

CARTA ENCÍCLICA CASTI CONNUBII. Disponível em: <[www.capela.org.br/magisterio/connbii](http://www.capela.org.br/magisterio/connbii)>. Acesso em: 09 ago. 2010.

CARTA PASTORAL DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. Disponível em: <[www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatólica](http://www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatólica)>. Acesso em: 12 ago. 2010.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em: <[www.ecclesia.pt/catecismo](http://www.ecclesia.pt/catecismo)>. Acesso em: 06 mar. 2010.

CONGRESSO NACIONAL DA FAMÍLIA. Lisboa, 12 de outubro de 2002. Disponível em: <[www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatolica](http://www.patriarcado-lisboa.pt/vidacatolica)>. Acesso em: 08 mar. 2010.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES 48. Disponível em: <[www.vatican.va](http://www.vatican.va)>. Acesso em: 05 dez. 2009.

DICIONÁRIO AURÉLIO. 2005. Disponível em: <[www.dicionarioaurelio.com](http://www.dicionarioaurelio.com)>. Acesso em: 09 fev. 2010.

DONUN VITAE. Disponível em: <[www.vatican.va](http://www.vatican.va)>. Acesso em: 06 ago. 2010.

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA FAMILIARIS CONSORTIO. Disponível em: <[www.vatican.va/familiarisconsortio](http://www.vatican.va/familiarisconsortio)>. Acesso em: 07 mar. 2010.

HITCHCOCK, James. **Fim da Gaudium et Spes?** Disponível em: <[http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=igreja&artigo=fim\\_gaudium\\_spes](http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=igreja&artigo=fim_gaudium_spes)>. Acesso em: 06 ago. 2010.